



.....

PARLASUL:
O ESPAÇO
POLÍTICO DA
INTEGRAÇÃO

*Marcos Dantas
de Moura
Magalhães*

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

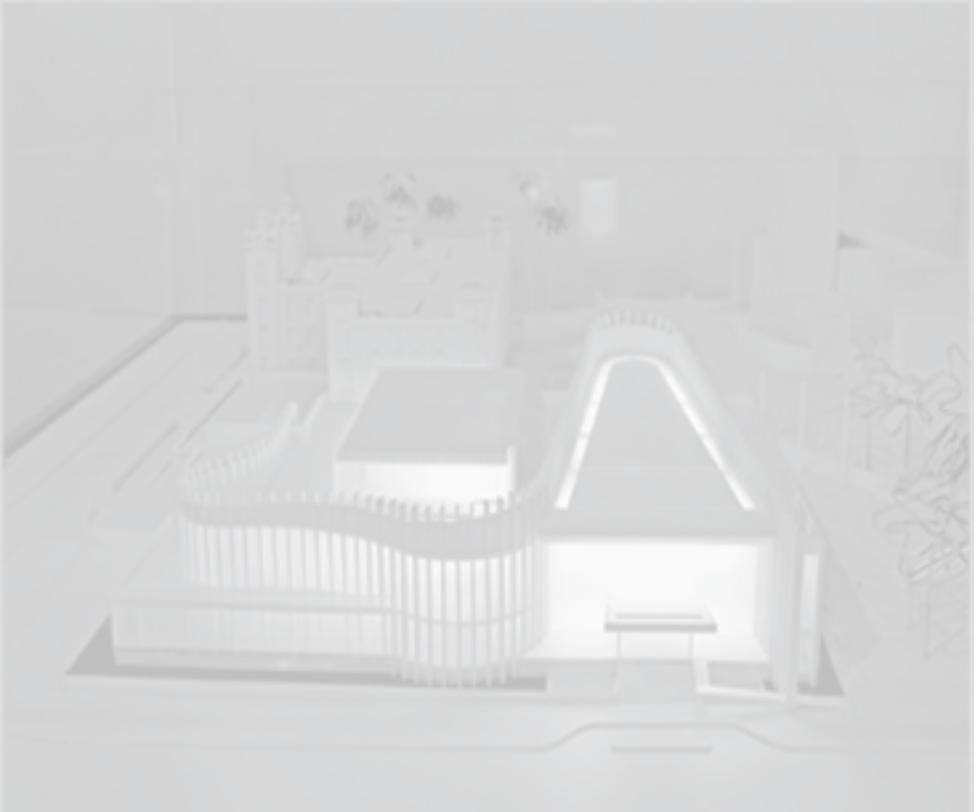
Volume 218

Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. As Ordenações Filipinas são um conjunto de leis tanto de direito material quanto de direito processual mandadas recopilar por el-Rei Filipe I. Passou a vigorar em 1603, quando Portugal encontrava-se sob o domínio da Coroa Espanhola (1580 a 1640). Sucedeu às Ordenações Afonsinas e às Ordenações Manuelinas. A presente edição, fac-similada da 14ª edição, de 1870, traz a introdução e comentários do jurista Cândido Mendes de Almeida, que constituíam originalmente o livro que o autor denominou de *Auxiliar Jurídico*, com o fito de facilitar o entendimento do Código Filipino. Esta edição conta, igualmente, com erudita introdução do Ministro José Carlos Moreira Alves, situando o autor e a obra.

A Casa de Cunhaú traça a genealogia da família Albuquerque Maranhão e sua importância na formação do Rio Grande do Norte. A história da família no estado centra-se na casa-grande do engenho Cunhaú, localizado no atual município de Canguaretama. Há informação de que o engenho já estava em funcionamento no ano de 1614. Foi fundado pelo pernambucano Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Maranhão. Filho de Jerônimo de Albuquerque, primeiro senhor de engenho de Pernambuco, e sobrinho do donatário Duarte Coelho, Jerônimo adotou o sobrenome Maranhão depois de vencer e expulsar os franceses daquela capitania do Norte do Brasil. Ele foi, também, um dos heróis da guerra contra os caetés, pacificou os potiguares e fundou o Forte dos Reis Magos, em Natal.

O Abolicionismo, obra fundamental do notável abolicionista Joaquim Nabuco, que se transformou num libelo humanista, tem no autor pernambucano uma análise sempre atual. Nela, ele estuda as causas, o caráter jurídico e o aspecto humanista, os fundamentos econômicos que sustentaram a escravidão, a necessidade de aboli-la, e apresenta as conseqüências do fim da servidão que adviriam de seu término. Livro escrito e publicado em Londres, onde o autor amargou um “desterro forçado”, *O abolicionismo* é obra necessária em qualquer biblioteca de ciências humanas e serve para o entendimento aprofundado da nossa História e compreensão do nosso processo civilizatório.

ABC das Alagoas – Dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas, em 2ª edição revista e aumentada. São três volumes de consulta permanente para aqueles que desejam conhecer o Estado de Alagoas, seus homens e sua história. Aqui o leitor também encontrará uma abrangência de verbetes referentes aos aspectos geográficos, incluindo a topografia, a fisionomia física dos municípios, seus dados históricos e suas vinculações com o homem que vive nos seus limites. Francisco Reinaldo Amorim de Barros se preocupou em deixar registro de fontes assemelhadas que contribuíram para respaldar e engrandecer seu projeto enciclopédico.



Maquete do projeto da futura sede do
Parlasul, em Montevideu.

.....

PARLASUL:
O ESPAÇO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO



Mesa Diretora

Biênio 2015/2016

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Jorge Viana

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves

1º Secretário

Senador Zezé Perrella

2º Secretário

Senador Gladson Cameli

3º Secretário

Senadora Angela Portela

4ª Secretária

Suplentes de Secretário

Senador Sérgio Petecão

Senador Elmano Férrer

Senador João Alberto Souza

Senador Douglas Cintra

Conselho Editorial

Senador Edison Lobão

Presidente

Joaquim Campelo Marques

Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 218

PARLASUL:
O ESPAÇO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO

Marcos Dantas de Moura Magalhães



Brasília – 2016

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 218

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2016
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)
Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-693-5

.....

Magalhães, Marcos Dantas de Moura.

Parlasul : o espaço político da integração / Marcos Dantas de Moura Magalhães. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

212 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 218)

1. Parlamento do Mercosul (Parlasul). 2. Parlamento, Países do Mercosul. 3. Integração regional, Países do Mercosul. I. Título. II. Série.

CDDir 341.1148

.....

.....

Sumário

AGRADECIMENTOS

pág. 11

DEDICATÓRIA

pág. 13

PREFÁCIO

Senador Roberto Requião

pág. 15

APRESENTAÇÃO

Aloísio Mercadante

pág. 21

CAPÍTULO I

Brasília, a primeira escala

pág. 25

CAPÍTULO II

De Assunção a Montevideú

pág. 30

CAPÍTULO III

Começa o trabalho parlamentar

pág. 36

CAPÍTULO IV

A construção da identidade

pág. 42

CAPÍTULO V

Em defesa da estabilidade

na América do Sul

pág. 55

CAPÍTULO VI

Defesa entra na agenda política

pág. 59

CAPÍTULO VII

Brasil assume a presidência pela primeira vez

pág. 67

CAPÍTULO VIII

A educação como caminho para a integração

pág. 73

CAPÍTULO IX

Tensão do debate sobre Itaipu chega ao Parlasul

pág. 78

CAPÍTULO X

O ensaio da maioria

pág. 83

CAPÍTULO XI

Tensão em Assunção

pág. 88

CAPÍTULO XII

Um ano de debates sobre a Venezuela

pág. 101

CAPÍTULO XIII

Uruguai emite sinal a favor da integração

pág. 114

CAPÍTULO XIV

Parlasul rejeita golpe em Honduras

pág. 122

CAPÍTULO XV

Parlasul começa a marcar posição

no cenário internacional

pág. 127

CAPÍTULO XVI
Aposta na integração
pág. 133

CAPÍTULO XVII
Impasse paralisa Parlasul
pág. 138

CAPÍTULO XVIII
Nova Representação Brasileira no
Parlasul inicia trabalhos
pág. 145

CAPÍTULO IX
Posse de representantes brasileiros
abre nova etapa do Parlasul
pág. 151

CAPÍTULO XX
A Retomada Interrompida
pág. 158

CAPÍTULO XXI
A caminho de 2020
pág. 163

FOTOS DOS ENCONTROS DO PARLASUL
pág. 171

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 205

.....

Agradecimentos

***E**STE LIVRO É RESULTADO de um trabalho coletivo de cobertura jornalística das sessões do Parlamento do Mercosul. O primeiro agradecimento, portanto, é para jornalistas e repórteres fotográficos que compartilharam comigo a missão de registrar os trabalhos iniciais desse órgão legislativo regional. Essa iniciativa contou também com o apoio dos diretores da Agência Senado e da Secretaria de Comunicação do Senado ao longo do período, como Valéria Ribeiro, Mikhail Lopes, Marco Antônio Reis e Davi Emerich. Devo um especial agradecimento a dois colegas: a jornalista Rita Nardelli, que, além de ter participado como repórter da cobertura das sessões do parlamento, fez um cuidadoso trabalho de revisão dos capítulos do livro; o jornalista Romolo Mazzoccante, da TV Senado, com quem tive o prazer de compartilhar muitos dias de trabalho. Por último, uma palavra de reconhecimento a toda a equipe da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em especial a Antonio Ferreira Costa Filho e Humberto Licursi.*

*A meus saudosos pais, Lúcia e Nelson,
a minha esposa Tânia e
a meus filhos Livia, Clara e Pedro*

.....

Prefácio

INTEGRAÇÃO OU MORTE

ROBERTO REQUIÃO
Senador da República
Vice-Presidente do Parlamento
do Mercosul

***E**NTRE AS TANTAS BANDEIRAS que a recidiva conservadora agitou nas eleições de 2014, estava a que defendia o fim do Mercosul. E os que abraçaram a causa desprezaram toda e qualquer argumentação geopolítica econômica, concentrando-se em preconceitos ideológicos, como bolivarianismo, ameaça comunista e sandices da espécie.*

A verdade é que as nossas elites jamais superaram suas inclinações coloniais e, volta e meia, revivem seus pendores entreguistas. Afinal, qual seria a contraface do Mercosul? A falecida ALCA ou os acordos bilaterais? Tanto faz, já que em um ou outro caso a chave é a alienação da soberania. Para quem sempre imaginou o Brasil e os países latino-americanos caudatários ou dependentes dos interesses imperiais, o bloco regional é, de fato, um estorvo.

Até pouco tempo atrás, as vozes anti-integracionistas quase que não eram ouvidas, quer na mídia, no Parlamento, na Academia ou nas associações empresariais. Parecia haver um consenso

quanto à importância do bloco regional. Nenhum chanceler, nenhum presidente da República e muito menos nenhum candidato à Presidência ousaria opor-se ao Mercosul. Criticá-lo, sim; propor sua extinção, jamais.

Mas, como hoje há quem saia à rua pedindo a volta dos militares e veja o fantasma do comunismo atrás de cada poste não é de se espantar que também surjam das sombras os que invectivem o Mercosul.

Paulo, o apóstolo, o construtor do cristianismo, dizia que fora da igreja não haveria salvação. Parodiando-o: fora do Mercosul não há salvação, para o Brasil e para os seus associados. Basta que se consultem os números das transações comerciais entre os países do bloco para que se constate a essencialidade do Mercosul.

É claro que temos toda uma longínqua e difícil estrada a percorrer. É claro que tão somente a integração econômica, comercial, alfandegária, monetária não basta. Que é preciso fazer avançar a integração cultural, política, parlamentar. É claro. Mas as primeiras pontes para encurtar essas distâncias já foram lançadas. E seria uma estultícia irremediável qualquer recuo.

A crise econômica global continua e exhibir vitalidade e a débacle do capitalismo financeiro espalha mundo afora os resultados de suas estripulias. O que nós somos? O que o Sul do mundo é para o Norte desenvolvido, industrializado e em crise? Como nos veem? Como fomos entre os séculos XVI e XIX: fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados.

Para os países industrializados em crise, somos mercados; tão simplesmente mercados para desafogá-los da diminuição do consumo, dos efeitos das “políticas de austeridade”, do desemprego, da queda da renda e dos salários, da recessão. Ora, nessas circunstâncias, que acordos bilaterais poderiam ser benéficos para nós? O

que a Europa e os Estados Unidos querem, e o querem desesperadamente, é exportar. Eles não estão atrás de parceiros, cujos interesses se complementam. Eles estão atrás de consumidores.

A crise global, que não deve se arrefecer em um horizonte visível, torna-se magnífica oportunidade para um grande salto na integração e no desenvolvimento regional.

No entanto, o Mercosul não avançará ou avançará modestamente sem que o Brasil, igualmente, avance. Assim, a desindustrialização brasileira, tão acentuada nos últimos anos, a primarização de nossa economia, as deficiências na infra-estrutura, a política de juros, a política cambial, os entraves no desenvolvimento tecnológico e na inovação, são limitações objetivas para a consolidação do mercado comum sul-americano.

Quer dizer, ao mesmo tempo que somos solução para a integração, somos também problema, dado o peso decisivo de nosso país na economia e na geopolítica regional.

É preciso, no entanto, que o Brasil exerça essa liderança, seja protagonista nesse processo. Se fomos relevantes na desarticulação da Alca, precisamos ser decisivos na consolidação e fortalecimento do bloco.

Nas décadas de 60/70, na incandescência dos movimentos anti-imperialistas e democráticos, pretendendo fazer do Brasil sua cabeça de ponte no continente em ebulição, os norte-americanos diziam que para onde o Brasil se inclinasse, penderia a América Latina.

Isso continua verdadeiro. Mas em vez de quinta coluna, como pretendiam os Estados Unidos, o papel que se espera do Brasil hoje é o de líder na libertação do continente das amarras da dependência, do subdesenvolvimento, do atraso, da pobreza, da desigualdade, da ignorância.

As resistências, sabemos, foram e serão enormes, poderosas. Está aí a nova velha direita e seu indelével complexo de vira-lata, sabujando o mercado, o império e as oropas; está aí a mídia monopolista, sempre contra o Brasil, sempre desmerecendo a nacionalidade, pregando a subserviência e desacreditando a força e a capacidade de nosso povo; estão aí alguns economistas e seus patrões, cuja pátria é o mercado e Mamom o seu deus; estão aí alguns industriais, alguns produtores rurais que veem nos acordos bilaterais a salvação de seus negócios mesmo que o país soçobre.

Seja como for, vamos à luta, obstinadamente. Vamos à luta porque, para os países sul-americanos, a integração, com o pleno funcionamento do Mercosul, equivale a uma segunda proclamação de independência.

Integração ou morte.

O papel do Parlasul

Por fim, vamos falar da integração parlamentar.

Em meu primeiro mandato como senador (1995-2002), presidi a representação brasileira e presidi a comissão parlamentar internacional do Mercosul, embrião do Parlamento. Participei, portanto, dos movimentos iniciais da integração parlamentar do bloco.

Neste segundo mandato, presidi a Representação Brasileira e hoje sou vice-presidente do Parlasul.

Com a experiência desses dois momentos, vejo na integração parlamentar um dos pilares da consolidação do Mercosul. Menos contidos pelos trâmites burocráticos e pelas sutilezas da diplomacia, menos embaraçados por tratados e acordos, nós os parlamentares temos mais liberdade para circular ideias, debater propostas, criar soluções.

Pelo diálogo, pela convivência, pela regularidade e intensificação das sessões plenárias e através do funcionamento das comissões permanentes podemos aparar arestas, quebrar resistências, consolidar e fortalecer os laços do bloco.

Mas, para isso precisamos fazer o Parlasul conhecido, respeitado, sustentado em nossos países. As eleições diretas para o Parlamento, a exemplo do que pioneiramente já faz o Paraguai, certamente vão dar um grande impulso para o fortalecimento e o acatamento do colegiado.

Não tenho dúvida: o Mercosul transformar-se-á em realidade quando o Parlasul for realidade.

.....

Apresentação

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro da Educação
Ex-presidente do Parlasul

O

MERCOSUL É DESCONHECIDO.

E ele é desconhecido não apenas da população, do cidadão comum. Mesmo entre os chamados “formadores de opinião” e a classe política há um grande desconhecimento sobre o bloco. Ignora-se sua verdadeira origem, seu significado estratégico, sua importância para os interesses brasileiros, suas realizações, suas instituições, etc.

Há, enfim, um inquietante desconhecimento no Brasil sobre esse bloco.

Esse desconhecimento alimenta um ainda mais preocupante ceticismo, muito presente em nossos meios de comunicação tradicionais. Com efeito, a cobertura sobre o Mercosul em nossa mídia, quando existe, é bastante negativa. Em suas poucas referências ao assunto, o bloco é apresentado, em geral, como algo inútil e atrasado, que impede maior integração do Brasil ao comércio internacional e à economia mundial.

Trata-se de equívoco gerado pelo desconhecimento. Uma tese sem base empírica, mas que se reproduz de forma automática e insensata.

Porém, se há grande desconhecimento sobre o bloco de um modo geral, no caso do Parlamento do Mercosul o desconhecimento é quase completo. Apesar da importância desse parlamento, destinado a resgatar o “déficit democrático” de um bloco ainda muito centrado em seus aspectos econômicos e comerciais, as informações que sobre ele circulam são assustadoramente escassas e invariavelmente negativas.

Sobre o Mercosul, sabe-se pouco. Sobre o Parlasul, sabe-se nada ou quase nada.

Daí a relevância deste belo trabalho do competente jornalista da Agência Senado, Marcos Magalhães.

Magalhães acompanhou de perto o nascimento do Parlamento do Mercosul e esteve presente em quase todas as suas reuniões. Na condição de presidente da Representação Brasileira no Parlasul e presidente do Parlasul, fui testemunha da seriedade e do afinho com que Magalhães e seus colegas da Agência Senado e da TV Senado cobriam cada detalhe das reuniões.

Primeiros a chegar e último a sair, Magalhães e seus companheiros de trabalho foram os grandes responsáveis por colher e difundir informações fidedignas sobre as reuniões do Parlasul. Informações que não foram produzidas por mais ninguém.

De fato, os jornalistas do Senado são os únicos jornalistas brasileiros que acompanham essas reuniões. Não fossem esses dedicados profissionais, não haveria nenhum registro jornalístico brasileiro sobre o Parlamento do Mercosul.

Felizmente, Marcos Magalhães se dispôs a sistematizar, com brilhantismo, todas as informações colhidas ao longo desse perí-

odo inicial do Parlasul. Desse modo, o leitor poderá encontrar aqui uma rica história dos primeiros anos do Parlamento do Mercosul. Está tudo registrado nesta obra: os debates por vezes acalorados, os temas tratados, as proposições aprovadas, os principais personagens, os bastidores das negociações de temas espinhosos e as forças políticas presentes.

Assim sendo, o livro de Marcos Magalhães é um raro e oportuno antídoto contra o desconhecimento do processo histórico da integração regional. Uma fonte de informação única, sóbria e veraz. Um registro inédito da diplomacia parlamentar no processo de integração. Uma visão ampla do órgão que pretende dar voz à cidadania do Mercosul.

Mais que leitura obrigatória para os que se interessam pelo bloco é leitura imprescindível para os brasileiros, que votarão, num futuro próximo, para eleger diretamente seus representantes no Parlamento do Mercosul.

.....

Capítulo I

BRASÍLIA, A PRIMEIRA ESCALA

CAÍ A TARDE EM BRASÍLIA quando duas sessões extraordinárias foram abertas no Congresso Nacional. Era o início de setembro de 2006, pouco menos de um mês antes das eleições que dariam um segundo mandato ao presidente Luís Inácio Lula da Silva e renovariam toda a Câmara e um terço do Senado. A noite que começava era a última oportunidade para que se aprovassem novos projetos antes das eleições gerais daquele ano. E um deles abria caminho para nova etapa da integração regional: o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (Parlasul).

O clima de tensão política que antecede eleições estabelecia limites à elaboração da pauta. Só seria colocado em votação o que fosse resultado de acordo entre parlamentares governistas e de oposição. As duas sessões começaram às 18h e prosseguiriam por quase três horas. Este era o prazo de que dispunha o Congresso brasileiro para aprovar a tempo o projeto de criação do Parlasul, cuja instalação deveria ocorrer até o final daquele ano.

O projeto de decreto legislativo destinado a referendar a Decisão 23/05 do Conselho do Mercado Comum, que estabeleceu o novo parlamento regional, era o décimo sétimo item da pauta na sessão da Câmara. O presidente da Câmara à época, deputado Aldo Rebelo, promoveu uma votação rápida. Logo em seguida, teve início uma inédita operação legislativa. Eleito dois meses antes presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) havia assumido o cargo com a promessa de instalar o novo parlamento regional – sucedâneo da CPCM – ainda em 2006. Para isso, o protocolo deveria ser aprovado pelos parlamentos dos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O Congresso brasileiro praticamente só disporia daquela noite para aprovar o protocolo, a tempo de permitir a sua entrada em vigor e a preparação da sessão de constituição do Parlamento do Mercosul, no final do ano. Com o apoio de Rebelo, Zambiasi então se encarregou de acelerar a tramitação da proposta. Foi imediatamente ao Senado, onde pediu o apoio do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carrero, e do presidente da Casa, senador Renan Calheiros. Conversou em seguida com cada um dos líderes partidários. E garantiu a inclusão do protocolo constitutivo na pauta daquela sessão, como item extrapauta, juntamente com o projeto de decreto legislativo destinado a ratificar outra decisão do Conselho do Mercado Comum, esta de criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), cujo objetivo era o de estimular as menores economias do bloco.

Carrero entrou em contato com a Secretaria da Mesa da Câmara, que enviou ao Senado os dois projetos de decreto legislativo. Enquanto isso, Zambiasi procurava o apoio dos partidos de oposição. O então líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que havia feito um acordo com a base governista para colocar apenas alguns projetos em votação. Diante da necessidade de rápida aprovação das duas matérias pelo Senado, porém, ele concordou com a sua inclusão em pauta. Em seguida, Zambiasi – que já contava com os partidos da base de apoio ao governo – conseguiu ainda o apoio do líder do Democratas, senador José Agripino (RN).

Obtido o consenso, os dois projetos de decreto legislativo – de criação do Parlamento do Mercosul e de criação do Focem – foram colocados em votação pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ambos foram rapidamente aprovados pelo Plenário, em votações simbólicas.

– Não sei se, na história do Congresso, existe outro caso de, no espaço de 30 minutos aproximadamente, dois projetos de tamanha relevância serem aprovados na Câmara e no Senado, sem discussão praticamente. Pela premência do tempo e pelos compromissos assumidos, era importante que o Brasil desse o exemplo, porque os demais países estavam na expectativa de aprovação pelo Brasil para também aprovarem (o protocolo) e concluirmos a constituição e a instalação do Parlamento do Mercosul, que ocorreu no dia 14 de dezembro, no Plenário do Senado. A sessão solene foi muito bonita e aplaudida, o que me deixou muito emocionado – relatou Zambiasi.

Constituição

Três meses depois da sessão em que os senadores brasileiros aprovaram o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, aquele mesmo Plenário do Senado Federal tornou-se o cenário para a sessão de constituição do novo órgão legislativo regional, que contou com a presença do presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, e de delegações dos cinco países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, esta ainda em processo de adesão. E o processo de integração continental, que sempre havia tido forte conteúdo econômico, conquistou ali espaço político.

O novo parlamento nasceria composto por 18 parlamentares de cada um dos países do bloco. Como determinado pelo protocolo constitutivo, eles não disporiam ainda do poder supranacional – ou acima do poder de cada uma das nações – de elaborar leis que viessem a ter vigência em todo o bloco. Mas passariam a representar as suas respectivas sociedades nos debates sobre os rumos da integração, além de acompanhar de perto, em cada Parlamento nacional, a tramitação de projetos de lei e de tratados internacionais que viessem a afetar a região.

Em seu pronunciamento ao Plenário, Lula ressaltou a importância de se colocar o Mercosul cada vez mais próximo do dia a dia das populações dos países que integram o bloco. Uma das principais iniciativas nesse sentido, disse o presidente brasileiro, era justamente a constituição do novo parlamento, que, a seu ver, aprofundaria a “dimensão política da integração”, ao mesmo tempo em que contribuiria para a consolidação de

uma cidadania regional. O presidente recordou ainda que o parlamento não teria, pelo menos inicialmente, função legislativa e nem se sobreporia aos parlamentos nacionais de cada integrante do bloco. Mesmo assim, observou, o órgão legislativo regional poderia contribuir para a promoção da harmonização das legislações nacionais em diversos setores.

– Servirá de laboratório político importante para avançarmos, futuramente, no plano da supranacionalidade, seguindo as grandes experiências de integração em curso no mundo – afirmou Lula.

Representando os parlamentares da Argentina, o deputado Alfredo Atanasof disse que “avançar na constituição do parlamento” significava que o Mercosul estaria avançando igualmente “em algo tão central como a democratização” do processo de integração regional. Significava ainda, na sua opinião, que estavam em construção novas e melhores formas de “escutar a voz dos povos”, uma vez que o novo parlamento seria a caixa de ressonância necessária para que as vozes dos cidadãos chegassem a “todas e a cada uma” das instâncias do processo de integração.

– A partir de agora, por meio dos mecanismos de audiências públicas, dos relatórios sobre direitos humanos, da recepção de denúncias e de reivindicações dos cidadãos, da possibilidade de instrumentar mecanismos de democracia direta como a consulta popular, os cidadãos poderão exercer um controle efetivo do processo de integração – previu Atanasof.

O deputado Roberto Conde, representante do Uruguai, também admitiu, como Lula havia feito anteriormente, que o Parlamento do Mercosul não viria a substituir os parlamentos nacionais e nem se constituiria, naquele momento, em uma “figura supranacional típica”, com poderes acima dos próprios países do bloco. Apesar disso, alertou, os representantes de cada integrante do bloco no novo órgão legislativo regional teriam um importante papel a exercer na construção do processo de integração.

– O fato de que nós não sejamos, estritamente falando, um parlamento supranacional não quer dizer que não tenhamos que ter mentalidade supranacional, responsabilidade supranacional, visão supranacional, para fazer desse parlamento um centro de desenvolvimento da construção comunitária – propôs Conde.

Por sua vez, o senador Alfonso González Núñez, representante do Paraguai, afirmou que o Parlamento do Mercosul estava sendo consti-

tuído para que se devolvesse à política o papel que ela nunca deveria ter deixado de exercer nos processos de integração. Em sua opinião, as “políticas mercantilistas”, por si sós e isoladamente, não conseguiriam solucionar os problemas da pobreza e da falta de inclusão social.

– Tampouco se faz política por si só, mas é evidente que o rosto humano da integração é marcado pela representação cidadã, que então, articuladamente com os técnicos e as decisões econômicas adequadas, construirá as soluções mais eficientes para o futuro do Mercosul – previu.

A necessidade de se reforçar o componente político do processo de integração regional também foi ressaltada pelo representante da Venezuela, deputado Saúl Ortega. Para ele, o projeto integracionista não poderia “ser deixado só em mãos dos peritos, ou na fria e calculada decisão” das chancelarias dos países que integram o bloco.

– Eu acredito que a política deve estar à frente, marcando o rumo desse projeto de parlamento que nasce hoje – afirmou.

Ao final da sessão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Parlamento do Mercosul teria de ser percebido pela opinião pública como uma instituição transparente, de “ampla integração com a sociedade.” A partir daquele momento, observou, dependeria fundamentalmente do próprio parlamento, da sua visão estratégica e do compromisso pessoal de cada um de seus integrantes, a construção de uma imagem positiva junto às sociedades dos países que integram o bloco.

– O Parlamento do Mercosul terá ainda outro grande desafio: legitimar a integração, representar os respectivos povos e trazer ao debate público os grandes temas regionais. Terá de aproximar as culturas, desfazer eventuais crises de desconfiança e promover o debate sobre os diferentes interesses de cada estado parte – avaliou Calheiros.

.....

Capítulo II

DE ASSUNÇÃO A MONTEVIDÉU

A DECISÃO DE SE ESTABELECEM o Parlamento do Mercosul foi tomada durante uma reunião de cúpula do bloco, realizada entre os dias 7 e 9 de dezembro de 2005, em Montevidéu, cidade que viria a ser a sede do futuro órgão legislativo regional. Mas a intenção de atrair os parlamentares dos países que compõem o Mercosul para o processo de integração regional – inspirada em iniciativa semelhante do outro lado do oceano Atlântico, a criação do Parlamento Europeu – começou a ser colocada em prática muito tempo antes. Se o bloco possui uma espécie de certidão de nascimento, esta será o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, na capital paraguaia. E ali já estava previsto o embrião do futuro órgão legislativo regional.

Por meio do tratado, os governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai decidiram constituir um mercado comum, que viria a ser chamado de Mercado Comum do Sul, ou, simplesmente, Mercosul. A iniciativa envolvia a “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra

medida de efeito equivalente.” Previa ainda o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros estados ou agrupamentos de estados, além da coordenação de políticas macroeconômicas.

A senha para a futura criação de uma vertente parlamentar do bloco consta do artigo 24 do Tratado de Assunção. “Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum”, diz o artigo, “estabelecer-se-á a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul” (CPCM). E os governos dos quatro países, prosseguia o artigo, manteriam informados os respectivos Poderes Legislativos sobre a evolução do estabelecimento do Mercosul. Firmaram o documento os então presidentes de Argentina, Carlos Ménem; do Brasil, Fernando Collor; do Paraguai, Andrés Rodriguez; e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle.

Menos de seis meses depois da cúpula de Assunção, parlamentares dos quatro países reuniram-se em Buenos Aires para estabelecer a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A comissão viria a ser composta por oito deputados e oito senadores de cada um dos quatro países do bloco – todos indicados por seus respectivos Parlamentos nacionais. De acordo com a resolução adotada ao final da II Reunião Parlamentar do Mercosul, realizada em 19 de setembro de 1991, a CPCM teria, entre suas atribuições, as de autoconvocar-se, solicitar dos governos dos quatro países as informações necessárias para o cumprimento de suas tarefas, sugerir medidas que possibilitassem o cumprimento dos objetivos do Tratado de Assunção e pedir informações a organismos públicos e privados, internacionais, nacionais ou regionais, em áreas como a empresarial, a trabalhista e a social.

A comissão viria a ter, segundo regulamento aprovado em dezembro de 1991, “caráter consultivo, deliberativo e de formulação de propostas.” A CPCM poderia, entre outras atribuições, emitir recomendações a respeito da condução do processo de integração e realizar os estudos necessários para harmonizar legislações dos estados partes, além de propor normas de direito comunitário e levar as suas conclusões aos parlamentos nacionais dos países do bloco. Três anos mais tarde, em dezembro de 1994, o Protocolo de Ouro Preto incluiu a comissão conjunta entre os órgãos que viriam a compor a estrutura institucional do Mercosul, ao lado do Conse-

lho do Mercado Comum, do Grupo do Mercado Comum, da Comissão de Comércio, do Foro Consultivo Econômico-Social e da Secretaria Administrativa do Mercosul.

Segundo o protocolo, a CPCM seria o “órgão representativo dos Parlamentos dos estados partes no âmbito do Mercosul.” Ou seja, a comissão não representaria diretamente os cidadãos dos países do bloco, mas sim as suas próprias casas legislativas. Além disso, como estabeleceu o protocolo, a comissão seria encarregada de “acelerar os procedimentos internos correspondentes nos estados partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul”, ao mesmo tempo em que atuaria, como coadjuvante, na harmonização das legislações dos países do bloco.

Dois anos depois da assinatura do Protocolo de Ouro Preto, considerado um marco da institucionalização do bloco, parlamentares dos quatro países assumiram formalmente a defesa do estabelecimento de um novo órgão legislativo regional. Por meio da Declaração de Florianópolis, firmada em 31 de dezembro de 1996, parlamentares dos quatro países do bloco – assumidamente inspirados na experiência do parlamento Europeu – manifestaram a “sua convicção da necessidade de início dos estudos técnicos relativos à criação de uma “Assembleia Parlamentar do Mercosul.” O documento foi assinado pelo presidente *pro tempore* da CPCM, o deputado brasileiro Paulo Bornhausen, por presidentes das delegações de Argentina, Paraguai e Uruguai e pelo presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países da América do Sul, Gerardo Galeote Quecedo.

Finalmente, em 8 de dezembro de 1999, a CPCM decide, de forma oficial, “iniciar os estudos e trabalhos pertinentes com o objetivo de estabelecer uma agenda para a institucionalização do Parlamento do Mercosul.” Os estudos prosseguiram durante a primeira metade da primeira década do século 21. Enquanto se aprofundavam as análises sobre o modelo do futuro parlamento, o cenário político da América do Sul também se alterava. E uma nova geração de presidentes participou da reunião de cúpula de dezembro de 2005, em Montevidéu, quando foram anunciadas decisões importantes, como a criação do Parlamento do Mercosul, a aprovação do regulamento do Fundo de Convergência Estrutural (Focem), destinado a apoiar as menores economias do bloco, e a adesão da Vene-

zuela ao Mercosul, que ainda precisaria ser confirmada pelos parlamentos nacionais dos quatro países que formaram o bloco econômico – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O anfitrião do encontro, então presidente Tabaré Vázquez, elogiou a proposta de criação do Parlamento do Mercosul e observou que os processos de integração não estavam “irremediavelmente condenados a um déficit democrático.” Ele afirmou ser possível desenvolver uma institucionalidade que viesse a consolidar o Mercosul como um sistema de integração não apenas econômica, “mas também cidadã.”

– Porque não há autêntica integração sem cidadania – concluiu Vázquez.

A consolidação das instituições democráticas na região, disse por sua vez o então presidente da Argentina, Néstor Kirchner, possibilitou deixar desconfianças para trás e avançar na aproximação entre os povos dos países que integram o bloco. A existência de valores políticos comuns e desafios econômicos similares, observou o presidente argentino, “contribui para pôr fim às disputas e rivalidades que no passado entorpeciam as iniciativas de cooperação regional.” Por sua vez, o então presidente paraguaio Nicanor Frutos classificou o Mercosul como “um freio a qualquer processo de involução política.”

Ainda em seu primeiro mandato, o presidente Luís Inácio Lula da Silva informou que o governo brasileiro estava empenhado, juntamente com o Foro Consultivo Econômico e Social, nos esforços de envolvimento da sociedade civil no processo de integração. O êxito da ação conjunta com a sociedade, lembrou, seria maior na medida em que o bloco pudesse contar com instituições fortalecidas que viessem a “apoiar e complementar” o trabalho dos governos dos países do Mercosul.

– Se aceitamos o destino comum da integração regional, temos que ver como natural o reforço da estrutura institucional do bloco. É por isso que felicito com especial ênfase o trabalho da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul na definição do parlamento regional – disse Lula.

Córdoba

Ao final da reunião de cúpula de Montevideu, os presidentes dos quatro países do bloco disseram “receber com satisfação” a aprovação

pelo Conselho do Mercado Comum – órgão máximo do Mercosul, composto por ministros de Economia e de Relações Exteriores – do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. E, segundo o protocolo, a efetiva instalação do novo parlamento ocorreria, no mais tardar, em 31 de dezembro de 2006 – pouco mais de um ano após a cúpula. Para isso, o protocolo deveria ser, inicialmente, ratificado pelos parlamentos dos países do bloco. Começava, então, uma corrida contra o tempo.

Os esforços políticos para colocar em prática o protocolo recém-aprovado começaram durante o período de presidência argentina, no primeiro semestre de 2006. E prosseguiram com ainda maior sentido de urgência durante a presidência brasileira do segundo semestre daquele ano. Juntamente com a presidência do bloco, passou às mãos de parlamentares brasileiros, naquele momento, o comando da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que viria a ser extinta alguns meses depois. A transferência do comando da CPCM ocorreu em 20 de julho de 2006, na cidade argentina de Córdoba, mesmo local onde se realizou a cúpula presidencial que marcou o final do semestre presidido pela Argentina.

Logo após receber das mãos da senadora argentina Graciela Bar a presidência *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) anunciou que o Parlamento do Mercosul seria instalado ainda em 2006, em Montevideú. Ele prometeu empenhar-se, ao longo de todo o segundo semestre, para que o novo órgão fosse, desde o início, democrático, plural, transparente e austero.

– Não vamos fazer de Montevideú um lugar de lazer parlamentar, mas sim um lugar de muito trabalho, comprometido com a cidadania mercosulina – disse Zambiasi logo após assumir a presidência da comissão.

Para que o novo parlamento fosse de fato instalado até o final daquele ano, porém, ainda era necessária a ratificação do protocolo que estabelece a sua criação pelos Congressos Nacionais da Argentina, do Brasil e do Uruguai. O Paraguai era então o único dos sócios do bloco que já havia ratificado o protocolo.

O deputado Mauro Passos (PT-SC) foi encarregado por Zambiasi de acompanhar cada passo da tramitação do protocolo na Câmara. O deputado anunciou que solicitaria ao então presidente da Câmara, Aldo

Rebello, prioridade para a votação da matéria antes das eleições previstas para outubro.

Parlamentares da Venezuela já participaram das discussões da reunião plenária da comissão, cujo tema principal foi a própria instalação do Parlamento do Mercosul. Não ocorreram em Córdoba debates sobre temas polêmicos como a disputa entre Argentina e Uruguai a respeito da instalação, em território uruguaio, de duas fábricas de celulose. Após assumir a presidência, Zambiasi ressaltou o clima de união entre deputados e senadores dos países do bloco e o início efetivo do trabalho legislativo regional.

– Pela primeira vez senti o Parlamento pulsando verdadeiramente, durante esta reunião. Ao me perguntarem, aqui em Córdoba, com que espírito chegava a este encontro, respondi que me apresentava como cidadão do Mercosul. Essa é a mensagem que devemos levar a nossos países – recomendou Zambiasi.

No dia seguinte, durante o encerramento da cúpula presidencial, o então presidente argentino Néstor Kirchner considerou o futuro Parlamento do Mercosul “fundamental” para o aprofundamento do processo de integração regional. Ao recordar os mais de 500 anos de história da cidade de Córdoba, onde se realizou o encontro, observou que aquele era o momento adequado para definir o rumo que teria a integração no futuro.

– A democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a justiça social, a equidade e a luta contra a pobreza devem estar presentes na integração. Devemos ter um novo e ampliado conceito de soberania, política e produtiva. O Parlamento do Mercosul contribuirá para a pluralidade e para promover a participação da sociedade na integração - disse Kirchner na abertura da reunião de cúpula.

Apesar de admitir a existência de desafios “muito grandes” no processo de integração, que seria conduzido pelo Brasil durante o segundo semestre, Kirchner manifestou otimismo em relação ao futuro do bloco e acusou os opositores do Mercosul de buscar “de qualquer maneira” inviabilizar a maior aproximação entre os países membros.

.....

Capítulo III

COMEÇA O TRABALHO PARLAMENTAR

O PARLAMENTO DO MERCOSUL entrou em pleno funcionamento no dia 7 de maio de 2007, em Montevideu. Durante sessão solene realizada no edifício do Palácio Legislativo do Uruguai, tomaram posse os 81 deputados e senadores indicados pelos cinco países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, esta ainda em fase de adesão. Em seguida, foi eleito presidente o senador paraguaio Alfonso González Núñez, que já exercia interinamente a presidência após a realização, em dezembro, da sessão especial de constituição do novo parlamento, em Brasília.

Além de Núñez, foram escolhidos para compor a Mesa Diretora quatro vice-presidentes, cada um por um dos demais países – além do Paraguai – que integram o bloco. Foram eles o deputado Alberto Balestrini, pela Argentina; o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), pelo Brasil; o deputado Roberto Conde, pelo Uruguai; e o deputado Saúl Ortega, pela Venezuela. Dos cinco países, quatro enviaram delegações de 18 parlamentares cada; apenas a Venezuela indicou somente nove deputados.

Em seu discurso de posse, Núñez disse que o Parlamento do Mercosul se estabelecia em um “momento crucial” para o bloco, em que

“ameaças reais que escurecem o horizonte envolto em constantes turbulências impedem a consolidação de uma integração real e equitativa.” Pediu, em seguida, que se “descongelasse” o Mercosul e que se corrigissem as “assimetrias” a seu ver existentes entre os sócios.

– Nós nos constituímos em Parlamento do Mercosul para acabar com o déficit democrático do projeto regional, porque a integração sustentável reclama e precisa de decisões políticas. Porque o grande objetivo da democracia no Mercosul consiste em obter uma governabilidade que assegure os equilíbrios macroeconômicos, promova a segurança jurídica e o desenvolvimento humano e proteja o meio ambiente – afirmou Núñez.

Ponte

Em pronunciamento feito durante a sessão de instalação do novo órgão legislativo, o então presidente do Senado brasileiro, Renan Calheiros, afirmou que o Parlamento do Mercosul poderia ser a “melhor ponte” entre as demandas da população dos países que compõem o bloco e as suas instâncias decisórias. A seu ver, a representação parlamentar regional serviria como garantia de um processo de integração “mais aberto, participativo e transparente.”

Na opinião do senador, o parlamento deveria acelerar a incorporação aos ordenamentos jurídicos internos das normas do Mercosul. Além disso, deveria atuar como “instrumento fundamental” para fortalecer a identidade política e institucional do bloco.

O relacionamento do Brasil com os países vizinhos, na avaliação do presidente do Senado, nunca foi tão denso e intenso. Não foi fácil, como recordou, superar décadas de distanciamento entre os países da região. Mas não haveria outro caminho para a América do Sul, alertou, que não o da construção de um espaço econômico, político e social integrado.

Renan ressaltou, em seu pronunciamento, o desafio que havia sido definido na época pelos parlamentares brasileiros de promover, em 2010, a primeira eleição de representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul, que tomariam posse em 2011. Ele lembrou ainda que, em 2014, segundo o protocolo constitutivo do parlamento, os eleitores de todos os países do bloco escolheriam seus representantes no parlamento no mesmo dia. (Até o início de 2011, porém, somente o Paraguai havia realizado elei-

ções diretas para o Parlamento do Mercosul e ainda não havia acordo para a promoção de eleições conjuntas em 2014, como estabelece o protocolo).

– Até lá, precisamos somar esforços para que o Parlamento do Mercosul seja uma instituição capaz de aproximar culturas, desfazer eventuais crises de desconfiança e debater os diferentes interesses de cada estado parte – sustentou.

Também presente à sessão, o então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia, disse que o Parlamento do Mercosul seria um importante instrumento de ampliação da participação dos cidadãos na condução do processo de integração. Ele previu a realização de reuniões públicas do novo órgão, com a participação de órgãos de representação popular, empresários e trabalhadores.

Mercocéticos

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, criticou os que chamou de “mercocéticos” durante a sessão de instalação, em Montevideú. Ele citou a ampliação de investimentos recíprocos entre os países do bloco e o expressivo crescimento do comércio regional como demonstrações de que a integração continental estaria obtendo mais sucesso do que poderiam admitir os seus críticos.

– Talvez as maiores dificuldades que enfrentamos sejam as resistências mentais dos que não conseguem se libertar de valores passados. Além da integração física, precisamos promover a interconexão dos espíritos – sugeriu Amorim.

Ao citar os “mercocéticos”, o ministro fez uma referência aos chamados “eurocéticos”, ou seja, os críticos da integração europeia, muito fortes especialmente no Reino Unido. Em sua opinião, embora existam igualmente críticos da integração na América do Sul, empresários e trabalhadores dos países do bloco têm demonstrado interesse na ampliação do intercâmbio econômico.

Além de Amorim, também estiveram presentes à sessão os ministros de Relações Exteriores do Paraguai, Ruben Lezcano, e do Uruguai, Reinaldo Gargano. A sessão foi aberta pelo vice-presidente uruguaio Nin Novoa, que também presidia o Senado. O então presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, não compareceu.

Mandato

No dia seguinte à sessão solene, ficou decidido que o mandato do presidente do Parlamento do Mercosul, senador paraguaio Alfonso González Núñez, se encerraria ao final de junho de 2007. A decisão foi tomada por consenso, depois de uma disputa política iniciada na véspera, durante a primeira sessão do parlamento, a respeito da duração dos mandatos do presidente e de toda a Mesa Diretora.

Ficou acertado que o mandato da Mesa – composta por Núñez e por quatro vice-presidentes, indicados pelos demais países do bloco – se estenderia até o final de 2008. Até lá, os vice-presidentes indicados por Argentina, Brasil e Uruguai se revezariam no poder por períodos semestrais. O rodízio não incluiria a Venezuela, ainda considerada um membro em processo de adesão.

– Chegamos a este encontro com a proposta de mandato de um ano para o presidente, mas concordamos com o rodízio – disse o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente pelo Brasil, ao comentar a decisão.

Antes que se chegasse a esse consenso, havia posições distintas entre as bancadas. Núñez foi eleito na sessão solene, mas havia ficado pendente a definição do tamanho de seu mandato. Prevaleceu a tese de que o rodízio entre os quatro países acompanharia o rodízio da presidência *pro tempore* do Mercosul. Mas a delegação brasileira desejava inicialmente apoiar o estabelecimento do prazo de um ano e a escolha para a presidência do então vice-presidente uruguaio do parlamento, deputado Roberto Conde.

Como a sessão do dia seguinte à instalação efetiva do novo parlamento havia começado sem um entendimento, foi nomeada – por iniciativa do Uruguai – uma comissão para negociar, em uma sala anexa e a portas fechadas, a questão do tamanho dos mandatos. Ao falar em nome da delegação brasileira, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a adoção de uma proposta de entendimento.

Uma hora depois, os integrantes da comissão retornaram à sessão, anunciando a solução de consenso. Os parlamentares que defendiam o mandato de um ano disseram então que haviam concordado com a solução em nome do entendimento.

– Arriamos a bandeira, mas não nos rendemos – resumiu Roberto Conde, que seria eleito presidente durante a sessão seguinte do parlamento, em 25 de junho.

Carta de Montevideu

Por iniciativa da delegação brasileira, o Parlamento do Mercosul aprovou ainda, na mesma sessão, a Carta de Montevideu, na qual se destacava a intenção de se avançar no aprofundamento da “dimensão política” do bloco. O documento ressaltava a abertura de espaços para todas as correntes políticas, de maneira a contribuir para a construção de uma “cultura de cidadania vinculada ao fortalecimento da democracia.”

“O Parlamento do Mercosul assegurará um espaço comum destinado a refletir o pluralismo e as diversidades da região, contribuindo para a democracia, a representatividade, a transparência e a legitimidade do processo de integração”, segundo o documento aprovado por unanimidade.

Os signatários da carta disseram ainda desejar projetar para o resto do mundo a identidade do Mercosul, baseada em valores como a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e o repúdio a todas as formas de discriminação, especialmente as relativas a gênero, cor, etnia e religião. Defenderam também a promoção do desenvolvimento sustentável da região, buscando a “correção das assimetrias dentro e entre os países.”

Durante o debate do documento, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou demasiadamente diplomática a expressão “correção de assimetrias.” Ele defendeu a inclusão, no texto, de termos como desigualdade, pobreza e exclusão social. “Sugiro a adoção de uma linguagem mais parlamentar”, disse ele.

A dimensão histórica da realização das primeiras sessões do Parlamento do Mercosul foi ressaltada pelos senadores brasileiros que participaram da sessão. Na opinião desses parlamentares, aquele seria o momento adequado para se garantir uma maior aproximação política entre os países que compõem o bloco.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse não entender o motivo pelo qual a imprensa estaria vendo “com antipatia” o nascimento do

novo parlamento. Ele revelou sua surpresa, por exemplo, ao constatar que a notícia a respeito da realização da primeira sessão, em Montevidéu, havia recebido apenas uma pequena menção na primeira página do principal jornal uruguaio, *El País*.

Depois de lembrar o período de grande afastamento entre os países da América do Sul, quando havia ditaduras militares por quase todo o subcontinente, Simon defendeu como modelo a integração da Europa. O senador lembrou ainda a existência, na região, de recursos naturais abundantes. E perguntou por que, até hoje, não havia prevalecido entre os sul-americanos o mesmo espírito de entendimento a seu ver existente na Europa.

– Isto vai se constituir aqui no Parlamento do Mercosul – antecipou Simon.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) considerou um “marco histórico” a realização da primeira sessão do novo parlamento. Muitas vezes, observou, os parlamentares se perguntam que tratamento seria dado a um fato pela imprensa. Para o senador, sempre haverá manchetes negativas.

– O mais importante é consolidar o Parlamento do Mercosul como grande caixa de ressonância da sociedade – sustentou Inácio Arruda.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), por sua vez, apontou a presença de poucas mulheres no novo parlamento, assim como nos parlamentos nacionais de cada integrante do Mercosul. A seu ver, a integração tem que ocorrer também nas questões relativas a gênero.

– A participação feminina é importantíssima na busca de garantia de mesmos direitos e oportunidades para as mulheres – afirmou Marisa.

.....

Capítulo IV

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

APÓS REALIZADAS as sessões solenes de constituição e de instalação, em Brasília e Montevidéu, o Parlamento do Mercosul começou a ensaiar a sua própria identidade. Longe dos ministros e dos holofotes, os integrantes do novo órgão legislativo regional tinham que estabelecer as suas rotinas, ao mesmo tempo em que começavam a debater os principais temas da agenda política do momento. E o estabelecimento de rotinas começava por uma questão básica: onde seriam realizadas as sessões do parlamento? A resposta inicial foi a utilização provisória de espaços da Prefeitura de Montevidéu.

Foi ali, no centro da capital uruguaia, que se realizou a terceira sessão do parlamento – a primeira efetivamente de trabalho. Era um local provisório, naturalmente. Nos meses seguintes, os parlamentares passariam a usar um auditório localizado no anexo do edifício do Palácio Legislativo, sede do Congresso Nacional do Uruguai. Mais tarde, as sessões do Parlasul seriam ainda realizadas em um dos dois amplos salões que se situam logo à entrada do edifício sede do Mercosul, localizado em frente ao rio da Prata. Esta viria a ser a última sede provisória, uma vez que a sede definitiva do

Parlasul seria erguida no futuro no local onde durante muito tempo funcionou um cassino, bem ao lado da sede do Mercosul.

Naquele momento ainda inicial, durante a sessão realizada em um auditório cedido pela prefeitura, no centro da capital uruguaia, os parlamentares aprovaram duas declarações. A primeira, de iniciativa do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para dar apoio às posições assumidas naquele momento pelos negociadores dos países membros do bloco na Organização Mundial do Comércio (OMC), durante as discussões da Rodada de Doha, com vista à liberalização do mercado agrícola e à obtenção de acordos comerciais “equilibrados e justos.”

Segundo afirmou então Mercadante, a declaração demonstrou a “unanimidade dos parlamentares do bloco em apoiar a posição dos negociadores.” Ele recordou que, quando a Organização Mundial do Comércio foi instituída, houve o compromisso dos países ricos de reduzir subsídios à agricultura e barreiras à entrada de produtos agrícolas dos países mais pobres. Desde o início da OMC, porém, observou o senador, os países pobres abriram seus mercados em proporção duas vezes maior que os países ricos, que agora não querem conceder a contrapartida prometida.

– Os parlamentares de todos os países do Mercosul exatamente estão denunciando essa atitude, fortalecendo a nossa diplomacia e mostrando a nossa coesão na defesa do interesse dos povos da América Latina – afirmou Mercadante.

Na mesma sessão, o parlamento aprovou declaração proposta pela delegação argentina com um apelo ao Reino Unido para que retomasse o diálogo com a Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas, motivo da guerra entre os dois países em 1982. O texto da moção ressaltou a necessidade de uma rápida solução para a questão “em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e com as declarações da Organização dos Estados Americanos.” A declaração foi aprovada sob aplausos.

– Felizmente, sabemos que nossas nações irmãs da América Latina apoiam nossa reivindicação de encontrar uma solução a essa controvérsia – disse o deputado argentino Alfredo Atanasof.

Falando em nome da delegação brasileira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que aquela era “uma declaração muito importante”, uma manifestação que marcaria “o destino de nosso futuro.”

– A realidade das Malvinas é uma questão de honra não apenas para a Argentina, mas para toda a América, um resquício do velho império colonial – afirmou o senador.

Também foi aprovada durante a sessão uma proposta de agenda política. O documento enumerava os temas então considerados prioritários para o parlamento, como o diagnóstico da situação do mercado comum e o tratamento de assuntos como a padronização normativa na área de saúde, a livre circulação de bens culturais, a legislação na área de saúde animal, a posse de terras por cidadãos do bloco em país estrangeiro, as “assimetrias” econômicas e geográficas entre os sócios, a integração energética e o fortalecimento do próprio parlamento.

O senador Cristovam pediu ainda a inclusão do combate à pobreza como ponto prioritário, acompanhado da requalificação de mão de obra e do investimento em educação.

– Eu creio que a palavra ‘pobreza’ tem de estar no nosso debate. É uma questão até de legitimidade nossa, dos parlamentares que representamos a população em todos os nossos países – disse Cristovam.

Por sugestão de Mercadante, a unificação dos parâmetros macroeconômicos dentro do bloco e o acompanhamento do processo de criação do Banco do Sul e da redefinição do papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também foram incluídos na agenda política do Parlamento do Mercosul.

A delegação argentina propôs a inserção também das questões aduaneiras e de reconhecimento de diplomas universitários para o exercício profissional, sugestões igualmente aceitas.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) enfatizou o papel da integração energética como indutora da integração regional como um todo.

– É isso que consolida a nossa integração. A questão energética impõe uma integração para a América do Sul – disse o senador.

Regimento

Um passo importante para a organização dos trabalhos do novo órgão legislativo regional foi a aprovação, no início de agosto de 2007, do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul. O texto foi elaborado de

forma a permitir a participação da sociedade civil nos debates e a transparência do Orçamento e das despesas da instituição.

O texto básico do Regimento Interno recebeu os votos da unanimidade dos parlamentares presentes à quarta sessão ordinária do Parlamento: 13 da seção argentina, 18 da brasileira, 15 da paraguaia e 15 da uruguaia. Em seguida, houve a votação dos pontos que foram objeto de emendas.

Segundo o texto aprovado, os parlamentares não poderiam ser julgados, civil ou penalmente, no território dos países membros do Mercosul em nenhum momento, nem durante nem após seus mandatos, pelas opiniões e votos emitidos no exercício de suas funções. Ainda de acordo com o Regimento Interno, o parlamento adotaria um Código de Ética para estabelecer as infrações administrativas e éticas e as respectivas sanções. Os procedimentos de perda de mandato por atos de falta de decoro, de acordo com o regimento, seriam julgados pelo plenário.

Cabe ao Parlamento do Mercosul, como estabeleceu o texto, emitir pareceres sobre projetos de normas enviadas pelo Conselho do Mercado Comum que necessitem de aprovação legislativa em um ou mais países membros. Também compete à instituição apresentar proposições normativas para análise do conselho e encaminhar aos parlamentos nacionais anteprojetos de normas destinadas à harmonização das legislações dos países membros. O Parlasul, prossegue o regimento, também poderia aprovar declarações – manifestações sobre qualquer assunto de interesse público – e recomendações – indicações gerais dirigidas aos órgãos decisórios do Mercosul.

O Regimento Interno estabeleceu que as comissões temáticas poderiam receber, examinar e, se fosse o caso, encaminhar aos órgãos decisórios petições de qualquer pessoa física ou jurídica dos países membros relacionadas a atos ou omissões dos órgãos do Mercosul. Essas comissões tratariam de diferentes temas, como assuntos institucionais, internacionais e inter-regionais, educação, saúde, políticas de emprego, seguridade social, direitos humanos, meio ambiente, habitação, segurança e infra-estrutura. E poderiam realizar reuniões públicas com organizações da sociedade civil, setores produtivos, organizações não-governamentais e movimentos sociais.

Ainda segundo o texto aprovado, cada período parlamentar compreenderia quatro subperíodos ordinários de sessões. Cada subperíodo começaria no dia 15 de fevereiro e terminaria no dia 15 de dezembro. O Parlamento do Mercosul, como foi estabelecido, se reuniria em sessão ordinária ao menos uma vez por mês.

Ao apresentar sua proposta de Regimento Interno, o relator da matéria, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), falou das dificuldades que enfrentou para elaborar o texto, relacionadas às diferenças culturais existentes entre os países que compunham o parlamento. Dr. Rosinha disse também que procurou fazer um Regimento Interno que tivesse vida longa.

“Sul-Americanismo”

O então presidente do Parlamento do Mercosul, Roberto Conde, apresentou no dia seguinte, em plenário, seu plano de trabalho. Ele sugeriu à Casa cinco prioridades: cidadania, soberania, desenvolvimento regional, sul-americanismo e legislação.

Sobre a cidadania, o presidente afirmou que havia um “déficit democrático e de representação” no Mercosul, que, segundo disse esperar, começaria a ser superado com a criação do parlamento. Conde defendeu a transparência das instituições diante da sociedade e a participação dos atores sociais nas múltiplas dimensões da integração.

Quanto à soberania, o presidente do Parlamento defendeu “um verdadeiro território aduaneiro único, que reconheça plenamente o princípio da livre circulação em seu interior, imprima uma verdadeira dinâmica de integração com um sentido econômico e político e lhe outorgue uma verdadeira dimensão externa comum frente ao resto do mundo.”

Na parte do plano de trabalho referente ao desenvolvimento regional, Conde sustentou a necessidade de se adotarem políticas de redução das “assimetrias” e de se fortalecerem os sistemas de proteção social. Defendeu ainda avanços na coordenação de políticas, a garantia do acesso preferencial dos produtos dos países membros e a rediscussão dos regimes de subsídios e incentivos ao investimento.

Ao tratar do sul-americanismo, o presidente do parlamento manifestou-se a favor da multiplicação dos vínculos e das atividades com a Comunidade Andina das Nações. Sobre a legislação, o presidente sugeriu

que o Parlamento do Mercosul, entre outras tarefas, estabelecesse canais regulares e permanentes de diálogo com os parlamentos dos países que compõem o bloco. Ele lembrou que caberia à nova Casa legislativa, entre outras atribuições, propor projetos de normas do Mercosul ao Conselho do Mercado Comum e elaborar estudos e anteprojetos de normas nacionais direcionados à harmonização legislativa dos países membros.

Conflito das papeleras

Na mesma sessão do início de agosto de 2007, entraram em pauta nos debates do Parlasul temas como o conflito entre a Argentina e o Uruguai em torno da construção de fábricas de celulose, as chamadas papeleras, as declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre o Senado brasileiro e a questão da liberdade de imprensa na Venezuela.

O problema relacionado à construção de duas fábricas de celulose no Uruguai, que levou milhares de argentinos a protestarem quatro meses antes contra o impacto ambiental que poderia ser causado pela instalação dessas indústrias, foi levantado pelo deputado uruguaio Germán Cardoso. Ele defendeu um debate sério e aprofundado sobre o assunto no Parlamento do Mercosul. Mas o tema não foi analisado devido à aprovação de uma moção do deputado paraguaio Herminio Cáceres para o encerramento da discussão.

A questão das declarações de Chávez foi levada ao Plenário pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Ele falou sobre a forma desrespeitosa com que o presidente venezuelano havia se referido ao Senado, quando a Casa aprovou uma moção pedindo a revisão da decisão de não renovar a concessão de funcionamento da emissora RCTV, e disse que o fato “causou incômodo ao Senado brasileiro.” Na ocasião, Chávez teria dito que o Senado brasileiro “age como um papagaio do Congresso americano.”

Já a manifestação sobre a liberdade de imprensa na Venezuela partiu do deputado uruguaio Pablo Iturralde. Ele disse que voltaria a tratar do tema quando a delegação venezuelana estivesse presente à sessão do Parlamento do Mercosul. O deputado anunciou que questionaria a situação dos direitos humanos, da liberdade de imprensa e da democracia na Venezuela.

Inspiração europeia

No início de setembro, durante nova sessão realizada em Montevideu, o exemplo político do Velho Continente foi lembrado como modelo para a construção do principal bloco político e econômico da América do Sul. O Mercosul, disse então o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), deveria buscar inspiração no exemplo da União Europeia para aprofundar o processo de integração regional e obter um lugar de destaque no cenário internacional.

No primeiro grande debate promovido pelo Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Mercadante pediu que fossem deixadas de lado naquele momento as questões que poderiam dividir os integrantes do bloco econômico e que se desse prioridade à construção de um projeto comum de desenvolvimento.

Os países europeus, segundo o senador, souberam perceber que, depois de duas grandes guerras, somente unidos eles teriam um papel relevante na ordem econômica que se construía no período seguinte à 2ª Guerra Mundial. O processo de integração das últimas décadas, recordou, permitiu que a Europa tivesse em sua agenda a criação de uma Constituição comum, além da discussão da integração nas áreas tributária, previdenciária e trabalhista e do desenvolvimento de programas científicos e tecnológicos conjuntos.

– Nós vivemos em uma região mais pobre e, ou nos unificamos e nos integramos, pensando além de nossas pequenas identidades políticas e ideológicas, ou não teremos um lugar importante na ordem econômica, política e social internacional. A integração tem que ir além dos governos. Não sei quem será o próximo presidente do Brasil, mas a integração tem que continuar – sustentou Mercadante.

O senador sugeriu que se discutissem, no parlamento, temas como a ampliação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e a construção de redes integradas de fibras óticas que permitissem a conexão de todas as escolas do bloco à Internet por banda larga. Ele recordou que Portugal – um dos sócios mais pobres da União Europeia – já possuía 100% de suas escolas conectadas à Internet. Outro tema que

deveria estar na pauta do novo Parlamento, a seu ver, era a busca de uma política comum contra o aquecimento global.

O pronunciamento de Mercadante ocorreu depois que se aprovou em Plenário uma proposta de sua autoria – por 41 votos, entre os 60 parlamentares presentes – para que o primeiro tema a ser debatido pelo Parlamento do Mercosul fosse a atual situação da integração regional.

Fora do debate

Antes do início da discussão a respeito do progresso da integração regional, duas sugestões de temas para o debate político da quinta sessão ordinária foram rejeitadas pelo Parlamento do Mercosul: a situação da liberdade de imprensa na Venezuela e a disputa política entre Uruguai e Argentina a respeito da instalação, no Uruguai, de duas usinas de produção de celulose – que ficou conhecida como a crise das *papeleiras*.

Dos 60 parlamentares presentes à sessão, que ocorreu em um auditório da Prefeitura de Montevideú, apenas 20 foram favoráveis à inclusão, na pauta de debates, da situação da liberdade de imprensa na Venezuela. A proposta havia sido feita pelo deputado uruguaio Pablo Iturralde.

Logo em seguida, o também uruguaio deputado Germán Cardoso propôs que entrasse em pauta a discussão das seguidas interrupções de trânsito na fronteira entre Uruguai e Argentina, em virtude de bloqueios feitos por manifestantes argentinos contrários à construção das usinas de produção de celulose em território uruguaio – e que poderiam, de acordo com os manifestantes, causar danos ao meio ambiente na Argentina. A proposta recebeu apenas 23 votos dos 60 parlamentares presentes. Para que o tema entrasse em pauta, seriam necessários pelo menos 31 votos.

O vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), pediu que o tema fosse debatido inicialmente nas Comissões de Meio Ambiente e de Infraestrutura para que somente depois, com relatórios das duas comissões, o assunto fosse examinado em Plenário.

Na mesma sessão, o então presidente do Parlasul, Roberto Conde, anunciou a possibilidade de o Parlasul e o Parlamento Andino unirem-se no processo de estabelecimento de um espaço parlamentar sul-americano. O tema começaria a ser discutido, segundo Conde, durante o seminário

rio regional Alternativas para um Parlamento da União Sul-Americana de Nações (Unasul), previsto para o mês seguinte na cidade de Cochabamba, na Bolívia.

Ao final de encontro realizado no mês anterior em Bogotá, os presidentes do Parlamento do Mercosul e do Parlamento Andino, Roberto Conde e Luis Fernando Duque, firmaram carta de intenção em que se comprometem a estimular a “plena implementação de um Espaço Parlamentar Sul-Americano.” Além dos integrantes dos dois blocos, esse espaço incluiria ainda o Suriname e a Guiana.

Espaço sul-americano

O tema da constituição de um espaço parlamentar de todo o subcontinente voltou a ser discutido na sessão realizada no início de setembro. A construção do futuro Parlamento da América do Sul deveria ocorrer “passo a passo e sem pressa”, como ficou definido em seminário realizado na cidade boliviana de Cochabamba, com a presença de 56 parlamentares de 12 países do continente. A cautela na adoção desse novo organismo foi defendida pela delegação brasileira, que demonstrou preferência pela consolidação, naquele momento, do Parlamento do Mercosul.

– Houve um discurso unânime a favor do princípio da integração regional, mas existem organismos em funcionamento e não podemos dispersar energia, pois devemos nos concentrar no que já existe – disse o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), então presidente da Representação brasileira no Parlamento do Mercosul, que esteve em Cochabamba acompanhado do então presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS), então vice-presidente da representação.

Segundo a proposta discutida na Bolívia, o Parlamento da América do Sul seria composto pelos Parlamentos Andino e do Mercosul, além de representações de Chile, Guiana e Suriname, que não participam de nenhum dos dois blocos. O novo órgão se reuniria duas a três vezes por ano e contaria com deputados eleitos pelas populações de cada país – com exceção dos três convidados – para integrar os seus dois respectivos legislativos regionais.

Durante reunião de deputados e senadores brasileiros em Montevideú, poucos dias após o encontro na Bolívia, todos os presentes ma-

nifestaram preocupação com a proposta de criação do novo parlamento, lançada inicialmente pelo governo boliviano. O novo órgão, também conhecido como Espaço Parlamentar Sul-Americano, teria sede em Cochabamba e poderia realizar sessões tanto na cidade boliviana como nas cidades sedes do Parlamento do Mercosul e do Parlamento Andino – Montevideu e Bogotá, respectivamente.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou que a presença de parlamentares brasileiros em Montevideu, para participar da sessão do Parlamento do Mercosul, devia-se à aprovação da criação do novo órgão legislativo pelos Congressos Nacionais de cada um dos países membros do bloco. A secretaria-executiva da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) chegou a apresentar, no seminário de Cochabamba, uma proposta de Tratado Constitutivo do Parlamento Sul-Americano – ou Parlamento da Unasul – que não foi aceita pela delegação brasileira.

No mesmo dia, o então presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, lembrou que os presidentes dos países que compõem a Unasul solicitaram, em dezembro de 2006, o estudo de um projeto para a criação do Parlamento Sul-Americano. Na sua opinião, esse novo organismo não enfraqueceria o recém-criado Parlamento do Mercosul, uma vez que seu principal objetivo seria o de debater a “política de convergência” dos dois blocos econômicos envolvidos, o Pacto Andino e o Mercosul.

– É preciso deixar claro que não se trata de criar um novo parlamento, mas, sim, de unir dois parlamentos que já existem – afirmou Conde.

Comissões

A indicação dos integrantes das dez comissões permanentes do Parlamento do Mercosul, ocorrida ainda durante a sessão do início de setembro, concluiu a fase de instalação do novo órgão legislativo regional. Isto porque, durante a primeira parte da quinta sessão ordinária, já havia sido aprovado o orçamento do Parlamento para 2008. E na sessão anterior, realizada em agosto, tinha sido a vez do Regimento Interno, que determina as regras para o funcionamento do Legislativo regional.

- O trabalho interno já foi concluído. Agora há que iniciar o trabalho plenamente político – anunciou o presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, logo depois de informar a composição das comissões permanentes.

Na sessão realizada no início de outubro, as dez comissões temáticas permanentes do Parlamento do Mercosul já estavam em funcionamento. Os presidentes e vice-presidentes de cada uma delas foram eleitos durante a primeira parte da sexta sessão do parlamento, realizada em Montevideu. Entre os dez presidentes, três eram brasileiros: a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e os deputados Cezar Schirmer (PMDB-RS) e José Paulo Tóffano (PV-SP).

Eleita para a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, Marisa Serrano anunciou que pretendia estimular o intercâmbio de estudantes universitários dos países que compõem o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e Venezuela, este em processo de adesão. Também seria objetivo da comissão, disse ela, incentivar o ensino de espanhol a estudantes brasileiros e o ensino de português aos estudantes de países de língua espanhola.

– O fluxo intenso de estudantes ajudará a construir uma identidade do Mercosul – afirmou Marisa Serrano.

Outra medida de apoio ao intercâmbio de jovens, segundo sugeriu a senadora, seria o estímulo à criação dos Jogos Universitários do Mercosul. Ela anunciou que pretendia propor aos demais integrantes da comissão o apoio à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Na área de ciência e tecnologia, Marisa defendeu o estímulo ao intercâmbio de mestres e doutores, além do debate de temas como a inovação tecnológica e a propriedade intelectual.

O deputado Cezar Schirmer foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários. Por sua vez, o deputado José Paulo Tóffano foi escolhido para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Segundo o acordo firmado em sessão anterior, o Brasil deveria permanecer com a presidência de três comissões até que fosse aprovada a adesão plena da Venezuela ao Mercosul. Depois disso, deveria manter a presidência de duas comissões.

Bolivia

Na última sessão de 2007, realizada em dezembro na capital uruguaia, o Parlamento do Mercosul decidiu declarar o seu “firme apoio” ao regime institucional da Bolívia, “incluindo o reconhecimento e a estabilidade das autoridades e dos organismos eleitos pelo povo boliviano.” A declaração pedia ainda que se promovesse um diálogo entre as forças políticas do país, “de maneira a se obter a definitiva pacificação do povo boliviano.”

O projeto de declaração foi apresentado pelo parlamentar paraguaio Héctor Lacoñata e aprovado com emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A declaração foi aprovada depois da leitura em plenário de uma carta enviada ao Parlamento do Mercosul pelo vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, em que este solicitava apoio do novo órgão “à defesa da institucionalidade democrática e a favor da ampliação dos direitos do povo boliviano.” Linera afirmava ainda, no documento, que o governo boliviano esperava que os grupos de oposição deixassem “seus afãs de desestabilização e violência” e aceitassem o diálogo.

Durante a sessão, o deputado venezuelano Saúl Ortega disse estar preocupado com o que chamou de “processo de desestabilização” do governo do presidente boliviano Evo Morales por parte de grupos de oposição. Mais cedo, a crise política na Bolívia também havia sido tema de uma declaração conjunta dos chefes de Estado do Mercosul, reunidos também em Montevidéu. Os chefes de estado declararam seu apoio ao regime institucional boliviano e rechaçaram “todo intento e ações violentas que busquem vulnerar a estabilidade do governo e dos órgãos eleitos pelo povo da Bolívia.”

Durante a 8ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, a presidência *pro tempore* foi transmitida ao senador argentino José Pampuro, que foi ministro da Defesa do ex-presidente Néstor Kirchner. Ele exerceria a presidência do parlamento até junho de 2008, quando o comando do órgão passaria às mãos do então vice-presidente brasileiro, deputado Doutor Rosinha (PT-PR).

Ao apresentar a sua despedida, o ex-presidente do parlamento, deputado uruguaio Roberto Conde, afirmou que, após sete meses de efeti-

vo trabalho depois da instalação do novo órgão, o Parlamento do Mercosul já se encontrava em “pleno funcionamento político.” Inicialmente, recordou, foi necessário dedicar esforços à elaboração do Regimento Interno e à criação das comissões permanentes, além da elaboração de um orçamento para 2008. Ele lembrou ainda que parlamentares de 22 partidos políticos diferentes já haviam participado das sessões, atestando a “convivência plural e democrática.”

.....

Capítulo V

EM DEFESA DA ESTABILIDADE NA AMÉRICA DO SUL

DEPOIS DE RESOLVER algumas de suas principais questões internas ao longo do primeiro ano de funcionamento, o Parlamento do Mercosul passou a dedicar-se, já no início de 2008, a um tema importante para os países do bloco: a estabilidade política de toda a América do Sul. O principal foco de trabalho do novo órgão legislativo regional havia sido até então o processo de integração dos quatro países que integraram o bloco desde o início – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mas as tensões políticas em outros países do subcontinente logo passaram a chamar a atenção dos integrantes do Parlasul, que começaram a emitir sinais de inquietação com os focos de instabilidade regional.

Em 31 de março, durante a sua oitava sessão plenária, o Parlasul aprovou declaração de apoio a uma saída pacífica para a crise que envolvia, naquele momento, Equador e Colômbia. No início daquele mês, tropas colombianas haviam ingressado em território equatoriano, onde mataram o segundo principal líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Raúl Reyes, então com 59 anos.

O episódio abriu uma crise diplomática entre os dois países. O presidente do Equador, Rafael Correa, pediu a realização de uma reu-

nião urgente da Organização dos Estados Americanos (OEA) para debater o tema. Pouco mais de duas semanas após o incidente, a OEA aprovou resolução por meio da qual “rechaçava” a incursão de tropas da Colômbia em território do Equador e reiterava o compromisso de todos os estados membros de “combater as ameaças de segurança provenientes da ação de grupos irregulares e organizações criminosas.”

O projeto de declaração foi apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e pedia que a América do Sul continuasse sendo uma região em que “predominem a cooperação e a solução negociada dos conflitos, com vistas a sua integração nos marcos de democracias prósperas, estáveis e socialmente justas.” Ao apresentar seu projeto, o senador considerou um “precedente jurídico poderoso” a condenação do Conselho Permanente da OEA à violação do território equatoriano. Em sua opinião, a rápida ação da organização deveria inibir “quaisquer outras aventuras unilateralistas no continente americano.”

Após considerar um fato “extremamente grave” o ataque da Colômbia aos guerrilheiros colombianos que se encontravam em território do Equador, Mercadante afirmou que o Parlamento do Mercosul deveria ter sido imediatamente convocado para discutir o tema, sem delegar a questão ao Grupo do Rio ou à própria OEA.

– Este parlamento não vai se firmar como instituição se não debater os temas relevantes do continente. Não podemos nos reunir uma vez por mês, por apenas um dia, sem concentrar esforços em temas efetivamente relevantes. Diante de qualquer cenário de crise, este Plenário tem que se reunir imediatamente. Ou entramos nos temas mais polêmicos, ou seremos um parlamento sem expressão política – alertou o senador.

Na mesma sessão, foi aprovado projeto de declaração, apresentado pelo parlamentar argentino Raúl Jenefes, de pesar pelo estado de saúde de Ingrid Betancourt, que havia sido sequestrada seis anos antes pelas Farc, quando era candidata a presidente da Colômbia. Ingrid foi libertada pelo Exército colombiano três meses depois da aprovação da declaração pelos parlamentares do Mercosul. Por meio do texto, o Parlasul apelava ao direito humanitário para permitir a devida atenção médica a Ingrid e a todos os outros reféns das Farc que estivessem com dificuldades de saúde.

Ainda nessa sessão, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, cuja função seria a de coordenar uma estratégia conjunta para a região. Segundo o senador, a América do Sul já dispunha, naquele momento, de “maturidade suficiente” para lidar com crises como a que envolveu Equador e Colômbia e para solucionar conflitos internos sem buscar ajuda de outros países. Durante o debate sobre o tema, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) informou que a Polícia Federal brasileira havia iniciado cursos sobre o crime organizado e o narcotráfico destinados a policiais dos demais países do Mercosul. Por sua vez, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que a própria região buscou uma solução para o conflito, “sem a ingerência das grandes potências.” Ele pediu ainda ao parlamento que apoiasse todos os esforços para trocas de prisioneiros entre o governo da Colômbia e as Farc.

Bolívia

A instabilidade política regional voltou a ser debatida pelo Parlasul em setembro, desta vez depois que o presidente da Bolívia, Evo Morales, decretou estado de sítio após a eclosão de diversos confrontos no leste do país, durante os quais dezenas de pessoas morreram em confrontos entre manifestantes favoráveis e contrários a Morales. Os governadores opositoristas, de departamentos como Santa Cruz, reivindicavam na época o cancelamento de uma nova lei de hidrocarbonetos, que cortava repasses, para os departamentos, de dinheiro obtido com a venda de gás e petróleo. Os protestos também eram contra a nova Constituição, que garantiu maiores poderes aos indígenas bolivianos.

Depois de um longo debate, o Parlamento do Mercosul aprovou, em 15 de setembro, projeto de declaração que pedia respeito às autoridades constituídas na Bolívia, repúdio a qualquer tentativa de rompimento institucional, o fim da violência no país e a habilitação de um canal de diálogo permanente entre o presidente boliviano Evo Morales e seus opositores. O projeto, apresentado conjuntamente pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e pelos parlamentares argentinos Ruperto Godoy e Beatriz Rojkes, foi aprovado por 37 votos a dois.

A falta de um consenso a respeito da crise política na Bolívia quase impediu que o projeto de declaração fosse colocado em votação. Em

uma primeira votação, a proposta de inclusão do projeto na Ordem do Dia recebeu apenas 33 votos favoráveis, além de seis abstenções, quando necessitaria de 37 votos – ou a maioria absoluta do Plenário. Foi apresentado então um pedido de nova votação, onde a inclusão da proposta recebeu 39 votos, dois a mais do que o necessário.

A votação do projeto de declaração foi feita em duas partes. Inicialmente, foram aprovados, em conjunto, os cinco artigos do texto, dos quais quatro tratavam da crise na Bolívia. Em uma segunda votação, foi retirado – por 17 votos a 16, além de seis abstenções – o quinto artigo, que determinava o “repúdio ao processo de militarização da região por tropas estrangeiras”, uma referência à presença de aviões e navios russos na Venezuela, para manobras militares.

Na justificativa da proposta aprovada, os autores lembraram as tentativas de “desestabilização institucional” na Bolívia e alertaram para a necessidade de retorno da paz e da plena vigência das instituições democráticas, único caminho que permitiria “derrotar definitivamente os verdadeiros inimigos desse país e do conjunto dos Estados da região sul-americana, que são a pobreza e a exclusão social.”

.....

Capítulo VI

DEFESA ENTRA NA AGENDA POLÍTICA

AO MESMO TEMPO em que estendeu o olhar para a estabilidade política da América do Sul como um todo, o Parlamento do Mercosul incluiu em sua agenda, já em 2008, o tema da defesa. Inicialmente como uma espécie de eco retardatário da Guerra Fria, que já havia sido considerada encerrada quase 20 anos antes. E depois como proposta, ainda que embrionária, de cooperação política e econômica, em relação ao setor, de todos os países da América do Sul, segundo proposta apresentada ao parlamento, em sessão plenária, pelo ministro brasileiro da Defesa, Nelson Jobim.

As lembranças da Guerra Fria vieram à tona em julho de 2008, depois da publicação de diversas notícias a respeito da reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos. No início daquele ano, o então embaixador americano em Brasília, Clifford Sobel, disse a senadores brasileiros que a reativação da frota, que estava desativada desde 1950, destinava-se a reforçar laços de cooperação com países da região.

Segundo nota distribuída então pela embaixada dos Estados Unidos, a Quarta Frota seria uma unidade administrativa planejada para “facilitar o uso de recursos navais na região em apoio a missões de paz,

esforços de assistência humanitária, respostas a desastres, operações contra o tráfico de narcóticos e exercícios tradicionais com as marinhas de nações parceiras.” As explicações, porém, não foram suficientes para atenuar a preocupação de muitos parlamentares com o que consideravam uma ameaça à soberania dos países da América do Sul, especialmente depois da descoberta de grandes jazidas de petróleo na camada pré-sal da plataforma continental brasileira.

No final de julho, o Parlamento do Mercosul aprovou, por 26 votos a favor e 11 abstenções, projeto de declaração apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que considerava “inoportuna e desnecessária” a reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, cuja área de atuação é o Atlântico Sul. O texto classificou a América do Sul como uma região “pacífica e democrática”, onde os eventuais conflitos são resolvidos segundo os princípios da não-intervenção e da solução negociada de divergências.

Criada em 1943, diante da ameaça nazista durante a Segunda Guerra Mundial, essa frota foi extinta em 1950 e acabara de ser recriada pelos Estados Unidos. Segundo o governo norte-americano, como ficou exposto no encontro de Sobel com os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e João Pedro (PT-AM), a Quarta Frota teria como principais objetivos ações de assistência humanitária e de prevenção do narcotráfico.

A declaração aprovada pelo Parlasul sustentou que o combate ao narcotráfico “pode e deve ser feito dentro dos parâmetros estabelecidos em inúmeros acordos bilaterais e multilaterais, num ambiente de cooperação diplomática pacífica e em estrita observância à soberania de todos os países.” A militarização de conflitos e problemas regionais, alertava ainda o Parlamento, poderia “resultar em insegurança hemisférica e comprometer a integração da América do Sul e do próprio Mercosul.”

Antes da votação do projeto, foi derrotado um requerimento apresentado por parlamentares uruguaios que solicitavam o adiamento da votação e a análise da proposta pelas comissões permanentes do Parlamento do Mercosul. Co-autora do requerimento, a deputada uruguaia Adriana Peña disse que poderia votar a favor da declaração se tivesse as informações

necessárias sobre os motivos que levaram o governo norte-americano a reativar a frota.

Em defesa do projeto de declaração, Mercadante disse esperar que a renovação política dos Estados Unidos, que escolheriam poucos meses depois seu novo presidente, pudesse levar o país a reconsiderar a sua decisão. Igualmente favorável, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu, contudo, a adoção, pelo parlamento, de uma “posição madura”, sem antiamericanismo. Por sua vez, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu a aprovação unânime da declaração – o que acabou não ocorrendo, principalmente por causa da abstenção de parlamentares do Uruguai e do Paraguai.

A bancada argentina, por sua vez, votou de forma unânime a favor do projeto. Segundo o parlamentar Roberto Godoy, a aprovação da proposta não significava a adoção de uma política antiamericana, mas atendia a motivos baseados na História. “Já ocorreram no nosso continente intervenções diretas, que resultaram em ditaduras militares, e depois intervenções indiretas.” O parlamentar Saúl Ortega, da Venezuela, também apoiou a declaração, considerando a reativação da Quarta Frota “uma provocação e uma ameaça à paz regional.”

Ao final da sessão, o então presidente do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), considerou a aprovação do projeto como um dos fatos mais relevantes da 11ª sessão do órgão legislativo, juntamente com a aprovação – ocorrida na véspera – de declaração em favor da unidade do Mercosul nas negociações promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na Rodada Doha.

– Entendemos que a reativação da Quarta Frota é uma agressão à soberania dos países da América do Sul. É uma provocação militar – disse Rosinha.

Russos

Como nos tempos da Guerra Fria, o debate prosseguiu, dois meses depois, com a inclusão do tema da presença de tropas russas na América do Sul. Em 15 de setembro, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) criticou, durante sessão do Parlamento do Mercosul, a realização, prevista para dois meses depois, de uma manobra conjunta de navios da Rússia e

da Venezuela em águas do Caribe. Ela recordou a preocupação de diversos parlamentares do continente com o anúncio da recriação, nesse ano, da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos. E disse estranhar o silêncio em relação à presença na região de modernos navios russos, equipados com ogivas nucleares.

Na opinião da senadora, a decisão do governo da Rússia de enviar seus navios ao Caribe poderia estar relacionada à posição assumida pelos Estados Unidos durante o então recente conflito entre a Rússia e a Geórgia. Nesse conflito, Washington reagiu à postura do governo da Rússia, a qual considerou típica do antigo armamentismo soviético.

– Se não queremos os americanos, não queremos os russos também. Não desejamos uma nova guerra fria, nem ser palco para uma disputa entre nações em busca do poder. Esta guerra não é nossa – afirmou Marisa, durante a etapa de debate sobre tema livre na sessão.

Em resposta, o parlamentar venezuelano Roy Daza lembrou que a Venezuela já promoveu manobras militares com diversos países, além da Rússia, e que o governo venezuelano não tinha a intenção de estimular “nenhuma guerra fria.”

Por sua vez, o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) observou que não se poderia comparar a recriação da Quarta Frota com a presença de navios russos em águas do Caribe.

Ele observou que a decisão norte-americana foi unilateral, enquanto os russos viriam à região a convite do governo da Venezuela.

Ainda durante o debate, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu que a América do Sul deixasse de lado a “síndrome russa” e a “síndrome americana.” Em sua opinião, já estaria na hora de o subcontinente perceber que pode promover o seu próprio desenvolvimento.

– Além das síndromes russa e americana, vivemos no passado uma síndrome Brasil-Argentina. A desconfiança recíproca que existia entre os dois países atrasou muito a integração sul-americana. Espero que logo tenhamos possibilidade de auxiliar o Uruguai e o Paraguai para que a integração tenha resultado efetivo junto à população e para que o cidadão não fique refém dessas guerras e síndromes e perceba que estamos nos desenvolvendo a partir de nossas próprias forças – afirmou Zambiasi.

Conselho de Defesa

Um dia depois do reinício de debates sobre a presença de navios russos e norte-americanos no Atlântico Sul, o plenário do Parlamento do Mercosul tornou-se, pela primeira vez, palco de um debate político sobre o futuro do setor de defesa na região. Quem levantou o tema para os parlamentares foi o ministro brasileiro da Defesa, Nelson Jobim, convidado para fazer uma exposição a respeito da proposta de criação do Conselho de Defesa da América do Sul, que viria a ser aprovada três meses depois durante reunião da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Ao apresentar a proposta, Nelson Jobim defendeu a vinculação das estratégias de defesa e desenvolvimento da região. Ele sugeriu a união de esforços para o desenvolvimento da indústria militar e para a produção conjunta de novas tecnologias para o setor.

– A capacitação tecnológica da região é vital. Precisamos sair do chão tecnológico, onde nos encontramos, para chegar ao teto tecnológico. Para isso, devemos promover o compartilhamento de investimentos, não repetir pesquisas que os outros estão fazendo e, dessa forma, conquistar economia de escala. São inseparáveis as estratégias de defesa e de desenvolvimento – afirmou Jobim ao apresentar a proposta, durante sessão especial do Parlamento realizada a partir de requerimento do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Segundo o ministro, a estratégia de defesa deveria funcionar como um “escudo” da estratégia de desenvolvimento. Ele sugeriu a integração das bases industriais de defesa sul-americanas e uma maior aproximação entre os principais institutos de pesquisa da região ligados ao setor. Um bom exemplo nesse sentido, apontou, seria a produção, no Chile, de peças e partes dos aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). O ministro citou ainda as negociações com a Argentina para que essa estratégia viesse a repetir-se em uma indústria localizada em Mendoza. E criticou o fato de que jaquetas militares brasileiras ainda eram adquiridas na China.

Ao iniciar a sua exposição, Jobim admitiu que o Brasil permaneceu durante muito tempo de costas para a América Hispânica, por motivos históricos ligados ao século XIX e ao início do século XX. Como o momento agora era outro, disse o ministro, o governo brasileiro entendia

ser necessário “pensar a região em sua integridade.” A América do Sul, observou, “é a maior fornecedora de alimentos do mundo, possui as maiores reservas de água doce e está a caminho de se converter em um grande pólo produtor de energia.”

– Isso nos leva a pensar na necessidade de entendimento sul-americano para formar uma união em termos de defesa, com base em princípios como a submissão do poder militar ao poder civil. Nossa região é uma região de paz, não temos conflitos graves entre os Estados – lembrou Jobim.

O ministro relatou as viagens que fez a todos os países da América do Sul, por determinação do presidente Luís Inácio Lula da Silva, para apresentar a proposta de criação do Conselho de Defesa. O conselho, explicou, não seria uma aliança militar clássica, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mas um “foro de debates para discutir e identificar fatores de risco e ameaças à região de toda natureza.”

Ao responder a questões formuladas por parlamentares da Venezuela e da Argentina, Jobim disse que o Brasil já controlava o ciclo de combustível nuclear, além de possuir uma grande reserva de urânio. Anunciou ainda a intenção do país de desenvolver industrialmente o ciclo nuclear. Além disso, informou não ter “nenhuma preocupação” com a recriação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, que havia sido motivo de muitos debates no Parlasul. Ele atribuiu a recriação da frota a uma “reorganização administrativa” e observou que se deveria apenas estar atento à soberania dos países da região sobre suas águas territoriais. “As águas jurisdicionais sul-americanas são sul-americanas. E ponto”, disse ele.

Manobras

Em novembro de 2008, o tema da defesa foi mais uma vez retomado pelo parlamento, mas desta vez motivado por uma questão bilateral. Cinco parlamentares paraguaios criticaram a realização de uma manobra militar brasileira perto da fronteira entre os dois países, no mês anterior.

O parlamentar Nelson Alderete considerou uma “intimidação” ao Paraguai declaração atribuída ao general brasileiro José Carvalho Siqueira, segundo a qual poderia ocorrer uma ocupação militar da usina hidrelétrica de Itaipu se houvesse uma determinação nesse sentido do pre-

sidente Luís Inácio Lula da Silva. Na opinião do parlamentar, frente à declaração do general, as intenções anunciadas por integrantes do governo brasileiro de cooperação na área de defesa poderiam ser vistas como uma “manobra retórica.”

Em resposta, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que recorreu ter nascido perto da fronteira com o Paraguai, observou que sempre houve manobras militares dos dois lados – algumas conjuntas, outras individuais. Disse ainda que o governo brasileiro havia informado ao governo paraguaio que faria a operação.

– O Brasil está cada vez mais interessado e fortemente comprometido com a integração e não teria nenhuma intenção de mostrar um ato de força ao Paraguai – avaliou Marisa.

Logo após essa declaração da senadora, porém, quatro outros parlamentares paraguaios pediram a palavra para tratar das relações bilaterais. Eric Salum reiterou que a manobra militar foi percebida em seu país como “intimidatória”, no momento em que temas “sensíveis” como a proposta de renegociação do Tratado de Itaipu e a situação dos brasiguaios – produtores rurais brasileiros que vivem no país vizinho – tornavam tensas as relações bilaterais.

O parlamentar Angel Barchini considerou “absolutamente desnecessária” a manobra militar brasileira e condenou especialmente a suposta violação do território paraguaio por helicópteros brasileiros. Ricardo Canese, por sua vez, alertou para a necessidade de que não se repetisse uma situação como essa, “sobretudo por causa de más interpretações.” Por último, Modesto Guggiari disse que não se deveriam levar em conta apenas as manchetes de jornais, que em seu país haviam ressaltado as dificuldades das relações bilaterais, mas, sim, buscar soluções negociadas.

O presidente da Representação brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu para responder a todas as intervenções de parlamentares paraguaios. Ele explicou inicialmente os motivos do atraso na aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei destinado a regulamentar a atividade de pequenos comerciantes na fronteira bilateral – os chamados “sacoleiros.”

O senador lembrou ainda que a situação de Itaipu seria debatida em audiência pública do parlamento a partir do mês seguinte. Por fim, re-

cordou que a realização da manobra militar brasileira havia sido anunciada ao governo paraguaio em maio, ou seja, cinco meses antes da chegada das tropas à região da fronteira. Ele admitiu que as declarações atribuídas ao militar brasileiro haviam sido “inapropriadas” e não manifestariam a posição do governo brasileiro. Mas ressaltou a necessidade de maior negociação bilateral.

- Temos que pautar nossa atuação pelo diálogo e pelo compromisso de integração – sugeriu.

.....

Capítulo VII

BRASIL ASSUME A PRESIDÊNCIA PELA PRIMEIRA VEZ

FOI NA CIDADE ARGENTINA de San Miguel de Tucumán, a mais de 1300 quilômetros de Buenos Aires, que um brasileiro tomou posse pela primeira vez como presidente do Parlamento do Mercosul. O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), desde o início presente nas negociações que levaram à criação do novo órgão legislativo regional, assumiu no final de junho de 2008 o posto em uma sessão que marcou o final da presidência argentina, e que foi realizada na mesma cidade onde a independência daquele país havia sido declarada quase 200 anos antes.

A exemplo do próprio Mercosul, o novo parlamento optou por conceder a presidência a cada um dos membros efetivos do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – durante seis meses. O Paraguai indicou o primeiro presidente, Alfonso González Núñez, logo após as instalações dos trabalhos do Parlasul, em maio de 2007. No segundo semestre daquele ano, a presidência passou às mãos do uruguaio Roberto Conde. Depois foi a vez do senador argentino José Pampuro, que comandou o parlamento nos primeiros seis meses de 2008. Em seguida chegou a vez do Brasil, representado então pelo deputado Rosinha.

Em seu primeiro discurso, em Tucumán, o deputado brasileiro observou que somente na primeira década do século 21 o Mercosul retomava os objetivos estratégicos que levaram à sua criação nos anos 80, depois da reaproximação entre Argentina e Brasil promovida pelos então presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney. Entre esses objetivos, ressaltou o deputado, encontravam-se o enfrentamento dos problemas causados pela crise da dívida e a diminuição da vulnerabilidade externa, promovendo a complementaridade econômica dos quatro países que fundaram o bloco.

Ao traçar um panorama dos anos 90, o deputado recordou que os objetivos estratégicos iniciais do Mercosul eram “radicalmente distintos” dos recomendados pelo então chamado “Consenso de Washington”, que sugeriu aos países latino-americanos medidas como abertura comercial, privatização de empresas estatais e redução de gastos públicos. Por isso, prosseguiu, os objetivos iniciais do bloco terminaram deixados de lado e substituídos por um “paradigma neoconservador.”

O deputado criticou também o que chamou de “déficit democrático” do Mercosul. Até então, recordou, o processo de integração havia sido conduzido quase exclusivamente pelos governos dos quatro países, com participação “bastante restrita” das sociedades civis e dos poderes legislativos. A combinação do déficit democrático com a perda do sentido estratégico do Mercosul, concluiu o deputado, acabou criando um “notável círculo vicioso”, com ênfase apenas a questões comerciais.

– A ruptura desse círculo passa por um novo papel do parlamento, que terá como desafio principal aprofundar o compromisso democrático do Mercosul – disse Rosinha.

Nova postura

A nova postura defendida pelo Dr. Rosinha, especialmente no que se refere à economia, já poderia começar a ser percebida um mês depois, quando os integrantes do Parlasul colocaram em debate as negociações em andamento para a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). No final de julho, os parlamentares do Mercosul aprovaram por unanimidade uma declaração de apoio à unidade do bloco e do G-20 – grupo composto por países em desenvolvimento – nas negociações da OMC. Apresentada inicialmente pelo senador Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), a declaração foi assinada igualmente por parlamentares da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Por meio do documento, o Parlamento do Mercosul declarou seu apoio à atuação do G-20 e do Mercosul na OMC, que teria sido responsável pela criação de uma “oportunidade histórica para corrigir as graves assimetrias que se verificam no comércio internacional.” Manifestou ainda seu entendimento de que a Rodada Doha deveria resultar em uma abertura dos mercados agrícolas das nações industrializadas e a convicção de que o G-20 e o Mercosul poderiam e deveriam “conciliar seus interesses diversos mas convergentes e, dessa forma, manterem-se coesos nas negociações da OMC.”

Ao defender a aprovação da declaração, Mercadante observou que diversos artigos publicados então na imprensa mundial procuravam explorar as diferenças entre o Brasil e a Argentina durante as negociações – especialmente em relação à abertura de mercados para exportações de produtos industriais – e as divisões que teriam ocorrido no G-20. Ele ressaltou o imediato apoio da bancada argentina à proposta, como sinal de que parlamentares dos dois países defendem posições semelhantes.

– Precisamos manter a unidade do Mercosul. É essencial para o futuro da região que o bloco se posicione de forma coesa. Quem tem que fazer concessões neste momento são os países ricos – sustentou Mercadante.

Logo em seguida, o senador José Pampuro, vice-presidente argentino do Parlamento do Mercosul, considerou uma “necessidade estratégica” a manutenção da unidade política do bloco durante as negociações da OMC. Como demonstração dessa unidade, assinaram a declaração o deputado uruguaio Roberto Conde e o presidente da representação paraguaia, Alfonso González Núñez.

Mercadante lembrou que, durante a Rodada Uruguai, anterior à Rodada Doha, as concessões tarifárias oferecidas pelos países em desenvolvimento foram, em média, 2,3 vezes superiores às feitas pelos países desenvolvidos, levando a uma abertura “praticamente unilateral” dos países mais pobres.

Por outro lado, observou o senador, os países desenvolvidos não promoveram, à época, abertura dos seus mercados agrícolas. A declaração aprovada sustentou que a Rodada Doha deveria constituir-se

em uma negociação de temas pendentes da Rodada Uruguai, “com o objetivo de corrigir as assimetrias geradas naquelas negociações, resultado de uma correlação de forças altamente desvantajosa para os países em desenvolvimento.”

Assimetrias

No mês seguinte, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, anunciou, durante reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, que exigiria “atenção urgente e prioritária” no semestre da presidência brasileira à questão da eliminação da dupla cobrança de tarifas de importação entre os países do bloco. Segundo o ministro, essa medida facilitaria as negociações externas do bloco, como as promovidas pela OMC, abriria novas oportunidades para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas regionais e teria efeitos positivos no comércio intrazona. O fim da dupla cobrança foi aprovado dois anos depois, durante reunião de cúpula do Mercosul realizada na cidade argentina de San Juan.

O chanceler anunciou também, ao falar sobre o programa de trabalho da presidência *pro tempore*, a definição de um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias (diferenças então existentes no nível de desenvolvimento de cada um dos países que compõem o bloco), a fim de que o Mercosul viesse a ser equilibrado e benéfico para todos.

Amorim citou, como parte desse esforço, o estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Segundo o ministro, já havia naquele momento 23 projetos aprovados, que somavam cerca de US\$ 130 milhões. Também dentro da proposta de redução das assimetrias entre os países, ele citou a criação do Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Seria preciso avançar nessa questão, sugeriu, com a aprovação de um sistema de garantias que facilitasse a obtenção de crédito junto a instituições financeiras por pequenos empreendedores.

A implantação do sistema de pagamento em moedas locais, que começaria meses depois entre Brasil e Argentina e seria depois ampliado a todos os países do bloco, também foi citada por Amorim como parte do programa de trabalho para o semestre.

Amorim elogiou ainda a atuação do Parlamento do Mercosul, que realizava naquele momento sua 12ª sessão ordinária. Segundo o mi-

nistro, os debates travados no parlamento começavam a ser acompanhados com crescente interesse. E, ao tratar de temas relevantes da agenda internacional, o Parlasul passava a dar voz aos “anseios e interesses da cidadania” e a emprestar “maior legitimidade e respaldo à ação diplomática dos nossos países.” O ministro destacou ainda que a consolidação do Parlamento traduzia o fato de que o Mercosul era um “patrimônio das sociedades, do conjunto da comunidade política dos países da região.”

Crise financeira

Em novembro, quase ao final da primeira presidência brasileira, a situação da economia global voltou ao debate. O Parlasul aprovou uma recomendação, ao Conselho do Mercado Comum, de criação de um grupo de monitoramento da crise financeira internacional. O grupo seria destinado a acompanhar os desdobramentos da crise sobre o processo de integração regional, assim como propor medidas para amenizar os efeitos da “turbulência mundial” sobre os países integrantes do bloco.

O projeto de declaração foi apresentado pelo então presidente da Representação brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Entre outras medidas, o texto sugeria ainda a adoção conjunta de ações destinadas a “estimular as atividades econômicas que venham a ser mais afetadas pela redução do crescimento” e a flexibilização, em casos de “evidente e grande necessidade”, de exceções à tarifa externa comum, de modo a “mitigar as pressões sobre os setores mais vulneráveis à concorrência externa.”

A crise financeira mundial foi escolhida como tema proposto para a sessão. Primeiro a falar sobre o tema, Mercadante afirmou que aquela era a “maior crise financeira” de sua geração. Só a crise de 1929, observou, teve dimensões semelhantes. Mas a Bolsa de Nova York já havia caído, em 2008, mais do que na crise de 1929. A instabilidade e a aversão ao risco permaneciam, como observou o senador, e a crise em breve deveria ter reflexos diretos na economia real, gerando desemprego. Como advertiu o senador, os países do Mercosul não seriam poupados nesse processo.

A queda de preços das *commodities*, as restrições às linhas de crédito e a queda na demanda internacional por nossas exportações provocarão impacto nas contas externas e nas contas públicas de nossos países.

A resposta não é o isolacionismo. Precisamos de mais integração. A crise dará lugar a uma nova ordem econômica internacional e, nessa construção, nossa região pode sair na frente – disse Mercadante.

Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu “mais ousadia” no debate sobre a crise internacional. Naquele momento, observou, acreditava-se que a crise ocorria apenas por culpa dos bancos, quando estes teriam apenas reagido a uma pressão do setor produtivo para vender seus produtos. A crise, afirmou, ocorreu a partir da necessidade de forçar os bancos a, “irresponsavelmente”, emprestar mais do que podiam, para que o setor produtivo atendessem a um “consumo voraz.”

Em sua opinião, seria necessário buscar um modelo de crescimento que privilegiasse a base da pirâmide social e que buscasse a estabilidade não apenas financeira, mas também social e ecológica.

– Devemos buscar uma proposta alternativa, mas não apenas para salvar os bancos e, sim, para reorientar o nosso modelo de desenvolvimento – sugeriu Cristovam.

.....

Capítulo VIII

A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A INTEGRAÇÃO

AS PRIMEIRAS DUAS DÉCADAS de atividades do Mercosul não parecem ter sido suficientes para que o bloco seja visto como algo mais do que um grande acordo comercial. E, como quase todos os entendimentos comerciais são imperfeitos, cada vez mais se questiona quais seriam exatamente os benefícios da integração regional. Os leitores de jornais e revistas dos quatro países fundadores do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – não teriam muita dificuldade em encontrar artigos e editoriais contrários ao Mercosul, ou, em muitos outros casos, críticos da condução do processo de aproximação econômica entre os quatro países.

A experiência da Europa, onde a integração teve início há mais de meio século, tem demonstrado que as divergências econômicas entre os países membros não tendem a desaparecer com o tempo. Em alguns casos chegam a agravar-se, como após a crise financeira que abateu o mundo a partir de 2007. Mas a história recente europeia também tem demonstrado que a integração se aprofunda quando deixa de ser vista apenas como uma aproximação comercial entre países.

Em nenhum outro campo, provavelmente, esse efeito será tão observado como na educação. Jovens europeus já deixaram para trás o tempo em que apenas visitavam as demais nações do Velho Continente. Muitos deles agora trocam de casa por alguns meses ou por alguns anos, durante períodos de intercâmbio de estudantes. Enquanto estão em outros países, fazem mais do que aprender outra língua. Experimentam de perto outra cultura, em um movimento que lhes permitirá compreender melhor o que pensam e sentem os habitantes de um país vizinho. Com isso, cria-se um ambiente muito mais favorável à integração do que o experimentado por seus pais ou avós.

Por ser mais recente e talvez também por ser menos rico do que a União Europeia, o Mercosul ainda não avançou tanto. Mas já existem movimentos em direção a uma maior aproximação entre estudantes, professores e pesquisadores dos países do bloco. Essa tendência foi observada pelos integrantes do Parlamento do Mercosul, que incluiu pela primeira vez o tema da educação em pauta menos de um ano depois do início de seus trabalhos.

No último dia de março de 2008, os parlamentares aprovaram uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum – órgão máximo do Mercosul – para que todos os países do bloco internalizassem o mais rapidamente possível a Decisão 21/2006, do conselho, que determina a gratuidade de vistos para estudantes e docentes dos países do bloco, adotada em julho de 2006, na cidade de Córdoba. Até então, apenas o Poder Legislativo do Uruguai havia ratificado a decisão. Para que entrasse em vigor, seria necessária ainda a aprovação pelos Poderes Legislativos dos demais países.

A proposta de recomendação recebeu parecer favorável em Plenário do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O acordo estabelece que os estudantes e docentes dos países que compõem o Mercosul sejam beneficiados com a gratuidade dos vistos quando solicitarem residência em qualquer dos outros países do bloco, com o objetivo de fazer cursos de graduação ou pós-graduação, ou ainda de atuar em atividades de ensino e pesquisa.

A decisão do CMC chegou a ser ratificada pelo Senado do Brasil em 17 de dezembro de 2009, depois de haver passado pela Câmara dos Deputados. E foi convertida em norma jurídica brasileira 12 dias depois. Para que entrasse em vigor nos quatro países, deveria ser igualmente ratifi-

cada pelos demais Poderes Legislativos. Um acordo político celebrado entre os governos dos países do Mercosul, porém, garantiu vigência à decisão mesmo sem a devida ratificação parlamentar.

Crise mundial

O tema voltou à pauta do Parlasul em novembro de 2008. Desta vez, não apenas como meio de estimular o intercâmbio de estudantes e docentes entre os países do bloco, mas principalmente como meio de estimular o desenvolvimento econômico de toda a região, afetado pela crise mundial. Até então considerada uma vantagem estratégica de países asiáticos, em um movimento de inserção competitiva no processo de globalização, a educação tornou-se, no parlamento regional, um tema de debate político sul-americano.

Em depoimento ao Parlasul, durante sessão especial realizada em Montevideu, o ministro brasileiro da Educação, Fernando Haddad, disse que a resposta dos países sul-americanos à crise financeira mundial deveria incluir um novo estímulo à educação. Ele sugeriu que os países do bloco adotassem metas comuns a serem alcançadas nos próximos anos, como a elevação do percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

A resposta à crise, no âmbito do Mercosul, deve passar, sim, pela educação. Talvez isso não valha para outras regiões do Planeta, mas no nosso caso o retorno dos investimentos feitos no setor ainda é muito elevado. Temos que nos valer dessa oportunidade e responder com mais educação à crise que se avizinha. O continente em geral tem um déficit educacional bastante expressivo, e no caso do Brasil esse déficit é ainda mais acentuado que nos demais países membros, afirmou Haddad.

O comentário do ministro ocorreu logo após pronunciamento de boas-vindas ao parlamento feito pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), então presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlamento do Mercosul. Ela recordou ter sustentado na véspera, durante o debate a respeito da crise financeira internacional, a necessidade de maiores investimentos em educação.

Por sua vez, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) relatou debate igualmente ocorrido no dia anterior, na mesma comissão, a respeito

da necessidade de se fixarem metas a serem alcançadas pelos países do bloco, em questões como a erradicação do analfabetismo, a inclusão de todas as crianças e jovens na escola e a conclusão do segundo grau por todos os estudantes de cada país.

Em resposta, Haddad concordou com a necessidade de fixação de metas e estratégias comuns. Ele observou que o Brasil já havia elevado de 3,9% para 4,5% o percentual dos investimentos diretos em educação em relação ao PIB – número ainda inferior ao recomendado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mas ressaltou a dificuldade de erradicar o analfabetismo no país, uma vez que a média de idade dos analfabetos é de 54 anos e muitos deles vivem no campo.

O ministro relatou aos parlamentares algumas das iniciativas destinadas a ampliar a integração entre os países do bloco na área de educação. Entre elas, a obrigatoriedade da oferta do ensino da língua espanhola em escolas brasileiras, a criação das escolas bilíngues de fronteira e a implantação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR).

Essa universidade, cujo projeto arquitetônico leva a assinatura de Oscar Niemeyer, seria concebida, como adiantou, levando em conta o estímulo à integração regional. As aulas poderão ser ministradas em português e espanhol, assim como os trabalhos escolares poderão ser apresentados nas duas línguas. Professores e alunos também serão selecionados entre brasileiros e habitantes dos demais países latino-americanos.

Haddad anunciou ainda que em breve seriam oferecidas bolsas para que alunos de graduação das universidades brasileiras pudessem cursar um ou dois semestres em universidades dos países vizinhos. A inspiração para essa proposta, como admitiu, vem do projeto Erasmus, da União Europeia, que está facilitando a mobilidade de estudantes europeus por diversos países do continente.

Neste momento, promover a mobilidade por meio da bolsa sanduíche de graduação vai permitir que nossos estudantes conheçam as universidades da região. A partir do momento em que se passar a oferecer esse financiamento, a integração das instituições ocorrerá de forma muito mais rápida, previu o ministro.

Segundo o ministro, a integração das universidades dos países que compõem o Mercosul começaria por um processo de acreditação dos cursos e das instituições. Ele recordou que a integração universitária é lenta mesmo na Europa, considerada um exemplo na construção de modelos regionais.

– A União Europeia chegou antes a uma moeda única do que a um sistema universitário único. O nosso caminho é o da criação de uma rede de acreditação para quebrar o primeiro tabu no processo de integração, que é o da qualidade – disse Haddad.

As universidades, informou Haddad, passariam a submeter seus cursos a uma comissão supranacional de certificação de qualidade. A partir de então, poderia ser adotado um sistema de validação de forma automática de diplomas. Por meio desse processo, previu, estaria sendo criado um “outro cenário”, no qual os diplomas teriam validade em toda a região, “sem necessidade de interveniência de uma instituição de outro país.”

.....

Capítulo IX

TENSÃO DO DEBATE SOBRE ITAIPU CHEGA AO PARLASUL

INAUGURADA EM MAIO DE 1984, quando Brasil e Paraguai ainda se encontravam sob regimes autoritários, a usina hidrelétrica de Itaipu tornou-se desde o início uma espécie de tema permanente da agenda bilateral. Tema estratégico, uma vez que a hidrelétrica – com seus 14 mil megawatts de energia instalada – responde por cerca de 90% do consumo de eletricidade do Paraguai e por quase 20% da consumida no Brasil. E tema politicamente sensível, especialmente no Paraguai, onde ao longo dos anos cresceu a percepção de que o empreendimento binacional tenderia a beneficiar principalmente o Brasil.

O debate político a respeito de Itaipu tornou-se mais intenso durante o ano de 2008, especialmente depois da eleição de Fernando Lugo para o cargo de presidente do Paraguai, em 20 de abril. Candidato da *Alianza Patriótica para el Cambio*, de esquerda, Lugo obteve 40% dos votos ao final de uma campanha eleitoral marcada por promessas de combate à desigualdade social, realização de uma reforma agrária e renegociação dos termos de venda ao Brasil da energia a que o Paraguai tem direito em Itaipu. Em campanha, o ex-bispo católico prometeu cobrar um “preço de mercado justo” pela energia vendida ao país vizinho.

Segundo o Tratado de Itaipu, firmado pelos dois países em 1973, a energia produzida pela hidrelétrica de Itaipu deve ser dividida em partes iguais entre os dois sócios da construção da usina. Mais de vinte anos depois do início do funcionamento da hidrelétrica, porém, o Paraguai ainda utilizava pouco mais de 5% da energia produzida por Itaipu – quantidade suficiente para atender a mais de 90% de seu consumo. A parte restante a que teria direito para seu próprio consumo tem sido vendida ao Brasil. A preferência garantida ao grande país vizinho passou a ser cada vez mais vista com antipatia no Paraguai, onde tomava impulso naquele momento a reivindicação de revisão das condições de venda da energia ao Brasil.

Com a eleição de Lugo, ganhou maior peso no Paraguai a expressão “soberania energética”, para definir o desejo nacional de escolher como e para quem vender a parcela paraguaia da energia de Itaipu. “Recuperar a soberania em Itaipu” era a prioridade da política externa do novo governo, segundo publicou em 27 de novembro de 2008 o jornal *ABC*, de Assunção. Citando palestra realizada na véspera pelo então ministro substituto de Relações Exteriores, Jorge Lara Castro, o jornal informou que o governo paraguaio havia proposto ao governo brasileiro uma agenda de seis pontos a respeito de Itaipu: livre disponibilidade de energia, preço justo, co-gestão plena, fiscalização conjunta, revisão da dívida e conclusão das obras.

Dois dias depois, Itaipu tornou-se pela primeira vez tema principal dos debates do Parlamento do Mercosul, em Montevideu. Até então restrito a negociações oficiais entre integrantes dos governos dos dois países, o assunto passou também, a partir daquele momento, a integrar a agenda parlamentar do bloco. Longe de sugerir algum tipo de solução para as crescentes divergências bilaterais, no entanto, a audiência pública realizada na sede do parlamento, na capital uruguaia, na verdade marcou o início das longas discussões a respeito do tema por parlamentares dos dois países.

Duas visões distintas sobre o futuro da usina hidrelétrica de Itaipu foram apresentadas naquele sábado, 29 de novembro, aos integrantes do Parlamento do Mercosul, em Montevideu. De um lado, o diretor brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, ressaltou os benefícios provocados pela energia da usina sobre as economias dos dois países. De outro, o diretor paraguaio, Carlos Mateo Balmelli, insistiu na necessidade de os dois países obterem “vantagens efetivas” a partir dos resultados da empresa.

Em sua exposição, Samek lembrou que, na época em que se projetou Itaipu, o Brasil crescia a taxas superiores a 10% ao ano. O cenário, porém, começou a mudar com os sucessivos choques do petróleo, como observou o diretor brasileiro. E os empréstimos contratados para concluir a obra chegaram a contar com taxas de juros superiores a 25% ao ano. Samek ressaltou que até o final de 2022 a dívida será totalmente paga. A partir daí, informou, cada um dos dois países será beneficiado com o ingresso adicional de aproximadamente US\$ 1 bilhão anuais.

– A partir de 2023, toda a dívida estará quitada e Itaipu vai se transformar em uma verdadeira casa da moeda para os dois países – disse Samek.

Segundo informou o diretor brasileiro, Itaipu abastecia então 19% de toda a energia consumida no Brasil e 95% da energia consumida pelo Paraguai. Sua receita operacional era de US\$ 3,2 bilhões, dos quais 64% ainda destinavam-se ao pagamento da dívida. E a tarifa média da energia de Itaipu em 2007 foi de US\$ 38,7/MWh para a Eletrobrás e de US\$ 22,5/MWh para a paraguaia Ande. Samek lembrou ainda que a demanda energética do Paraguai havia saltado de 273 GW/hora em 1973 para 8300 GW/hora em 2007, demonstrando os efeitos de Itaipu em favor da industrialização paraguaia.

Por sua vez, o diretor paraguaio afirmou que existiam diversas razões para se “repensar” o tratado que deu origem à construção de Itaipu, sob o argumento de que “países sócios devem ter os mesmos benefícios.” Em uma exposição mais política do que técnica, Mateo observou que o tratado havia sido “interpretado” de diversas maneiras ao longo do período de sua vigência. Segundo o diretor, a atual realidade econômica obrigaria a “repensar todas as ferramentas jurídicas” ligadas a Itaipu.

– Precisamos buscar fórmulas que nos permitam, aos países sócios, buscar mais vantagens efetivas. Queremos construir um futuro de integração, sobre a base de igualdade jurídica e política e reciprocidade. Não buscamos vantagens unilaterais, mas benefícios para as duas partes – afirmou Mateo.

Diante da crise global dos mercados financeiros, disse o diretor paraguaio, tornava-se necessário definir se a relação entre Paraguai e Brasil

seria a de “país periférico e satélite” ou se os dois países passariam a ser sócios. Mateo ressaltou ser a favor da integração energética, mas ponderou que a integração somente pode ser considerada um bom negócio “quando beneficia a todos.”

Industrialização

A expansão das linhas de distribuição de energia e a industrialização do Paraguai foram indicadas pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), no mesmo debate, como o melhor caminho para que a economia do país vizinho obtivesse maiores benefícios com a usina hidrelétrica de Itaipu. Durante a audiência pública promovida pelo Parlamento do Mercosul, ele ressaltou os efeitos positivos da construção da hidrelétrica sobre as economias dos dois países.

Segundo recordou então o senador, o consumo de energia no Brasil cresceu aproximadamente sete vezes entre 1973 e 2007, a partir da construção de Itaipu. No Paraguai, comparou, o crescimento do consumo de energia no mesmo período foi de 30 vezes. Na opinião do senador, não existe dado mais claro a respeito de uma economia do que o aumento do consumo de energia. E o Paraguai, ao longo do período, teve um crescimento de consumo bem superior ao brasileiro.

– Promover a integração é reduzir assimetrias, e temos que ajudar a promover o crescimento da economia paraguaia. Sinceramente, o melhor caminho para isso seria um salto industrializante, por meio da atração de empresas e da melhoria da distribuição. Melhorar a distribuição de energia será o grande caminho – afirmou Mercadante.

O senador recordou que o Brasil tem exercido o direito de preferência para a compra de energia paraguaia de Itaipu porque necessita dessa energia e não podia, naquele momento, “abdicar desse direito” previsto pelo tratado binacional. Ele admitiu discutir a proposta paraguaia de vender energia no mercado livre brasileiro. Mas alertou para o risco de o preço no mercado livre “desabar” caso isso seja feito em um período de desaceleração da economia.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), por sua vez, ressaltou a necessidade de manter a empresa viável, do ponto de vista econômico. Para

ela, seria preciso agir com todo o cuidado em relação ao tema no período de crise econômica mundial.

– Não quero dizer que não podemos conversar a respeito do tratado e sobre a busca de caminhos de maior integração, que ajudem o desenvolvimento paraguaio. Se crescemos, queremos que nossos vizinhos cresçam juntos – disse Marisa.

.....

Capítulo X

O ENSAIO DA MAIORIDADE

NO ANO EM QUE O MERCOSUL completaria 18 anos de existência, a agenda parlamentar do bloco viria a conter, em 2009, temas dignos de um projeto regional que procura entrar na fase adulta. Tanto no Parlasul, em Montevideu, quanto nos Palácios Legislativos das capitais dos quatro países fundadores estariam em pauta, nos meses seguintes, temas como o estabelecimento do número de parlamentares a serem eleitos por cada país para o parlamento regional, o ingresso da Venezuela, a situação de Itaipu e a criação de um importante órgão supranacional, a Corte de Justiça do Mercosul.

Os debates sobre esses temas não se esgotaram em 2009. Mas tiveram então alguns de seus principais momentos, assim como as negociações mantidas por parlamentares dos países do bloco longe dos plenários. O terceiro ano de funcionamento do Parlasul começou a definir, na prática, o futuro do espaço legislativo regional. Em fevereiro, ao tomar posse como presidente *pro tempore* do órgão, o paraguaio Ignacio Mendoza Unzaim resumiu em três palavras as suas metas para o parlamento: este deveria ser, em sua opinião, respeitado, conhecido e ampliado.

Tinha início ali o primeiro semestre de efetivo comando paraguaio do novo parlamento – da primeira vez, em 2007, a presidência ficou sob o comando do Paraguai por pouco mais de dois meses, já que a sessão de instalação do Parlasul ocorreu em maio. A própria situação política havia mudado naquele país, após a eleição do ex-bispo Fernando Lugo para a presidência, em 2008. Como que para apresentar as prioridades do novo governo aos integrantes do Parlasul, o então ministro paraguaio de Relações Exteriores, Alejandro Hamed Franco, foi convidado a participar da segunda sessão do ano do parlamento, realizada em março, em Montevideú.

A presidência *pro tempore* paraguaia ao longo do primeiro semestre daquele ano, anunciou o ministro, procuraria dar ao Mercosul um “rosto mais humano.” Em pronunciamento aos integrantes do Parlamento do Mercosul, o ministro enumerou as prioridades de seu país para os meses seguintes e ressaltou a importância desse período para o Paraguai.

– A presidência *pro tempore* do Mercosul de 2009 não é uma a mais para a República do Paraguai, mas constitui para nós um momento de verdade histórica, onde o Mercosul ingressa na idade adulta e nosso país vive um novo momento político transcendente – disse Hamed, em referência aos 18 anos do Tratado de Assunção, que seriam celebrados naquele mês, e à eleição de Fernando Lugo para a presidência do Paraguai.

Ao apresentar as prioridades de seu país, o ministro anunciou que em breve seriam iniciadas as atividades do Instituto Social do Mercosul, que, em sua opinião, poderia servir como “caixa de ressonância das inquietudes dos setores sociais” e colaborar na superação das chamadas assimetrias, ou seja, as diferenças econômicas e sociais entre os países que integram o bloco.

Hamed adiantou também que seu país daria prioridade à integração energética e à melhor aplicação possível dos recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Ele recordou que obras de infra-estrutura beneficiadas pelos recursos do fundo teriam uma incidência direta na ocupação de mão de obra. Ainda na área social, o ministro disse que esperava contar com os recursos do fundo de apoio às micro, pequenas e médias empresas do bloco, com o objetivo de acelerar a geração de novos empregos. Ao referir-se às desigualdades internas do bloco, Hamed

sustentou que as assimetrias não deveriam ser “tratadas ou atenuadas, mas superadas.”

O ministro disse ser necessário “dar um rosto” ao bloco e estabelecer um “Mercosul para as pessoas.” Para isso, observou, seria necessário um trabalho integrado de diversos setores sociais, nas áreas da educação, da cultura e da promoção dos direitos da mulher, da infância e das comunidades indígenas.

– Assim faremos com que o Mercosul chegue efetivamente às pessoas, para nos sentirmos verdadeiramente parte desse processo, plasmando a ideia de sermos cidadãos do Sul, cidadãos do Mercosul – afirmou Hamed.

Nova agenda

Em seguida ao pronunciamento, um pequeno encontro realizado em sala anexa ao Plenário do Parlasul, em Montevideu, demonstrou a preocupação de parlamentares brasileiros de estabelecer uma nova agenda com o Paraguai. A portas fechadas, logo após o encerramento da 16ª sessão, Alejandro Hamed Franco, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e o então presidente da representação brasileira no Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), debateram os temas mais sensíveis das então tensas relações entre os dois países.

Estiveram em pauta, por pouco mais de meia hora, assuntos como a situação dos chamados *brasiguaios* (brasileiros que vivem no Paraguai e trabalham no campo), as reivindicações paraguaias de maiores benefícios pela cessão de sua parte da energia da hidrelétrica de Itaipu, o estabelecimento do critério de representatividade para definir o tamanho das bancadas de cada país no Parlamento do Mercosul e a instituição de organismos supranacionais, como a Corte de Justiça com decisões vinculantes em todo o bloco.

– Ele mais ouviu do que se comprometeu – disse ao final do encontro Mercadante, que considerou “positivo” o pronunciamento feito minutos antes pelo ministro diante do Parlamento do Mercosul.

Logo após ouvir as palavras de Hamed em plenário, aliás, Mercadante defendeu o estabelecimento de uma agenda positiva não apenas bilateral, mas para todo o processo de integração regional, com a inclusão

de temas como a convergência macroeconômica e a criação de uma futura moeda única do bloco. Ele elogiou ainda as prioridades anunciadas pelo ministro das Relações Exteriores do Paraguai para a presidência *pro tempore* do bloco naquele primeiro semestre de 2009.

– Ao longo dessa presidência, o Paraguai dará seguramente um impulso novo à integração. Precisamos avançar com a agenda da integração e constituir um tribunal de justiça com poder vinculante, além de promover obras de infraestrutura, que geram muitos empregos. O eixo fundamental deve ser o combate às assimetrias, para tornar o Mercosul menos desigual, mais solidário e com um rosto humano, como disse o ministro – afirmou Mercadante.

Igualmente em resposta ao pronunciamento de Hamed, o parlamentar argentino Rodolfo Godoy lembrou que a crise econômica mundial nasceu nos países desenvolvidos, mas teria impacto na região. Para ele, no entanto, a crise deveria “gerar a oportunidade de maior integração e cooperação.”

O parlamentar paraguaio González Núñez lamentou que a integração ainda não houvesse beneficiado, como deveria, os habitantes dos países do bloco. Ele defendeu a busca de uma integração diferente da que era feita até o momento e disse que, em sua opinião, o Mercosul vivia um “ponto de inflexão.” Núñez pediu que os países mais desenvolvidos do bloco fossem generosos com os menos desenvolvidos, a exemplo do que vinha ocorrendo na Europa durante o processo de integração.

Por sua vez, o deputado uruguaio Roberto Conde considerou “ambiciosas, mas realistas” algumas das metas daquele momento do Mercosul, como a constituição de um tribunal de justiça e a eleição direta dos membros do Parlamento do Mercosul. E o deputado venezuelano Calixto Ortega pediu apoio de Hamed para a “incorporação de pleno direito” da Venezuela ao bloco. Naquele momento, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul ainda precisava ser aprovado pelos Poderes Legislativos do Paraguai e do Brasil.

A nova agenda parlamentar deveria, na opinião de Mercadante, incluir o debate a respeito dos reflexos sobre a região da crise financeira internacional iniciada em 2007. Já no dia anterior à exposição de Hamed, ele havia recordado as graves consequências da crise de 1929, ao defender

a adoção de uma ação conjunta do bloco diante da crise – a mais grave, como ressaltou, desde o início do século 20.

Depois de 1929, recordou o senador durante sessão do Parlamento do Mercosul, houve um grande crescimento do protecionismo e do nacionalismo econômico, que acabaram levando o mundo ao radicalismo político e à 2ª Guerra Mundial. Em 2009, comparou, as economias já estavam mais integradas do que naquela época. E os erros das experiências anteriores deveriam orientar os governos a respeito do que precisaria ser evitado.

– Estamos assistindo a um retorno do protecionismo e a uma atitude passiva diante da crise. Por isso, o Parlamento deveria propor medidas mais fortes de integração. Ou somos capazes de pensar em maior convergência macroeconômica e maior integração produtiva, ou veremos nossas divergências aflorarem – alertou.

Durante o debate, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou o “potencial gigantesco” da região – aí incluída a sua capacidade de geração de energia – e defendeu a necessidade de maior integração entre as economias dos países que formam o bloco. Em sua opinião, o Mercosul poderia ajudar não só a região como o mundo todo a “superar o sistema capitalista”, que, a seu ver, não teria mais “o que oferecer à Humanidade.”

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) também recordou a grande capacidade de produção dos países do bloco, especialmente na área de alimentos. Para ele, o estímulo ao setor agrícola poderia ser o “grande caminho para se buscar a redenção em um momento tão delicado.” Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou positivo o fato de os países do Mercosul estarem debatendo juntos os caminhos para enfrentar os efeitos da crise econômica mundial.

– Nós representamos o povo da América do Sul, e este parlamento tem que ser valorizado. A crise deve trazer como resultado o nosso entendimento, a nossa integração. Vamos parar de chorar as nossas misérias e discutir as nossas potencialidades – sugeriu Simon.

.....

Capítulo XI

TENSÃO EM ASSUNÇÃO

A CIDADE DE ASSUNÇÃO foi o palco do momento mais tenso das negociações destinadas a determinar o número de cadeiras a que cada país viria a ter direito no Parlamento do Mercosul, após a realização de eleições diretas nos países que integram o bloco. Em abril de 2009, a 17ª sessão plenária do Parlasul realizou-se na capital paraguaia, uma vez que naquele primeiro semestre o país ocupava a presidência *pro tempore* do parlamento e do próprio bloco.

Já se esperavam dificuldades na negociação, especialmente por causa das tensões existentes naquele momento nas relações entre o Paraguai e o Brasil, tendo como pano de fundo as divergências sobre a possibilidade de renegociação do Tratado de Itaipu. Mas a conclusão dos debates a respeito da composição do novo órgão legislativo regional exigiu longas negociações dentro e fora do Plenário principal do Congresso Nacional paraguaio.

Ao chegarem a Assunção, os parlamentares brasileiros foram surpreendidos pela intensidade dos ataques ao governo brasileiro publicados pelos jornais da cidade. As duras críticas feitas pela imprensa paraguaia

ao Brasil e, em menor escala, à Argentina, contribuíram para tornar mais difícil o início da busca de um consenso durante o primeiro dia de trabalhos da sessão.

As críticas se referiam principalmente à negociação do critério de representatividade do parlamento, destinado a garantir bancadas maiores a países de maior população. Também estavam ligadas à resistência do governo brasileiro de renegociar o Tratado de Itaipu, documento que garantiu ao Brasil o direito de comprar do Paraguai – que tem direito a metade da energia produzida pela hidrelétrica – a energia não consumida pelos paraguaios.

As críticas feitas pelos principais jornais de Assunção foram anotadas pelos parlamentares brasileiros. E respondidas em plenário. Ao iniciar seu pronunciamento a respeito da questão da proporcionalidade, durante a sessão, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), então presidente da representação brasileira do Parlamento do Mercosul, queixou-se duramente de matérias publicadas na imprensa paraguaia, segundo as quais o Brasil e a Argentina estariam se preparando para dominar o Parlamento do Mercosul.

– Não viemos aqui para dominar ninguém, mas para trabalhar em conjunto – afirmou Mercadante.

Um dia antes, o *ABC Color*, principal jornal do Paraguai, havia utilizado o aniversário do Tratado de Itaipu para fazer uma acusação ao Brasil. “Há 36 anos que o Brasil rouba o Paraguai”, dizia a principal manchete do jornal em sua edição de domingo. Segundo o jornal, o Brasil continuava se apropriando “por migalhas” da parte paraguaia do “extraordinário potencial energético” do rio Paraná. O *ABC Color* afirmava ainda, em sua primeira página, que, “como se o Paraguai fosse alguma colônia”, o Brasil não lhe permitia “nem comercializar sua produção a preço de mercado, nem utilizar sua energia para seu próprio desenvolvimento.”

Em meio a esse ambiente começaram as negociações sobre o futuro do Parlamento do Mercosul. Até então, os integrantes da representação brasileira ainda tinham a expectativa de garantir a realização de eleições diretas para o Parlasul no Brasil em outubro de 2010, juntamente com as eleições que renovariam os mandatos de deputados e senadores e indicariam o sucessor do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. As

dificuldades encontradas no primeiro dia de debates em Assunção, porém, já haviam levado os parlamentares brasileiros a alertar para a possibilidade de adiamento das eleições marcadas para o ano seguinte.

Durante a sessão anterior do parlamento, havia sido criado um grupo de trabalho para definir uma proposta de estabelecimento do critério de representação cidadã a ser seguido nas eleições em cada país. Logo no início da sessão de Assunção, no entanto, o representante paraguaio no grupo de trabalho, Mario Paz, condicionou a celebração de um acordo ao apoio dos demais países à proposta de se dar um caráter impositivo às decisões do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do Mercosul. Ao mesmo tempo, foi apresentada de maneira informal uma proposta paraguaia que limitaria a 60 o número de parlamentares a serem eleitos pelo Brasil – contra os 75 de proposta já apresentada pela representação brasileira. Até então, cada país tinha direito a 18 parlamentares, independentemente do tamanho de sua população.

Primeiro parlamentar a discutir a questão durante a sessão, Mercadante lamentou a falta de consenso sobre o tema e afirmou que o Brasil não tinha interesse – como estampavam manchetes da imprensa paraguaia – de controlar, juntamente com a Argentina, o Parlamento do Mercosul. O senador observou ainda que a falta de uma solução para o critério da representatividade impediria os argentinos de escolher, nas eleições marcadas para dois meses depois, seus representantes para o parlamento regional. E alertou para o risco de os brasileiros não poderem tampouco eleger, em 2010, seus parlamentares do Mercosul.

O pronunciamento do parlamentar brasileiro levou o deputado Roberto Conde, presidente da representação uruguaia, a fazer uma advertência: a ausência de uma solução imediata para a definição do critério de representatividade poderia levar a um “congelamento”, por seis anos, do Parlamento do Mercosul, até que tomassem posse os parlamentares a serem eleitos pelo Brasil em 2014, quando ocorreriam as eleições gerais seguintes às de 2010. (Na verdade a eleição de integrantes do Parlasul no Brasil também não chegou a ocorrer em 2014.)

Na opinião de Conde, não existia o risco – identificado pela imprensa paraguaia – de “avassalamento” dos países menores do bloco. A

melhor defesa para os países menores, observou, seria o fortalecimento das instituições do Mercosul.

– Dizem que estados pequenos teriam maior poder com representações igualitárias, mas isso não é verdade. Podemos ter sempre 18 parlamentares por país, mas, se eles não forem eleitos pelos cidadãos, o parlamento será absolutamente débil. Prefiro um parlamento eleito com diferentes bancadas, mas que tenha mais capacidade de decisão - disse Conde.

Em seguida, o presidente da representação paraguaia, Alfonso González Núñez, chamou de “hipócrita” o Mercosul, tal como se encontrava então, com restrições ao comércio e ao livre trânsito de pessoas. Reiterou a defesa da ampliação dos poderes do Tribunal de Revisão e sugeriu a futura criação de uma Corte de Justiça do Mercosul. Além disso, recordou a existência de “reivindicações históricas” do Paraguai, como a revisão do Tratado de Itaipu. Por sua vez, o presidente da representação argentina, José Mayans, anunciou a intenção (não concretizada) de realização das eleições, em 2011, de representantes de seu país para o parlamento regional.

Convidada ao debate, a presidente do Parlamento Andino, Ivonne Baki, disse que ainda não se sentia uma “integração real” na região andina, porque nem todos os países do bloco elegiam diretamente seus representantes. Ela elogiou a realização de eleições no Paraguai para o Parlasul, no ano anterior, e disse ser necessária a existência de vontade política para se alcançar uma “integração de verdade.”

Corte de Justiça

Atendendo a um pedido do Paraguai, o debate sobre a criação de uma Corte de Justiça do Mercosul foi incluído na agenda do 7º Encontro das Supremas Cortes do bloco, que seria realizado em Buenos Aires, dois meses depois. O estabelecimento da corte, com decisões vinculantes, havia se convertido, naquele momento, na principal reivindicação paraguaia nas negociações para o estabelecimento do critério de representatividade no Parlamento do Mercosul.

Não se esperava, porém, nenhuma decisão rápida a respeito do tema, que já havia sido debatido em encontros anteriores das Supremas Cortes. Embora houvesse consenso entre as cortes sobre a importância de se discutir a criação do tribunal regional, o êxito da iniciativa ainda depen-

dia de alguns passos preparatórios, segundo a assessora internacional da presidência do Supremo Tribunal Federal, Susan Kleebank.

Representante na 17ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul do então presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, Susan disse, em Assunção, que inicialmente se deveria tratar de colocar em pleno funcionamento o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do bloco, localizado na capital paraguaia. Ela observou que ainda não havia sido garantida, por exemplo, a aplicação, em cada país do bloco, do regime de opiniões consultivas do TPR, que não tinham caráter vinculante.

Por outro lado, observou a assessora, o debate sobre a criação da Corte de Justiça do Mercosul deveria ser precedido de uma discussão sobre o estabelecimento de uma Carta de Direitos Humanos do bloco.

– O alcance de um consenso entre os estados partes sobre o conjunto de normas e princípios a serem seguidos para promover e defender os direitos fundamentais dos cidadãos deve ser a base de qualquer instituto na esfera do Judiciário de caráter mais amplo e completo que se queira criar – advertiu Susan, para quem a criação da Corte de Justiça do Mercosul deveria ser debatida nos três Poderes dos países do bloco.

Acordo político

Ao final do primeiro dia de debates, em Assunção, a Mesa Diretora chegou a um entendimento, segundo o qual o Parlamento do Mercosul deveria encaminhar aos presidentes dos países do bloco as propostas de estabelecimento do critério de representatividade para as futuras eleições de parlamentares e de criação da Corte de Justiça do Mercosul. As duas sugestões faziam parte de um acordo político que seria submetido no dia seguinte ao plenário. Segundo o acordo, Paraguai e Uruguai manteriam as bancadas de 18 parlamentares cada um. A Argentina teria 43 representantes, e o Brasil, 75. Até o início da reunião da Mesa, a representação paraguaia insistia em estabelecer um teto de 60 representantes para o Brasil.

– O resultado da reunião foi muito bom – celebrou então o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da representação brasileira no Parlasul.

Mercadante ressaltou, no entanto, que o estabelecimento do critério de representação cidadã e a criação do tribunal teriam de passar

por um amplo debate em cada um dos países do bloco. As duas propostas seriam enviadas aos presidentes de cada país, aos partidos políticos com representação nos Legislativos e aos presidentes das Câmaras de Deputados e dos Senados dos estados partes, segundo anunciou o senador. Os presidentes das Cortes Supremas seriam consultados a respeito da criação da Corte de Justiça do Mercosul.

A decisão final, como ressaltou o senador, caberia aos presidentes dos países do Mercosul, que se reuniriam no Paraguai no início de junho. Durante a reunião de cúpula que marcaria o encerramento da presidência *pro tempore* paraguaia, eles deveriam debater as propostas de recomendação a serem enviadas pelo Parlamento do Mercosul, a partir do acordo político firmado pela Mesa.

A celebração do acordo, porém, não garantiria a realização no Brasil, em 2010, de eleições para parlamentares do Mercosul. Isto porque as regras para a realização das eleições deveriam estar previstas em lei nacional sancionada até o final de setembro. Na prática, a Câmara e o Senado teriam de aprovar um projeto de regulamentação das eleições em pouco mais de três meses após a reunião de cúpula dos presidentes.

O presidente da representação brasileira chegou a propor aos integrantes da Mesa a redução de todas as bancadas a serem eleitas. De acordo com a sua sugestão, Paraguai e Uruguai passariam a ter 12 parlamentares cada, enquanto Argentina contaria com 30 representantes, e o Brasil, com 50. Mas a proposta não foi aceita pelo Paraguai, que já havia realizado as suas eleições diretas para parlamentares do Mercosul. Os paraguaios argumentaram que não poderiam reduzir a sua bancada, uma vez que os parlamentares do país já haviam sido eleitos.

Duas etapas

No dia seguinte ao acordo anunciado pela Mesa, porém, as negociações tiveram de ser reabertas, a pedido dos paraguaios. Ao final, o Parlamento do Mercosul terminou aprovando um acordo político que permitiria o estabelecimento do critério de proporcionalidade atenuada para as eleições de futuros representantes dos países do bloco. Mas com a inclusão de um período de transição. Os dois países mais populosos – Argentina e Brasil – teriam bancadas ampliadas, só que em duas etapas. Em

troca, ambos atenderam à reivindicação paraguaia de criação da Corte de Justiça do Mercosul.

Segundo o entendimento firmado então, o Brasil poderia eleger 37 parlamentares do Mercosul em 2010, caso se aprovassem até o final de setembro, no Congresso Nacional, as normas que regeriam essas eleições – o que acabou não acontecendo. Somente em 2014, quando se concluiria a etapa de transição para o estabelecimento do novo parlamento, seriam eleitos os 75 parlamentares a que o Brasil teria direito. A eleição, porém, não ocorreu em 2014. A Argentina deveria escolher 26 parlamentares em 2011 e, ao final da etapa de transição, passaria a eleger 43. Paraguai e Uruguai manteriam as suas bancadas, de 18 parlamentares cada.

– Voluntariamente, Brasil e Argentina decidiram abdicar, nessa etapa, do direito de eleger todos os representantes a que teriam direito. Em um momento de crise econômica, demonstramos um compromisso de austeridade, com redução de despesas, para que nosso parlamento nasça com legitimidade – afirmou Mercadante.

As negociações para a aprovação do acordo político que regulamentaria o critério de representação cidadã, já previsto no Protocolo de Criação do Parlamento do Mercosul, foram longas e tensas. Até o momento da votação, diversas versões do texto circulavam entre parlamentares dos quatro países. No primeiro dia da sessão, as reivindicações apresentadas pela bancada paraguaia quase levaram as negociações ao impasse. Somente à noite, em uma reunião da Mesa Diretora, realizada no Cabildo, antiga sede do Congresso do Paraguai, se alcançou um entendimento inicial.

Segundo o acordo anunciado pela Mesa, os paraguaios aceitavam o estabelecimento do critério de representatividade, em troca da ampliação dos poderes do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e do compromisso pela criação da Corte de Justiça do bloco. Na manhã seguinte, porém, parlamentares paraguaios apresentaram nova reivindicação, desta vez por uma implantação em duas etapas do teto máximo de representantes por cada país. Argentina e Brasil aceitaram a condição.

O presidente da representação paraguaia, parlamentar González Núñez, que no dia anterior havia feito os pronunciamentos mais duros

a respeito da situação atual do Mercosul, classificou o acordo como um “documento histórico.”

– Este é um passo gigantesco para a consolidação de uma verdadeira integração, onde possamos nos submeter a uma norma comum. Até agora a integração era uma mera quimera ou expressão de desejo – disse González.

O deputado Roberto Conde, presidente da representação uruguaia, pediu aos colegas que não temessem os ataques da imprensa ao parlamento e ao processo de integração, como os feitos por jornais de Assunção nos dias em que se realizou a sessão plenária. Ele recordou que, à época dos regimes militares na região, os jornais e emissoras de rádio e televisão continuaram a funcionar, enquanto os Congressos Nacionais muitas vezes permaneciam fechados.

– Não havia democracia porque não havia parlamento. A democracia somos nós, não eles – disse Conde, sob aplausos dos demais parlamentares.

Articulação simultânea

O principal ponto do acordo que permitiu o estabelecimento do critério de representação cidadã no Parlamento do Mercosul estava contido no primeiro artigo do projeto de recomendação ao Conselho do Mercado Comum – órgão máximo do bloco – aprovado em plenário. Segundo o artigo, a proporcionalidade atenuada, a criação da Corte de Justiça do bloco e a ampliação das atribuições do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) deveriam ser articuladas de forma simultânea.

Desta forma, procurou-se evitar que o atendimento à principal proposta brasileira – de estabelecimento de bancadas maiores para países mais populosos – ocorresse sem levar em conta a principal reivindicação paraguaia, ou seja, a de fortalecimento da esfera judicial do Mercosul. Com isso, os paraguaios pretendiam garantir aos países menores uma possibilidade de recurso para solução de controvérsias.

Um projeto de disposição aprovado pelo parlamento – juntamente com o de recomendação – estabelecia a ampliação das competências do Parlamento do Mercosul, de modo a facilitar uma “evolução progressiva de suas faculdades legislativas e de controle.” Entre elas, as de emitir opi-

nião sobre tratados de adesão de novos membros e outros acordos internacionais.

Durante a primeira etapa de transição do processo de implantação do Parlamento do Mercosul, segundo o projeto, Argentina e Brasil elegeriam apenas um terço da diferença que existe entre o piso de 18 cadeiras e o número máximo destinado a cada um dos dois países – no caso do Brasil, 75 cadeiras. Ou seja, 26 para a Argentina e 37 para o Brasil. Na segunda etapa, os dois países maiores elegeriam todos os parlamentares a que tivessem direito.

Também se decidiu propor uma agenda de trabalho, com a participação do Foro Permanente de Cortes Supremas do bloco, que culminasse na aprovação de um projeto de norma de criação de uma Corte de Justiça do Mercosul. Seriam igualmente avaliadas, de acordo com o projeto aprovado, propostas de modificação do Protocolo de Olivos, com o objetivo de dotar o TPR de novas atribuições, como a garantia de condição vinculante às opiniões consultivas emitidas pelo tribunal, localizado em Assunção.

Os dois projetos previstos no acordo foram aprovados com 13 votos da bancada argentina; 14 votos da bancada brasileira; 10 votos favoráveis da bancada uruguaia, onde se registraram dois votos contrários; e os 18 votos da bancada paraguaia. Segundo o preâmbulo do acordo político aprovado em plenário, seria necessário “encontrar o equilíbrio entre a representação cidadã com proporcionalidade atenuada e os imprescindíveis avanços em direção à criação de instituições supranacionais, que aprofundem o processo de integração, que contribuam para a superação das assimetrias e que garantam a todos os estados partes e a seus cidadãos a efetividade dos direitos que o processo lhes confere.”

Na abertura da sessão, o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, havia reiterado a defesa – já apresentada pelos parlamentares de seu país – da instalação de uma Corte de Justiça do Mercosul, com sentenças “vinculantes para todos.” Para ele, o tribunal ajudaria os cidadãos dos países do bloco a “exigir seus direitos” em temas da integração regional, como o livre trânsito, o exercício profissional e a venda de bens e serviços. O presidente paraguaio defendeu também

a eleição direta de parlamentares do Mercosul. “O avanço simultâneo em ambos os campos dará força ao processo de integração de nossos povos”, disse Lugo.

Adiamento

O acordo político firmado em Assunção em abril deveria ser encaminhado em julho ao Conselho do Mercado Comum, ao qual caberia a decisão final a respeito do estabelecimento do critério de representação cidadã para a definição dos tamanhos das bancadas no Parlamento do Mercosul. Três meses após a reunião realizada na capital paraguaia, no entanto, a conclusão das negociações foi mais uma vez adiada. Foi o que anunciou então o novo presidente da representação brasileira no parlamento, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), após participar, em Assunção, de uma reunião da Mesa Diretora do órgão legislativo regional, antes do encontro de cúpula dos presidentes dos países que integram o bloco.

A definição do número de parlamentares a serem eleitos por cada país fazia parte do acordo político firmado entre os quatro integrantes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – em sessão realizada na capital paraguaia, no final de abril. A proposta aprovada deveria ser entregue ao Conselho do Mercado Comum, cuja reunião coincidiu com o encontro de cúpula dos presidentes, que marcaria o fim da presidência *pro tempore* do Paraguai. Durante a nova reunião da Mesa, porém, parlamentares paraguaios reabriram a questão e pediram que se adiasse a entrega da proposta.

A reação dos parlamentares paraguaios à implantação do acordo político ocorreu no momento em que Paraguai e Brasil debatiam, às vésperas do encontro de cúpula e da reunião do Conselho do Mercado Comum, um acordo destinado a ampliar as compensações ao Paraguai pela utilização da energia da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. A imprensa paraguaia vinha adotando, naquele momento, uma postura bastante crítica em relação ao Brasil nesse episódio.

Ao mesmo tempo, haviam sido registradas reações nos três outros países do bloco à proposta paraguaia de criação de um tribunal supranacional do Mercosul. A criação desse tribunal seria, segundo o acordo

político, uma contrapartida à garantia de bancadas maiores aos países com maiores populações.

Nova recomendação

Apenas em meados de agosto, durante sessão realizada em Montevideu, o Parlamento do Mercosul retomou o tema e decidiu recomendar ao Conselho do Mercado Comum a convocação de reunião extraordinária “no mais breve prazo possível” para aprovar o critério de proporcionalidade que determinaria o número de cadeiras para cada país. A definição do número de cadeiras para cada país deveria ser promovida pelo conselho a partir de uma recomendação do Parlamento do Mercosul, segundo o Protocolo Constitutivo do parlamento.

Ao mesmo tempo, o parlamento decidiu enviar ao Conselho do Mercado Comum um projeto de constituição de um grupo de trabalho destinado a apresentar propostas para a implantação das “dimensões parlamentar e judicial” do mesmo acordo político firmado em Assunção. Entre outros temas, deveriam ser tratados pelo grupo de trabalho a criação da Corte de Justiça do Mercosul e a revisão das faculdades do Parlamento do Mercosul, garantindo-lhe novas prerrogativas a respeito de tratados de adesão de outros membros e tratados internacionais.

As duas decisões foram tomadas depois de diversas horas de negociações. Durante reunião da Mesa Diretora, antes da sessão, as representações de Argentina, Brasil e Uruguai já se mostravam favoráveis a uma decisão imediata sobre a adoção do critério de representatividade. Apenas o Paraguai resistia. Ao longo dos meses anteriores, insatisfeitos com o andamento de sua proposta de criação de um tribunal para o bloco, os parlamentares paraguaios insistiam em manter todas as bancadas com os mesmos 18 parlamentares de então.

Na reunião da Mesa, ocorreu um diálogo áspero entre parlamentares do Brasil e do Paraguai. O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), então vice-presidente brasileiro do parlamento, alertou que a representação brasileira poderia se retirar de plenário caso não se encontrasse uma solução para o critério de representatividade. Em resposta, o parlamentar paraguaio González Núñez afirmou que o esvaziamento do parlamento poderia levar o Paraguai a deixar o Mercosul. Rosinha observou então que lamentaria a

possível saída do Paraguai do bloco, mas lembrou que a imprensa brasileira poderia aplaudir a iniciativa.

O impasse prosseguiu até o início da 6ª sessão extraordinária do parlamento, que foi interrompida logo depois de iniciada, a pedido da representação brasileira, para que se alcançasse um entendimento. A interrupção durou mais de uma hora, período em que se redigiram as duas recomendações ao Conselho do Mercado Comum. Os textos foram bem recebidos em Plenário.

– Conseguimos evitar uma crise profunda no Parlamento do Mercosul, e gostaria de agradecer por mais um passo na construção dessa instituição – afirmou Dr. Rosinha.

O parlamentar paraguaio Eric Salum também elogiou o acordo, que, em sua opinião, permitiria levar adiante o Mercosul, que estaria então “passando por momentos difíceis.” Os parlamentares Roberto Conde, do Uruguai, e José Pampuro, da Argentina, ressaltaram igualmente o apoio das suas bancadas às duas propostas.

No caso brasileiro, o acordo chegou tarde para a realização de eleições diretas de parlamentares do Mercosul em 2010. Isso porque ainda seriam necessárias a decisão final do Conselho do Mercado Comum e a aprovação, até o final de setembro, pelo Congresso Nacional, de uma lei que regulamentasse as eleições marcadas para outubro do ano seguinte. A falta dessa lei gerou uma dúvida sobre a futura representação nacional no novo órgão legislativo regional. Na opinião de parlamentares brasileiros que já integravam o Parlasul, indicados de forma indireta pelo Congresso Nacional, haveria duas datas possíveis para as primeiras eleições diretas: 2012, paralelamente às eleições municipais, ou 2014, juntamente com as eleições gerais.

A definição da data só seria possível depois do estabelecimento definitivo das regras para a escolha dos futuros integrantes do Parlasul. A tese predominante até então era a de eleição dos parlamentares por meio de listas fechadas nacionais, apresentadas pelos partidos políticos, segundo já constava de parecer elaborado pelo relator do projeto de regulamentação das eleições, deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Mas também havia a possibilidade de se estabelecer um número mínimo de vagas por estado brasileiro para que todo o país se envolvesse no processo de integração.

– À medida que perdemos o prazo para as eleições de 2010, acho que agora o Congresso pode definir o assunto com calma. A indefinição acabou atrasando o Congresso brasileiro. Agora temos tempo, que virá a nosso favor – afirmou o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Além das possibilidades de realização de eleições em 2012 ou 2014 (ambas não concretizadas), ainda haveria o risco de não ocorrer tão cedo a escolha direta, pela população brasileira, de seus representantes no parlamento regional. Essa era a opinião, naquele momento, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem os grandes partidos políticos teriam interesse na manutenção do sistema indireto de indicação dos parlamentares que integram o Parlasul.

– Esta é uma decisão política que está sendo postergada e há razões para isso, que não compartilho. Trata-se de uma perspectiva de poder dos maiores partidos, que preferem talvez um processo de indicação, o que não contribui para o avanço do Parlamento do Mercosul, mas que dá mais controle da situação. Este é um processo que diminui o parlamentar, que está aqui [em Montevideú] sem as credenciais dadas pelo povo brasileiro – disse, então, Mesquita.

.....

Capítulo XII

UM ANO DE DEBATES SOBRE A VENEZUELA

NA SESSÃO DE CONSTITUIÇÃO do Parlamento do Mercosul, realizada em Brasília, em dezembro de 2006, deputados da Venezuela já estavam presentes. Cinco meses antes, durante reunião de cúpula do bloco realizada na cidade argentina de Córdoba, o país havia sido oficialmente incorporado ao Mercosul, o que tornaria quase automática a sua participação igualmente na integração parlamentar. Em maio de 2007, representantes venezuelanos também estiveram na primeira sessão do Parlasul, realizada em Montevideú, no Uruguai. Apesar de terem acompanhado de perto cada passo em direção ao estabelecimento do parlamento, porém, os parlamentares da Venezuela só tinham direito a voz, não a voto.

A limitação deveria estender-se até o momento em que o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, assinado em Córdoba, entrasse definitivamente em vigor. Para isso, seria necessária a ratificação do protocolo pelos Poderes Legislativos dos quatro países fundadores do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Argentina e Uruguai foram os mais rápidos e aprovaram sem grandes controvérsias o ingresso do quinto país do bloco. No Paraguai, as resistências foram tão grandes que o presidente

Fernando Lugo chegou a ver-se obrigado a retirar do Parlamento de seu país o protocolo, devido às grandes chances de rejeição do documento. No Brasil, a polêmica não foi menor. Se, de um lado, os defensores do ingresso do novo sócio exaltavam a extensão ao Caribe do Mercosul, até então muito restrito ao sul da América do Sul, os opositores ressaltaram durante vários meses os riscos de se aprovar um novo membro para o bloco que não teria o desejável compromisso com a democracia.

O protocolo foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 18 de dezembro de 2008, com o voto contrário apenas do PSDB, principal partido de oposição ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Exatos dois meses depois, passou também pela representação brasileira no Parlamento do Mercosul, com nove votos favoráveis e quatro contrários. A partir desse momento, porém, a velocidade de tramitação do protocolo foi bastante reduzida. O texto foi encaminhado ao Senado, onde seria debatido em diversas audiências públicas, antes de entrar em votação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e no Plenário. O tema do ingresso da Venezuela no Mercosul esteve presente na agenda parlamentar brasileira durante todo o ano de 2009.

A primeira decisão da CRE, logo após a chegada ali do protocolo, foi a de solicitar ao governo brasileiro informações oficiais a respeito do andamento das negociações para a adesão do novo sócio ao Mercosul. Entre as informações solicitadas, estavam as referentes ao estabelecimento de um cronograma de liberalização do comércio entre a Venezuela e os quatro membros fundadores do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores constou de requerimento apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – que viria a utilizar os dados em seu relatório final – e foi aprovado pela comissão, durante a primeira audiência pública realizada para se debater o tema. Tasso era o relator do Projeto de Decreto Legislativo 430/08, que submetia à aprovação do Senado o texto do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, assinado em quatro de julho de 2006, em Caracas.

Por meio do requerimento, o autor queria saber se já havia acordo sobre as listas de produtos venezuelanos a serem incluídas em cada etapa de adoção da Tarifa Externa Comum do Mercosul. E pedia também

esclarecimentos a respeito do processo de adesão da Venezuela a acordos já firmados pelo bloco com terceiros países.

– Existe consenso em relação à importância da Venezuela, mas o primeiro passo que devemos dar é o de obter informações do governo a respeito das negociações, sem as quais não temos condições de apresentar um relatório – disse Tasso.

O pedido de informações foi apresentado pelo relator depois de dois embaixadores convidados para a audiência apresentarem suas dúvidas em relação ao cumprimento, pela Venezuela, dos requisitos para o ingresso no Mercosul. Primeiro a falar, o embaixador Rubens Barbosa – então presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – disse que ainda existiam questões pendentes nas negociações, apesar de dois grupos de trabalho haverem sido criados para debater o tema nos três anos anteriores. Segundo o embaixador, a Venezuela só desejava negociar alguns pontos do protocolo de adesão depois que o texto entrasse em vigor.

O embaixador Rubens Amaral, que exerceu o cargo de ministro do Desenvolvimento no governo Fernando Henrique Cardoso, lembrou que a União Europeia havia estabelecido critérios rígidos para a adesão de novos membros. Ele ressaltou a importância das relações da Venezuela com o Brasil, mas observou que até aquele momento não haviam sido cumpridas as “condições mínimas” para o ingresso do novo sócio.

A falta de informações detalhadas a respeito do andamento das negociações também foi mencionada pelo diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Coelho Fernandes. Ele recomendou à comissão que solicitasse as conclusões obtidas até agora pelos grupos de trabalho, antes de tomar uma decisão a respeito do ingresso da Venezuela.

O mais favorável à ampliação do Mercosul, entre os debatedores convidados, foi o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Em nome de uma “visão estratégica” dos interesses nacionais, ele recordou o grande aumento do comércio bilateral do Brasil com a Venezuela – 885% ao longo dos últimos dez anos – ao declarar-se “francamente favorável” ao ingresso deste país no bloco.

Os senadores presentes à primeira audiência pública concordaram sobre a importância estratégica da entrada do novo sócio no bloco econômico. Mas discordaram, durante mais de três horas de debates, em relação ao momento político da adesão e à necessidade de cumprimento imediato das condições técnicas para o ingresso do país. Logo no início da reunião, o senador Fernando Collor (PTB-AL) – um dos signatários, como ex-presidente da República, do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul – condenou as palavras “extremamente ofensivas” utilizadas dois anos antes pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, quando chamou o Senado brasileiro de “papagaio” dos Estados Unidos. Ele disse temer que Chávez viesse a utilizar o Mercosul como plataforma de um “projeto pessoal de poder.”

– Chávez não atua pela união e pela integração, mas como elemento de discórdia – afirmou Collor.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou de Collor e previu que, no caso de ser rejeitado o pedido de adesão ao Mercosul, aí, sim, poderia haver uma reação do presidente venezuelano. Por sua vez, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) previu que o ingresso da Venezuela seria benéfico para o Brasil, que vinha obtendo resultados favoráveis com o comércio bilateral. O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), ao contrário, previu que o Brasil teria problemas logo após o ingresso da Venezuela no bloco. Isso porque, a seu ver, Chávez teria a intenção de transformar o Mercosul em uma “tribuna do proselitismo bolivariano.” Favorável à adesão do novo sócio, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu que se dissipasse o “passionalismo” no debate sobre o tema, uma vez que, com a crise econômica, a região precisava de mais integração.

O senador João Tenório (PSDB-AL) disse não haver dúvida em relação aos benefícios econômicos da adesão, mas advertiu para o risco de dificuldades nas relações do governo da Venezuela com os governos dos demais países do bloco. Por sua vez, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu o ingresso do país vizinho, ao recordar que a economia de seu estado, Roraima, era bastante ligada à venezuelana. Essa ligação também foi ressaltada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que defendeu a “rápida aprovação” do protocolo de adesão.

A frequente menção ao nome de Chávez durante o debate surpreendeu o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), para quem o ingresso da Venezuela poderia dar um novo ímpeto ao Parlamento do Mercosul, onde os parlamentares venezuelanos só tinham direito a voz, mas ainda não a voto. Em posição oposta, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que seu voto, no momento, seria contrário ao “ingresso de Chávez no Mercosul.” Ao recordar as origens do bloco, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu que se deixassem de lado “questões secundárias” e se aprofundasse o processo de integração. Por sua vez, o senador José Nery (PSOL-PA) criticou os que identificavam a existência de um regime ditatorial na Venezuela. Ele recordou que Chávez havia participado de 12 eleições nos anos anteriores. Ao final da audiência, o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, recordou que a “Venezuela é perene, mas Chávez não é.” Ele pediu à comissão que mantivesse a serenidade e promovesse uma análise técnica das informações a serem enviadas pelo governo a respeito das negociações com o país vizinho.

Riscos e oportunidades

O tema chegou a ser levado a Montevidéu por parlamentares brasileiros. Em seu primeiro pronunciamento ao Parlamento do Mercosul, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu em maio o avanço da integração rumo ao norte do Brasil e o rápido ingresso da Venezuela no bloco. Ele ressaltou que a entrada do novo sócio – com a terceira maior economia sul-americana e “importantes reservas naturais” – estenderia o Mercosul da Terra do Fogo ao Caribe.

– Para nós, da Amazônia, a entrada da Venezuela representará uma guinada no bloco. No Brasil, quase sempre se associa a integração à Região Sul. Estamos prontos para assumir responsabilidades, para que todo o território brasileiro esteja envolvido na integração – disse Raupp, ele mesmo representante de um estado da Amazônia, durante o tempo dedicado à discussão de tema livre.

O senador elogiou os esforços promovidos pelos governos da região no sentido de ampliar a integração entre o Brasil, a Bolívia, o Peru e a Venezuela. Mencionou especialmente a construção de uma rodovia entre o Brasil e o Peru, que facilitaria o trânsito de pessoas e mercadorias

do Atlântico ao Pacífico, com mais de mil quilômetros em solo peruano. Raupp defendeu ainda a integração energética ao norte da América do Sul, por meio da construção de novas hidrelétricas e linhas de transmissão.

O principal local de debates sobre o ingresso da Venezuela naquele momento, porém, era o Congresso Nacional brasileiro. Os riscos e as oportunidades do ingresso da Venezuela no Mercosul foram ressaltados em nova audiência pública sobre o tema realizada no início de junho pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Os debatedores que pediam mais tempo para a decisão criticaram a falta de informações e a postura política do presidente Hugo Chávez. Os defensores da adesão lembraram a importância estratégica da expansão do bloco em direção ao Norte da América do Sul.

O ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, disse que aprovar naquele momento o ingresso da Venezuela, antes da conclusão das negociações técnicas com os demais membros do Mercosul, seria o mesmo que “dar um cheque em branco” a Chávez. As críticas feitas ao Senado brasileiro pelo presidente venezuelano foram classificadas por ele como demonstração de um comportamento antidemocrático. O ex-ministro condenou ainda a aproximação da Venezuela com o Irã e a “dimensão militar” de suas relações com a Rússia.

– Incorporar a Venezuela ao Mercosul como membro pleno é comprometer a identidade, a eficiência e o poder de atração do bloco, como expressão de um regionalismo aberto, além de condenar um inovador projeto de integração à irrelevância e, no limite, à dissolução – alertou Lafer.

O jurista Ives Gandra da Silva Martins observou que entidades empresariais brasileiras – que teriam o maior interesse na adesão, em virtude do crescente comércio com o país vizinho – tinham demonstrado preocupação com o ingresso da Venezuela. Uma vez que três empresas argentinas já haviam sido nacionalizadas por Chávez, ponderou, que garantias teriam os empresários brasileiros de que o mesmo não ocorreria com eles?

– Parece-me que deveríamos aguardar até que se prove que existe ali uma democracia – sugeriu.

Defensora do ingresso do novo sócio, a cientista política Maria Regina Soares de Lima, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de

Janeiro (Iuperj), observou que a adesão da Venezuela daria partida a um movimento de incorporação da sub-região andina. Maria Regina, especialista em Relações Internacionais, disse que a expansão da União Europeia ajudou a consolidar as “ainda frágeis democracias” que existiam naquele continente à época. Depois de ressaltar o forte crescimento das exportações brasileiras, ela alertou para os riscos de não se aprovar o protocolo.

– A recusa brasileira vai ser vista como um ato hostil à Venezuela, não há como escapar. Existe ainda a possibilidade de outros países ocuparem nichos de mercado atualmente supridos pelo Brasil – advertiu.

Por sua vez, o então embaixador brasileiro na Venezuela, Antonio José Ferreira Simões, salientou que as exportações brasileiras para aquele país haviam saltado de US\$ 1 bilhão para US\$ 5 bilhões entre 2003 e 2008. E que, somente nos quatro primeiros meses de 2009, o superávit em favor do Brasil havia sido de US\$ 1,2 bilhão.

– Esses números não vieram apenas da competitividade das empresas brasileiras, mas, sobretudo, de uma decisão política da Venezuela – afirmou o embaixador.

Comércio e democracia

De um lado, estavam os interesses econômicos do Brasil; de outro, a preocupação com os destinos da democracia venezuelana. A divisão ocorreu novamente em outra rodada de audiências públicas, realizada em julho. O presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Darc Costa, observou que a indústria brasileira enfrentava então uma “ferrenha competição” com a indústria chinesa pelo mercado regional, onde sempre havia desfrutado de uma condição favorecida. Em sua exposição, ele procurou afastar-se de “questões conjunturais” para defender a construção de um grande mercado sul-americano, uma questão que, em sua opinião, interessaria a “nossos netos.”

– A elite brasileira tem o mesmo projeto para o país. Não podemos deixar que a nossa elite se divida por causa da divisão das elites dos outros – disse Darc.

Os argumentos contrários ao ingresso da Venezuela foram, dessa vez, apresentados por dois venezuelanos, opositores do regime bolivariano do presidente Hugo Chávez. O escritor Gustavo Tovar-Arroyo disse ser

favorável à integração continental, mas pediu que esta fosse promovida com respeito aos princípios estabelecidos pelo Mercosul, de respeito à democracia e aos direitos humanos. Ele citou um relatório elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos que apontava a existência de um ambiente hostil, em seu país, aos opositores de Chávez.

– O maior problema da Venezuela é a criminalização da oposição política – afirmou Tovar-Arroyo.

Ex-prefeito da cidade de Chacao, Leopoldo López também condenou a falta de liberdade em seu país. Ele criticou o governo venezuelano por haver impedido a sua candidatura à prefeitura de Caracas. E pediu aos parlamentares brasileiros que não levassem em conta apenas questões econômicas, ao analisar o protocolo de adesão da Venezuela.

– Viemos aqui pedir para que olhem em direção ao Norte com a lente da democracia – disse López.

Um convidado ausente – o então embaixador da Venezuela em Brasília, Julio García Montoya – foi o principal personagem do debate. O presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), decidiu enviar de volta ao embaixador a carta por meio da qual este explicava a sua ausência, considerada hostil e desrespeitosa em relação ao Senado pela maioria dos integrantes da comissão.

Na carta enviada por fax a Azeredo, Montoya considerava “pelo menos inconveniente para a consolidação dos interesses do Estado brasileiro” que se limitasse a discussão a respeito do ingresso de seu país no bloco ao “jogo de interesses de particularíssima condição política.” Segundo o embaixador, se ainda existiam dúvidas sobre o tema, estas seriam “de caráter ideológico e até pessoal.” Por isso, concluiu, a sua presença no debate não faria nenhuma diferença.

O documento foi lido por Azeredo logo no início da reunião da comissão. O embaixador participaria do segundo painel daquele dia, a ser realizado algumas horas mais tarde, mas decidiu não comparecer, conforme informou ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador havia conversado com o embaixador por causa da presença, no primeiro painel, de dois representantes da oposição na Venezuela - o ex-prefeito da cidade de Chacao, Leopoldo López, e o escritor Gustavo Tovar-Arroyo.

Logo após a leitura da carta, o senador Fernando Collor (PTB-AL) apresentou requerimento de voto de censura ao embaixador da Venezuela. Na opinião do senador, a carta enviada por Montoya não havia sido “nem diplomática, nem civilizada.”

– Quem é ele para julgar conveniente ou inconveniente ao Estado brasileiro o ingresso da Venezuela? Esta é uma intromissão indevida – protestou Collor.

O requerimento foi colocado em votação, a pedido de Collor. Foram cinco votos contra o requerimento e quatro a favor. Após a divulgação do resultado, Azeredo anunciou que enviaria de volta a carta ao embaixador da Venezuela.

Autoritarismo

No final de agosto, dois meses antes de sua decisão a respeito do tema, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou um voto de repúdio à “escalada de autoritarismo” do governo da Venezuela. O voto de repúdio constava de requerimento apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que acusou o presidente venezuelano Hugo Chávez de cercear a liberdade de imprensa naquele país. Na opinião do autor do requerimento, o autoritarismo começou a ficar mais evidente quando Chávez decidiu não renovar a concessão de funcionamento da emissora de televisão RCTV, que estava em oposição ao seu governo.

– Desde então, Chávez intensificou a ação contra a liberdade de imprensa, um dos pilares da democracia, e retirou do ar mais de duzentas emissoras de rádio. Precisamos dar uma demonstração de apoio à plena democracia na Venezuela – disse Flexa Ribeiro.

Em setembro, o suposto autoritarismo de Chávez motivou a realização da primeira manifestação pública nas galerias do Parlamento do Mercosul, em Montevideu. Advogados e jornalistas da Venezuela interromperam a sessão com protestos contra a alegada violação de direitos humanos em seu país. Portando cartazes em defesa da liberdade de expressão, eles criticaram aos gritos os integrantes da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlasul, por haverem proibido a sua participação em reunião realizada horas antes.

Por causa dos protestos, o então presidente do parlamento, o uruguaio Juan José Dominguez, suspendeu a sessão e pediu a agentes de segurança que retirassem os manifestantes das galerias. Do lado de fora do edifício, os manifestantes venezuelanos lamentaram não terem podido falar aos integrantes da comissão, apesar de convidados, segundo afirmavam.

– Vim como representante dos presos e perseguidos políticos da Venezuela, convidado pela Comissão de Direitos Humanos. E vimos como certos interesses comerciais colocam-se por cima da dignidade humana e dos direitos humanos – afirmou o advogado Gonzalo Himiob Santomé, diretor do Foro de Advogados da Venezuela.

Após dizer, já do lado de fora do edifício, que havia sido convidado a participar da reunião da comissão, ele foi contestado pelo deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR), integrante da comissão. Segundo Rosinha, o advogado não havia sido oficialmente convidado, pois a reunião durante a qual os venezuelanos teriam sido chamados a falar à comissão, ocorrida em Buenos Aires, não teria tido o quórum necessário, uma vez que parlamentares uruguaio não estavam presentes. Durante a nova reunião da comissão, já em Montevidéu e com o quórum necessário, explicou o deputado, a proposta de convite aos manifestantes venezuelanos foi rejeitada.

– Não se pode investigar denúncias sobre um país que não é membro do Mercosul – disse Rosinha, lembrando que a Venezuela ainda não integrava oficialmente o bloco.

Enquanto isso, em Brasília, crescia a oposição ao ingresso da Venezuela. O então presidente do Senado, José Sarney, reiterou ao final de outubro sua oposição à iniciativa, depois da apresentação, pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do protocolo de adesão, de parecer contrário à entrada do novo sócio, por causa da fragilidade por ele identificada na democracia daquele país. Preocupação semelhante foi apresentada pelo presidente Sarney.

– Eu acho que a cláusula democrática que nós temos no Mercosul é definitiva e o Brasil tem compromisso com ela. E o governo da Venezuela tem tomado providências que são pelo desmoronamento da democracia e contra os princípios democráticos – afirmou.

No mesmo dia, uma nova audiência pública promovida pela CRE demonstrava que ainda existiam dúvidas entre os senadores a respeito da ampliação do Mercosul. Três horas de debate seguiram-se aos depoimentos do então prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, e do embaixador Regis Arslanian, então representante permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul. Além de Tasso Jereissati, 13 parlamentares apresentaram suas expectativas e preocupações em relação à possibilidade de ingresso do novo sócio.

Primeira aprovação

No dia 29 de outubro, depois de muitos debates, a Venezuela ficou um pouco mais próxima do Mercosul. Por 12 votos a cinco, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o protocolo de adesão do novo sócio ao bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mas, para que o país viesse a tornar-se membro efetivo, ainda seria necessária a aprovação do protocolo – já aceito pelos Parlamentos da Argentina e do Uruguai – pelo plenário do Senado e pelo Congresso do Paraguai.

O voto contrário à adesão da Venezuela ao Mercosul, apresentado pelo relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi rejeitado por 11 votos a 6, com uma abstenção. Em seguida, foi apresentado um voto em separado – assim chamado o relatório contrário ao apresentado pelo relator original – elaborado pelo líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi aprovado.

O tema foi debatido por 19 senadores durante três horas e meia, antes do início da votação. Ao final do debate, Jereissati chegou a sugerir um acordo, por meio do qual se colocaria em votação, paralelamente ao protocolo, uma declaração em defesa da democracia e dos direitos humanos na Venezuela, segundo sugestão apresentada pelo senador Flávio Torres (PDT-CE). Mas Jucá preferiu manter a votação em andamento.

Ao defender o ingresso da Venezuela, o líder do governo utilizou principalmente argumentos econômicos. Lembrou que a Venezuela importava aproximadamente 70% do que consumia e observou que a indústria brasileira poderia substituir parte das exportações feitas à Venezuela

pela Colômbia, que exportava mais de US\$ 7 bilhões ao ano para o país vizinho.

Por sua vez, Jereissati recordou que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, atuou contra os interesses brasileiros durante alguns dos mais importantes episódios de controvérsias com vizinhos como a Bolívia, o Equador e o Paraguai, sempre envolvendo interesses de empresas brasileiras como a Petrobrás. O senador lembrou ainda as críticas feitas ao governo venezuelano pelo prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, em audiência pública na comissão, quando o prefeito citou a existência de presos políticos em seu país e de vários casos de desrespeito aos direitos humanos.

Em favor da aprovação do protocolo pesaram os números apresentados pelo governo ao Congresso Nacional. Segundo a exposição de motivos encaminhada pelo então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com a adesão da Venezuela, o Mercosul passaria a ser um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, em uma área de 12,7 milhões de quilômetros quadrados. E teria um Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 1 trilhão, o que corresponderia a 76% do PIB da América do Sul. O comércio global do bloco, ainda segundo o ministro, passaria a ser de cerca de US\$ 300 bilhões, o que tornaria o Mercosul “um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturados.”

Em 15 de dezembro, finalmente, o plenário do Senado aprovou, por 35 votos a 27, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul (PDS 430/08). O resultado apertado demonstrou a divisão dos senadores em relação ao tema. Seis dias antes, o ingresso do novo sócio ao bloco regional chegou a ser debatido em plenário por mais de seis horas.

A aprovação, pelo Senado brasileiro, do ingresso da Venezuela no Mercosul ocorreu um dia depois do terceiro aniversário da sessão especial realizada no mesmo Plenário, em Brasília, para a constituição do Parlamento do Mercosul. E, assim como no caso da votação do protocolo de adesão daquele país ao bloco, parlamentares da base do governo e da oposição divergiram sobre a futura contribuição dos parlamentares venezuelanos para a consolidação do novo órgão legislativo regional.

De um lado, governistas viram na integração plena dos parlamentares venezuelanos – até então com direito a voz, mas não a voto – um

passo a mais em direção à consolidação do Parlamento do Mercosul. De outro, opositoristas disseram temer a possibilidade de radicalização dos debates.

– O ingresso da Venezuela vai esquentar o Parlamento do Mercosul – previu o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), então vice-presidente brasileiro do órgão legislativo regional. Ele recordou que a própria oposição venezuelana identificava no parlamento uma “instância de negociação.”

Na opinião do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), um dos principais articuladores da realização da sessão especial de constituição do novo parlamento, três anos antes, a adesão da Venezuela daria “maior protagonismo” tanto ao Mercosul como ao seu parlamento.

– Nosso grande desafio é o de levar a integração ao Norte da América do Sul. Com a adesão da Venezuela, o Norte brasileiro vai ter maior participação na integração e começa a se criar um ambiente para que outros países associados também tenham interesse pela adesão plena ao Mercosul – avaliou.

Do lado da oposição, havia maior cautela. Para a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), integrante da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, as consequências do ingresso da Venezuela no órgão legislativo regional estariam ligadas ao comportamento a ser adotado pelo presidente Hugo Chávez e pelos deputados venezuelanos.

– O que vimos até aqui dos parlamentares venezuelanos foram ações polêmicas e de dissenso. Nunca vimos uma contribuição positiva para o Mercosul – afirmou.

Também integrante da representação brasileira, o então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), disse temer os efeitos de uma possível radicalização política.

Até então opositor do ingresso da Venezuela, o presidente do Senado brasileiro considerou o assunto encerrado, no dia seguinte à votação em plenário. Ele lembrou que a decisão havia sido tomada pelo Congresso Nacional depois de uma longa discussão. “Esta é agora uma página virada”, disse Sarney.

.....

Capítulo XIII

URUGUAI EMITE SINAL A FAVOR DA INTEGRAÇÃO

A ELEIÇÃO DE José Pepe Mujica para a presidência do Uruguai, em novembro de 2009, foi recebida pelos integrantes brasileiros do Parlamento do Mercosul como um sinal positivo para a integração regional. Candidato pela Frente Ampla, mesmo grupo político de esquerda do então presidente Tabaré Vázquez, Mujica recebeu 51,9% dos votos – contra 44,2% concedidos ao candidato do Partido Blanco, Luis Alberto Lacalle – e incluiu em sua plataforma a defesa do Mercosul. Tudo isso após uma campanha política intensa, quando a oposição havia apresentado duras críticas ao processo de integração.

A vitória de Mujica foi intensamente celebrada nas ruas de Montevideú, na véspera da realização de mais uma sessão do Parlasul, na mesma cidade. Desde cedo, centenas de automóveis circulavam pelas ruas da capital uruguaia com bandeiras do país e da Frente Ampla. Quando as urnas se fecharam, no final da tarde, simpatizantes do presidente eleito começaram a se concentrar em frente ao hotel onde se hospedavam, naquele momento, os parlamentares brasileiros, na Rambla, avenida à beira do rio

da Prata em Montevideu. A festa começou logo depois da divulgação das primeiras projeções do resultado das eleições.

– A eleição foi uma grande festa da democracia, com uma impressionante participação popular. Observamos pelas ruas um processo muito tranquilo e acompanhamos as declarações do presidente eleito, que pretende ampliar ainda mais o diálogo no país. A eleição foi também importante para o Mercosul, pois um dos lados condenava muito o próprio Parlamento do Mercosul. Para nós, que queremos e pregamos a integração, a eleição de Mujica representa a consolidação dessa expectativa – disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A oposição aberta de Luis Alberto Lacalle ao Mercosul também foi ressaltada pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que já havia presidido o Parlasul e acompanhava de perto o próprio Mercosul. Para ele, o forte debate a respeito do tema durante a campanha ajudou a consolidar na opinião pública uruguaia uma posição favorável à integração regional.

– Durante a campanha eleitoral no Uruguai, o tema Mercosul esteve sempre presente. O candidato Lacalle passou a campanha negando o Mercosul e o Parlamento do Mercosul. Colocou na agenda como um tema prioritário. Por seu lado, Mujica defendeu o Mercosul e o parlamento. Creio que o resultado eleitoral é positivo para o Mercosul, pois a sociedade debateu o tema e criou a consciência da necessidade do bloco comercial – avaliou Rosinha.

O senador Geraldo Mesquita Junior (PMDB-AC) disse ter a “melhor expectativa possível” em relação ao governo que tomaria posse no Uruguai. Ele recordou que, já durante a gestão de Tabaré, haviam ocorrido “avanços na integração.” Em sua opinião, Mujica daria continuidade a essas políticas, além de ser “uma pessoa sensata e equilibrada.”

– Será bom para a América Latina e para o Mercosul – previu Mesquita.

Apesar das marcantes diferenças de opinião entre os dois candidatos que foram ao segundo turno no Uruguai, o clima respeitoso prevaleceu logo após a divulgação dos resultados das eleições. Tabaré defendeu a união do país e telefonou para Lacalle, para confortá-lo pela derrota. Ao reconhecer a derrota, Lacalle agradeceu o gesto do então presidente e disse que, apesar das diferenças, os uruguaiois formam “um só povo, com os

mesmos problemas e as mesmas esperanças.” Mujica, por sua vez, expressou seu reconhecimento a Lacalle e pediu desculpas se, por causa de seu temperamento, sua língua havia ido “demasiado longe.”

– Vamos olhar para o futuro. Viva a alegria, viva a esperança – disse Mujica, sob uma chuva forte, no palanque montado junto ao rio da Prata para celebrar a vitória nas eleições.

Além do comércio

Menos de um mês após a sua vitória nas urnas, Pepe Mujica concedeu uma entrevista à *Agência Senado* e à *TV Senado*, do Brasil, na qual disse que a integração regional deveria ir muito além do comércio. Ele defendeu maior aproximação cultural e científica entre os países do Mercosul. “Se não unirmos as inteligências”, advertiu, “nunca vamos nos unir.” Ao contrário do que ocorre no Brasil, onde a política externa poucas vezes ganha espaço nos debates eleitorais, a integração regional foi um tema predominante nas eleições do Uruguai.

A seguir, os principais pontos da entrevista:

Como o senhor define a diferença entre o antigo guerrilheiro e o novo presidente do Uruguai?

Quatro décadas são muito tempo, muitas coisas aconteceram no mundo, na América. Há quarenta anos, queríamos consertar o mundo. Agora, tentamos melhorar o caminho da nossa casa. Somos mais humildes, mais modestos. O mundo continua esperando.

Como vê as diferenças entre a esquerda representada por Luís Inácio Lula da Silva e Michelle Bachelet, de um lado, e Hugo Chávez, do outro?

Eu acho que o verdadeiro julgamento se dá a partir de resultados, não com as declarações ou com as medidas. Se favorece as pessoas mais humildes, se contribui para elevar a base da sociedade, será de esquerda. Se não consegue isso, será uma boa intenção, mas a esquerda falhou. Porque a esquerda é solidariedade, é lembrar dos mais fracos. Pode haver caminhos e métodos distintos. A verdade é que, no mundo em que estamos, se constroem estereótipos. Por exemplo, no meu caso, o de guerrilheiro. Nós não fomos guerrilheiros, éramos políticos com armas. É diferente. Por isso, prefiro

respeitar cada um dos países, que têm seus caminhos, seus modelos. O Caribe é diferente, a América Central e o Rio da Prata são diferentes.

O Uruguai assume uma postura a favor da integração, após as eleições?

Nós somos um país agrícola pequeno, que está em um lugar importante, porque é a entrada da boca de um sistema de grandes rios. Temos que ser um país ponte. Necessitamos da integração regional, mas a região tem fragilidades porque há Estados importantes, como o Brasil e a Argentina, que têm muitos problemas internos para resolver. Não são Alemanha e França. Há direitas aqui que não querem o Mercosul, não querem a integração. Queriam que este país fosse em direção ao livre mercado, para viver do comércio e se tornar um grande centro financeiro. Um país muito liberal, muito aberto, que servisse de trampolim para vender aos vizinhos. Entendemos que esse é um projeto muito perigoso, porque os vizinhos teriam de se defender.

E de que forma pode se aprofundar a integração?

Temos que investir muito mais na inteligência. Parece que as universidades não contam no Mercosul. Se não unirmos as inteligências, nunca vamos nos unir. Também a infraestrutura, a energia, as comunicações. O Mercosul tem sido excessivamente mercantilista. Apenas pelo comércio, não nos integraremos. Precisamos de outras coisas: pesquisa, ciência, cultura. Aqui se forma um engenheiro que vai trabalhar nos Estados Unidos ou na Espanha, mas não pode trabalhar no Brasil. Os brasileiros não podem trabalhar aqui. Estamos loucos!

O mesmo se aplica à infraestrutura?

No Uruguai há uma área no departamento de Rocha que, há 50 anos, dizem ser indicada para se fazer um porto de águas profundas. Esse porto deveria ser do Mercosul, propriedade de todos os governos, para ser utilizado por todas as economias. A esta altura temos que pensar muito adiante, ainda estamos com uma mentalidade muito limitada ao espaço nacional. E fazer negócios com coisas complementares. Nós não vamos fazer uma indústria automobilística. Para quê? Não tem sentido. Mas podemos fazer algo para a indústria brasileira.

O Uruguai é o primeiro país da América do Sul a garantir computadores portáteis para todas as crianças nas escolas. O país pretende investir na economia do conhecimento?

Sim, nossa luta é para nos transformarmos em um pequeno país com muita inteligência. Nós sonhamos que, dentro de vinte anos, todos os jovens tenham formação universitária. O Uruguai não só tem computadores para as crianças, é o primeiro país do mundo que tem todas suas vacas rastreadas eletronicamente, com chips. Temos um registro das vacas mais perfeito que o das pessoas. Temos que desenvolver inteligência aí, nesse setor, e vender esse conhecimento para o Brasil. Quem vai encher os navios de carne será o Brasil. Nós temos que vender a indústria veterinária, produtos, inteligência. E ser úteis ao desenvolvimento do Brasil. Não competir, mas sermos complementares. Fazer algo parecido com o que fazem a Finlândia e a Dinamarca na Europa. São países pequenos, mas que tiram partido do tamanho de seus vizinhos. Vendem inteligência. Por isso nos interessa o Mercosul.

Como o Parlamento do Mercosul pode ajudar o processo de integração?

Acho que ajuda no campo das ideias e dos costumes. Nós vamos ter como vice-chanceler o ex-presidente do Parlasul Roberto Conde, por isso mesmo. O contato entre os parlamentares, ainda que não tenha uma decisão direta, ajuda a conformar um clima de negociação e de aproximação entre os estados. Para nós é favorável.

Um tupamaro no Parlasul

Três meses antes da eleição de Mujica, outro representante dos antigos revolucionários uruguaios assumiu a presidência *pro tempore* do Parlamento do Mercosul. Juan José Domínguez comandou o órgão legislativo regional durante o segundo semestre de 2009, período que coincidiu com a presidência uruguia do Mercosul. Músico e barbeiro em sua juventude, Domínguez entrou para a guerrilha, como integrante dos Tupamaros, nos anos 60. Lutou contra a ditadura militar em seu país e passou mais de 16 anos na prisão, além de um ano na clandestinidade.

Após a sua posse, passou a presidir um parlamento que se preparava para, ao longo dos anos seguintes, receber representantes eleitos

pelos países do bloco. No mesmo dia de sua posse, havia sido celebrado o acordo político que permitiria a eleição de bancadas com mais ou menos parlamentares por país, segundo o critério da proporcionalidade atenuada. O mesmo acordo determinava o início dos estudos para a criação de uma Corte de Justiça do Mercosul.

Em entrevista concedida à *Agência Senado*, ele defendeu uma maior aproximação entre o Parlasul e as sociedades dos países que integram o bloco. A seguir, a íntegra da entrevista:

O acordo político permitirá que o parlamento alcance uma nova etapa?

Temos passado por problemas bastante difíceis, mas estamos totalmente conscientes de que temos que ir à proporcionalidade atenuada, que já está no protocolo; não é nada imprevisto. No entanto, gerou-se toda uma expectativa e se geraram contradições. Colocaram-se questões que também compartilhamos, que têm a ver com uma dimensão judicial para resolver problemas que ocorrem no Mercosul, em como arbitrá-los. Como ter uma força legal por cima das nacionalidades.

Esta era uma reivindicação do Paraguai, não?

Sim, mas parece que temos que estudar isto, pois os tempos são diferentes. E nós temos que resolver isso agora. Por outro lado, nós estamos discutindo com as forças internas de nosso país para encontrar uma saída para a questão do parlamento. Há uma posição muito dura da oposição. Mas creio que vamos sair bem dessa situação.

Agora que se aprovou o acordo, quais seriam as prioridades durante a sua presidência?

Em princípio, um trabalho bastante importante é o da agricultura familiar. É uma coisa que o Brasil levou bastante à frente; nós estamos trabalhando muito bem a esse respeito, sabemos que também no Paraguai há muito boas possibilidades.

E como o parlamento pode ajudar?

Tudo está relacionado ao próprio Mercosul. Ali temos vários grupos de trabalho, mas o resultado desses grupos não tem tido a visibili-

dade suficiente, que somente um parlamento pode dar. Porque é uma caixa de ressonância, porque é um lugar de debate, um lugar onde podemos trazer aspectos de reflexão. Temos as audiências públicas, temos as visitas que fazemos periodicamente aos lugares. Nos últimos meses, por exemplo, estivemos na cidade de Pelotas, estivemos em Porto Alegre. Estamos estimulando muito, por exemplo, o debate sobre a hidrologia das lagoas dos Patos e Mirim, em busca de se ter um lugar de livre fluxo de transporte. No tema das hidrovias, estamos fazendo contatos com os capitais privados, com iniciativas para melhorar as passagens pela cordilheira dos Andes. Isto tem a ver com o funcionamento de todo o Mercosul, pois os fretes pelo estreito de Magalhães saem muito mais caros.

Que papel pode ter o parlamento nesse processo?

A função do parlamento é a de propor leis, que não são diretamente aplicáveis, são recomendações ao Conselho do Mercado Comum, que depois serão levadas aos diversos parlamentos. Nós ainda não atuamos no Direito Positivo. Outra coisa é coordenar sugestões. Há lugares, por exemplo, onde ainda existe uma enorme lentidão para que passe o transporte de cargas e de turismo. Existem aí problemas com as aduanas, as migrações, os ministérios que não deixam passar isso, não deixam passar aquilo.

Há ainda muita burocracia nos países do Mercosul, não?

Claro. Isso que os europeus construíram em muitos anos, para nós está levando ainda muito mais. Muitas vezes um funcionário crê que um país termina ali, com a imagem de uma parede imaginária. Nós, em nosso país, estamos fazendo a reforma do Estado. Temos que fazer algo parecido nos estados que temos. Durante um seminário em Porto Alegre, fizemos dez recomendações ao Mercosul a respeito da segurança nas estradas. Esta é a única maneira para que as pessoas saibam que há um parlamento que se preocupa com a situação de todos os cidadãos.

O parlamento ainda estaria muito longe da população?

Trabalhamos muito no ano passado, sobretudo no tema energético. Estivemos em todas as represas hidrelétricas, estivemos nas refinarias da Venezuela. Não é simples o tema, não é fácil. O que podemos dizer é que, quando fazemos uma audiência pública, sobre questões de transporte, por

exemplo, o auditório se põe repleto de protagonistas, de caminhoneiros, de empresários.

O ingresso de Venezuela poderá ajudar a consolidar o parlamento?

Pela característica polêmica que tem a Venezuela, em nossos países às vezes se radicaliza a discussão política. Mas há uma coisa que se tem que reconhecer. Mais além do governo da Venezuela, esta é uma parte muito importante para o desenvolvimento econômico. O que existe aí é a problemática política. Existem alguns muito favoráveis à revolução bolivariana e outros não. Este é o marco democrático em que estamos, em que cada país tem o seu desenvolvimento, temos idas e vindas. No Uruguai, por exemplo, nós temos enormes dificuldades com a oposição hoje para consolidar o Mercosul, porque eles aspiram a seguir com nações fraturadas e não trabalhar em conjunto.

.....

Capítulo XIV

PARLASUL REJEITA GOLPE EM HONDURAS

NO DIA 28 DE JUNHO DE 2009, logo cedo, o presidente de Honduras, Manuel Zelaya, foi preso pelo Exército em casa, ainda de pijamas, e levado ao aeroporto de Tegucigalpa, de onde foi embarcado com destino à Costa Rica. Em 17 de agosto, na primeira sessão após o recesso de julho, o Parlamento do Mercosul expressou sua “mais enérgica condenação” aos militares que derrubaram o governo constitucional hondurenho e pretendiam, segundo a declaração aprovada, “manter-se ilegitimamente no poder.” A resposta dos parlamentares à crise política de Honduras marcou a ampliação, a toda a América Latina, da preocupação democrática do novo parlamento.

Em sua declaração, os parlamentares ressaltaram seu compromisso de colaborar na busca de uma solução que garantisse o respeito à democracia em Honduras, “instando todos os atores políticos e sociais a retomar o caminho do diálogo pacífico e democrático.” O texto aprovado foi elaborado a partir de uma proposta inicialmente apresentada pelo parlamentar argentino Mariano West.

Por meio da declaração, os parlamentares lamentaram a “desestabilização institucional na república irmã de Honduras, como consequência do levantamento de armas de quem ignora a vontade popular e a possibilidade de que ela possa ser ratificada nas urnas.” Foi retirado o segundo artigo do projeto de declaração, pelo qual o parlamento daria seu “pleno respaldo ao legítimo governo constitucional hondurenho do presidente Manoel Zelaya.”

A declaração foi assinada pelo parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza, que concluiu, desta forma, a sua presidência *pro tempore* do parlamento. No início da noite daquela segunda-feira, em Montevideú, assumiu a presidência, pelo período de seis meses, o parlamentar uruguaio Juan José Dominguez, um antigo revolucionário que integrou o grupo Tupamaros nos anos 60 e chegou a passar um ano na clandestinidade e 16 anos preso em seu país, durante o período da ditadura militar do Uruguai. Mais de 20 anos após a redemocratização dos países do Mercosul, os parlamentares decidiram tornar público seu repúdio ao golpe de Estado promovido pelos militares de Honduras.

O Exército hondurenho alegou estar cumprindo uma decisão judicial de seu país ao prender Zelaya. Mas a deportação do então presidente terminou configurando, para observadores políticos em diversas partes do mundo, a existência de um golpe militar. A Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenaram a deposição do então presidente pelos militares hondurenhos.

A prisão de Zelaya foi determinada pela Justiça com base na acusação de desrespeito a normas constitucionais para a realização de uma consulta popular. Ele pretendia saber se a população apoiaria a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Os opositores do então presidente temiam que, por meio da Constituinte, ele tentasse obter uma mudança constitucional que permitisse a sua reeleição. Zelaya havia sido eleito presidente em 2005, pelo Partido Liberal, para um mandato de quatro anos, sem direito a reeleição. No meio de seu mandato, havia dado início a uma aproximação com a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), liderada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Depois de passar três meses viajando pelo continente em busca de apoio para seu retorno ao poder, Zelaya voltou clandestinamente a Tegucigalpa, onde se refugiou na embaixada brasileira, que foi cercada pelas autoridades hondurenhas. Ele permaneceu ali de 21 de setembro de 2009 até o dia 27 de janeiro de 2010, quando embarcou para seu exílio na República Dominicana. No mesmo dia 27, assumiu o comando do país Porfirio Lobo, eleito presidente em 29 de novembro de 2009 em um pleito não reconhecido naquele momento pela maior parte da comunidade internacional.

Veemente repúdio

Em 19 de outubro, o Parlamento do Mercosul manifestou “veemente repúdio” ao cerco policial à embaixada do Brasil em Tegucigalpa e conclamou a comunidade internacional para que intervisse “positivamente” no conflito hondurenho. O Parlasul expressou seu entendimento de que o então presidente Manoel Zelaya deveria abster-se de utilizar a embaixada “como palanque político”, lamentou que Zelaya tivesse convocado consulta popular sem base constitucional, “o que deu pretexto para a realização do golpe de estado em Honduras”, e qualificou o golpe de “afronta a todas as democracias da América Latina.”

A declaração, aprovada por 27 votos a favor e duas abstenções, foi sugerida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e apoiada em Plenário pelos senadores Marisa Serrano (MS) e Eduardo Azeredo (MG), ambos do PSDB, e José Nery (PSOL-PA).

No documento, o Parlasul advertiu que a vida do presidente deposto Manuel Zelaya e dos demais abrigados e a inviolabilidade diplomática do Brasil deveriam ser preservadas a todo custo. Expressou ainda sua consternação com as violações do direito à livre manifestação dos partidários do “governante legítimo” de Honduras, Manoel Zelaya, condenadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. E fez “um sincero apelo” a todas as forças políticas de Honduras para que concluíssem, sob os auspícios da OEA, um processo transparente de diálogo que conduzisse o país à conciliação e à volta da normalidade democrática.

Ainda na declaração, o Parlamento do Mercosul lembrou que o cerco à embaixada já havia sido condenado pela ONU e contrariava frontal-

mente as responsabilidades do Estado hospedeiro consagradas na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas. O órgão legislativo expressou seu entendimento de que a utilização da embaixada como palanque político violaria regras do direito internacional público e não contribuiria para a tão desejada pacificação de Honduras.

Nas considerações que antecederiam a declaração, o Parlasul registrou estar inspirado nos valores universais que regem as democracias nacionais e uma ordem mundial multilateral fundamentada nos princípios do Direito Internacional Público. Considerou que Zelaya foi eleito em pleito democrático absolutamente legítimo e que o “anacrônico golpe de estado perpetrado em Honduras se constituiu numa grave afronta a todas as democracias da América Latina”, região que vinha, como observaram os parlamentares, “consolidando e ampliando seus regimes democráticos.”

Reação progressista

No dia 30 de novembro, foi a vez de o Grupo Progressista do Parlamento do Mercosul aprovar uma declaração de “mais categórico desconhecimento” das eleições realizadas na véspera em Honduras, assim como das autoridades eleitas. Segundo a declaração, as eleições sofreram vício de nulidade desde a origem, por terem sido convocadas por um “regime que executou o golpe militar que destituiu o governo constitucional do presidente Manoel Zelaya.”

O texto considerou todo golpe de estado em um país latino-americano como um “atentado à história e às boas relações de convivência no continente, além de grave precedente.” Primeiro bloco político plurinacional do Parlasul, o Grupo Progressista contou, entre seus primeiros integrantes, com os deputados brasileiros Beto Albuquerque (PSB-RS), Dr. Rosinha (PT-PR) e José Paulo Tóffano (PV-SP), então presidente da representação brasileira no Parlasul.

No documento por meio do qual criaram o grupo, os parlamentares demonstraram sua “convicção de que nossas nações só poderão atuar no cenário global multipolar de hoje integradas em um bloco por meio do qual nossos povos possam expressar sua luta por um mundo melhor.”

Durante a sessão do parlamento, no mesmo dia, houve uma tentativa frustrada de se colocar em votação uma declaração contra as elei-

ções em Honduras, mas o texto não chegou a ser submetido a votação, uma vez que necessitaria de maioria absoluta para entrar em pauta e parte dos parlamentares do Paraguai rejeitava a iniciativa.

O parlamento, na mesma sessão, aprovou declaração de contentamento com a “grande festa cívica” do povo uruguaio, que havia elegido um dia antes seu novo presidente em segundo turno, e suas “mais sinceras congratulações” ao presidente eleito do Uruguai, José Pepe Mujica. O projeto de declaração foi apresentado pelo deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR) e aprovado por aclamação pelo Plenário.

Após recordar a existência de uma cláusula democrática no Mercosul, a declaração destacava que as eleições uruguaias haviam ocorrido “dentro da mais absoluta normalidade” e haviam tido alta participação popular, o que demonstraria o “alto grau de maturidade da democracia e da sociedade civil uruguaias.” Os parlamentares expressaram ainda sua convicção de que a “renovada democracia uruguaia” teria “impacto positivo no processo de integração do Mercosul.”

.....

Capítulo XV

PARLASUL COMEÇA A MARCAR POSIÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

TÉCNICOS DA EMPRESA BRITÂNICA *Desire Petroleum* deram início, em 22 de fevereiro de 2010, à perfuração de um poço localizado a cem quilômetros da costa das Ilhas Malvinas – que os britânicos preferem chamar de *Falklands*. Tinha início ali mais um capítulo da longa controvérsia entre o Reino Unido e a Argentina sobre a soberania das ilhas e da sua plataforma continental, que muitos acreditam ser rica em petróleo. De acordo com estimativas do Serviço Britânico de Medições Geológicas, pode haver até 60 bilhões de barris de petróleo sob as águas que cercam o arquipélago, embora não se saiba quanto desse petróleo possa ser efetivamente explorado.

Dois dias depois, o então ministro argentino de Relações Exteriores, Jorge Taiana, encontrou-se com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, em Nova York, para pedir-lhe ajuda na tentativa de convencer o Reino Unido a rediscutir a soberania das Malvinas. Após o encontro, Taiana classificou a decisão britânica de autorizar a exploração da plataforma continental das ilhas como “ilegal e contrária às leis internacionais.” Afirmou ainda que a iniciativa afetava os

“interesses de todos os argentinos.” A resposta britânica foi imediata. O então ministro das Relações Exteriores, David Miliband, chamou de “absolutamente clara” a soberania de seu país sobre as ilhas.

A *Desire Petroleum* chegou a encontrar petróleo na região, mas de baixa qualidade e “comercialmente inviável”, segundo anunciou posteriormente a empresa. No início de maio, outra empresa britânica – a *Rockhooper Exploration* – declarou ter encontrado petróleo de “boa qualidade” próximo às Malvinas, ilhas pelas quais a Argentina e o Reino Unido chegaram a ir à guerra em 1982, com a derrota dos argentinos. “Os registros indicam, claramente, que encontramos uma reserva de alta qualidade, de grande porosidade e permeabilidade”, disse o diretor-gerente da empresa, Samuel Moody, segundo relato da agência *BBC Brasil*.

Até então, a reação argentina às iniciativas britânicas de explorar petróleo na região eram privativas do Poder Executivo. Naquele início de 2010, a presidência do Mercosul era da Argentina, assim como a presidência do Parlamento do Mercosul. E o tema acabou chegando ao plenário do parlamento regional, onde representantes argentinos encontraram a solidariedade de seus colegas dos demais países do bloco.

Em 8 de março, apenas duas semanas depois do início dos trabalhos da *Desire Petroleum*, o Parlamento do Mercosul aprovou em Montevideu, no Uruguai, declaração por meio da qual demonstrou seu “enérgico repúdio” à decisão do Reino Unido de autorizar a exploração de petróleo na área da plataforma continental ao redor das Ilhas Malvinas. A proposta de declaração foi apresentada pelos integrantes da representação argentina e contou com o apoio de parlamentares dos três outros países do bloco – Brasil, Paraguai e Uruguai.

Ainda por meio da declaração, o parlamento anunciou sua decisão de instar o Reino Unido a “cessar de imediato esta ou qualquer outra ação unilateral similar”, além da intenção de fazer chegar o conteúdo da declaração a todos os foros e organismos internacionais. O texto sustentou também a necessidade de que todos os países da região acompanhassem a República Argentina, “adotando medidas tendentes a não cooperar com as tarefas de exploração anunciadas por empresas britânicas.”

Ao apresentarem a proposta, os parlamentares argentinos observaram que a autorização do início da exploração de petróleo na região das

Malvinas poderia tornar mais delicada a situação das ilhas, onde existiria, a seu ver, uma “ilegítima ocupação” britânica desde 1833. Por outro lado, lembraram que a ONU havia aprovado resolução em favor de uma negociação pacífica entre o Reino Unido e a Argentina a respeito da soberania sobre as ilhas.

– É importante que o Parlamento do Mercosul possa expressar de forma contundente sua posição contrária à autorização da exploração de petróleo nas Malvinas – disse o parlamentar argentino Ruperto Godoy.

Logo no início da sessão, o senador brasileiro Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou a sua solidariedade à Argentina. Em sua opinião, o Reino Unido surpreendeu todo o mundo com a autorização do início da exploração de hidrocarbonetos na região. Ele recordou que outras regiões do Planeta têm passado por diversos conflitos por causa do petróleo.

– Não sei o que pode acontecer caso se transfira a luta pelo petróleo para a América do Sul – alertou.

Por sua vez, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) sustentou a necessidade de se fortalecer o Mercosul, para que o bloco possa garantir maior apoio à Argentina na questão das Malvinas. O parlamentar paraguaio Erik Salum classificou a atitude do governo britânico como “imperialista e colonialista.” E o parlamentar uruguaio Javier Ibarra considerou também preocupante a “agressão à soberania” argentina sobre as Malvinas.

Cuba e terremotos

A aprovação da declaração relativa às Malvinas foi apenas a primeira importante manifestação do ano do Parlasul referente a temas internacionais. A paulatina consolidação do órgão legislativo regional o levou a marcar posição em diversos outros acontecimentos do cenário mundial. No mesmo dia em que condenou o início de operação das petroleiras britânicas, o Parlamento do Mercosul também aprovou declaração pela qual expressou satisfação pela “histórica resolução” da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a sua 39ª assembleia-geral, realizada em Honduras, de levantar todas as restrições à República de Cuba, deixando assim aberta a porta para a sua reincorporação ao organismo regional.

A proposta de declaração foi apresentada pelo parlamentar argentino Guillermo Jenefes, que lembrou a adoção, pelo presidente norte-

-americano Barack Obama, de uma política de aproximação com Cuba, que havia incluído o levantamento de restrições de viagens entre os dois países. Ele observou ainda que a decisão da OEA foi tomada por unanimidade, o que demonstraria, a seu ver, “o desejo geral de um destino comum para todo o continente.”

Na mesma sessão, o Parlasul declarou sua “mais profunda solidariedade” com o Chile e o Haiti, e em particular com as famílias das vítimas dos terremotos que atingiram os dois países. Ocorrido no final de fevereiro, o terremoto do Chile provocou a morte de mais de 700 pessoas. O terremoto do Haiti foi ainda mais devastador e levou à morte de mais de cem mil pessoas, em janeiro. A proposta de declaração foi apresentada pelo presidente do parlamento, o argentino José Pampuro.

Segundo o texto aprovado, os parlamentares do bloco declaram ainda a sua satisfação pela ajuda enviada à região afetada, que classificam como “um claro gesto de fraternidade.” Por outro lado, ressaltam a necessidade de se continuar trabalhando em conjunto pela reconstrução das regiões devastadas pelos terremotos. Na opinião dos parlamentares, ainda de acordo com a declaração aprovada, os desastres naturais que afetaram os dois países “mostraram ao mundo inteiro as profundas desigualdades sociais e econômicas que sofre nossa região, em particular a República do Haiti, onde é clara e manifesta a injustiça social.”

Apedrejamento

Em agosto, já sob a presidência brasileira, o Parlamento do Mercosul externou a sua indignação com a sentença à morte, por apedrejamento, da iraniana Sakineh Ashtiani, acusada de adultério e de planejamento da morte do marido. A sentença foi posteriormente revogada. Por meio da aprovação unânime de projeto de declaração apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), os parlamentares pediram ainda à Justiça do Irã que revise a sentença, por não contribuir, segundo o documento aprovado, para que a República do Irã “se integre à comunidade internacional.”

A condenação à morte, ainda de acordo com a declaração, “afronta de modo absolutamente inaceitável os direitos humanos fundamentais, particularmente os relativos às mulheres.” Os parlamentares dos países do

bloco manifestaram ainda a disposição dos estados partes do Mercosul de receberem Sakineh como refugiada, por motivos humanitários,” se ela assim o desejar.”

Ao defender a aprovação da proposta, os dois autores observaram que a morte por apedrejamento, embora conste da lei islâmica milenar, a Sharia, já havia sido abolida na grande maioria dos países muçulmanos, por ser considerada “uma forma extremamente cruel e bárbara de execução.” Além disso, recordaram, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.”

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) apoiou a proposta, sob o argumento de que o Parlasul não poderia deixar de manifestar-se sobre a condenação. Ela recordou que ambientalistas demonstram em diversos países sua oposição ao extermínio de animais, como as baleias. Da mesma forma, comparou, é preciso criticar qualquer tratamento “desumano e cruel” dos seres humanos.

– Nós não podemos ficar calados – afirmou Marisa.

O senador Inácio Arruda (PcdoB-CE) também votou a favor da proposta, mas lembrou que muitas mulheres ocidentais ainda sofriam “com a força do machismo.”

Colômbia e Venezuela

Durante a mesma sessão, o Parlamento do Mercosul expressou sua “imensa satisfação” com a disposição ao diálogo demonstrada pouco antes pelos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Colômbia, Juan Manuel Santos. Os dois países estavam com as relações diplomáticas rompidas desde que o então presidente colombiano Álvaro Uribe, antecessor de Santos, acusou a Venezuela de abrigar guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A posse de Santos abriu caminho para a normalização da relação bilateral.

O plenário manifestou o entendimento de que a normalização da relação entre os dois países era de “fundamental importância para a América do Sul e para o processo de integração regional.” O texto aprovado foi o de um projeto de declaração apresentado pelos parlamentares brasileiros Aloizio Mercadante (PT-SP) e Dr. Rosinha (PT-PR), além do

parlamentar paraguaio Eric Salum. Por meio do texto, os integrantes do Parlasul também manifestaram sua esperança de que fosse encontrada uma solução política para o “longo conflito interno colombiano, que gera instabilidade na Colômbia e em seus vizinhos.”

– Saudamos a disposição do novo governo colombiano de restabelecer o diálogo. O governo venezuelano também sinalizou com a mesma disposição. Mais importante ainda, o novo governo colombiano se mostrou disposto a retomar as negociações com as Farc, desde que ela abdique da violência como forma de luta. É o que nós gostaríamos que acontecesse; que houvesse uma anistia, uma pacificação, um novo entendimento e que a Colômbia caminhasse na direção dos outros países da região, um caminho de paz – afirmou Mercadante.

Durante a mesma sessão, também foi aprovada declaração da “mais absoluta satisfação” pela solução encontrada pelos governos da Argentina e do Uruguai para o conflito que envolveu os dois países após a instalação, no Uruguai, de uma indústria de celulose. Os argentinos ressaltaram, desde o início da implantação da usina, o risco de poluição das águas da Bacia do Prata.

O acordo, assinado em 28 de julho pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner, e pelo presidente do Uruguai, José Mujica, estabeleceu o monitoramento conjunto, por cientistas dos dois países, do rio Uruguai e de “todos os estabelecimentos industriais, agrícolas e centros urbanos” que despejem seus dejetos no próprio rio e na sua área de influência.

.....

Capítulo XVI

APOSTA NA INTEGRAÇÃO

POUCO MAIS DE TRÊS ANOS após o início de suas atividades regulares, em Montevideú, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) teve pela primeira vez como presidente um senador brasileiro. Em 9 de agosto de 2010, assumiu a presidência em caráter rotativo o então senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Às vésperas do pleito que renovaria o Congresso Nacional brasileiro e colocaria no Palácio do Planalto Dilma Rousseff, o senador assumiu o posto com um discurso fortemente favorável ao fortalecimento do Mercosul.

Ao tomar posse para um mandato de seis meses, Mercadante criticou os chamados “mercocéticos” – críticos do aprofundamento do Mercosul – e fez uma ampla defesa da integração regional. Ele propôs o estabelecimento, pelo parlamento, de uma agenda de temas importantes “a ser discutida em profundidade com as sociedades do bloco e transformada em propostas concretas de normas e de harmonização de legislações.”

O senador admitiu, “com preocupação”, que, nos seus primeiros três anos de existência, ainda em fase de afirmação institucional, o Parlasul

não havia explorado, como poderia, suas novas funções e nem havia discutido “com a intensidade necessária”, junto à sociedade civil dos países do bloco, temas de grande interesse para os cidadãos dos quatro países integrantes do Mercosul.

– Precisamos ultrapassar com urgência essa fase inicial do Parlamento, sob pena de desperdiçarmos o potencial deste órgão legislativo e convertê-lo em instituição de pouca relevância. De fato, temos de começar a fazer aquilo para o que os parlamentos são criados: legislar ou, no caso deste parlamento específico, propor legislações e harmonizá-las – sugeriu.

No início de seu pronunciamento, o senador lembrou que os críticos do Mercosul acusavam o bloco, desde o início, de ser uma espécie de “arcaísmo terceiro-mundista” e sonhavam com o que chamou de “miragem neoliberal da Alca”, em uma referência à mal sucedida tentativa de se criar uma Área de Livre Comércio das Américas. Ele recordou uma entrevista à imprensa concedida pelo escritor norte-americano Mark Twain, quando corriam em Londres boatos sobre a sua morte. Os boatos, disse então Twain, haviam sido “grosseiramente exagerados.” Da mesma forma, argumentou o senador, o Mercosul continuava, naquele momento, “mais vivo do que nunca.”

O senador criticou os “mercocéticos” por defenderem uma flexibilização do bloco regional para que ele se limite a uma área de livre comércio – e não permaneça como uma união aduaneira, “ainda que imperfeita e incompleta.” Caso prevalecesse a tese dos críticos, alertou, o Mercosul passaria a ser uma espécie de Área de Livre Comércio do Sul (Alcasul), e todas as instituições e todos os acordos firmados até aquele momento teriam de ser revistos. O próprio Parlasul, observou, “perderia inteiramente a sua razão de ser.”

Para Mercadante, o parlamento perdeu muito tempo discutindo a questão do critério da representação cidadã, por meio do qual se estabeleceu o número de parlamentares a serem eleitos em cada país. Uma vez solucionada essa questão, observou, o caminho estava aberto para a realização de eleições diretas em todos os países do bloco, o que tornaria “definitiva” a consolidação do Parlasul. O então presidente disse ainda ser necessário “solucionar os graves problemas administrativos” dos primeiros

anos de atividade do parlamento, inclusive por meio da realização de concursos públicos para a seleção de seus funcionários.

Mais cidadania

Durante o período da presidência brasileira, ganhou importância o tema da cidadania do Mercosul. Convidado por Mercadante para expor as prioridades da presidência *pro tempore* brasileira para aquele semestre, o então ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participou de uma sessão do Parlasul em 18 de outubro. Durante a sessão, realizada em Montevideú, ele sugeriu a adoção pelo Mercosul de um plano de ação destinado a “ampliar e aprofundar os elementos de uma cidadania regional” nos dez anos seguintes.

– A presidência *pro tempore* brasileira tem o objetivo de consolidar o mais jovem pilar da integração, o da cidadania. Queremos convidar os sócios a somar esforços para implantarmos uma cidadania do Mercosul. Nós queremos construir o Mercosul dos povos – disse Amorim.

Em seu pronunciamento, o ministro recordou os avanços que já haviam sido obtidos pelo bloco nessa direção, entre os quais as viagens sem passaporte pela América do Sul e a maior facilidade de obtenção de residência permanente de cidadãos do Mercosul em outros países do bloco. Ao final daquele ano viriam a ser apresentadas oficialmente propostas de aprofundamento dessa cidadania, como a unificação dos registros veiculares e a criação de um documento único de identidade.

“Rosto” do Mercosul

Outra proposta apresentada por Amorim durante seu pronunciamento ao Parlasul foi o estabelecimento de um representante especial do bloco. Para o ministro, esse representante deveria ter funções “substantivas”, como a de propor iniciativas sobre matérias relacionadas ao processo de integração e articulação de consensos entre os países do bloco sobre temas considerados relevantes para o Mercosul.

– A presidência brasileira propõe que se inclua na estrutura do Mercosul uma figura política que seja o seu rosto – esclareceu Amorim.

Um cargo semelhante já havia existido no Mercosul. O argentino Carlos Chacho Álvarez exerceu até o final de 2009 o papel de presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul. O cargo foi extinto ao final de seu mandato. A criação do novo cargo poderia, na opinião do ministro, “ser complementada pela instituição de representantes especiais para áreas específicas de grande densidade na agenda do Mercosul, como saúde, educação, cultura, energia, meio ambiente, livre circulação de pessoas ou cooperação.”

Amorim reiterou a prioridade do governo brasileiro para a América do Sul. E indicou ser um “objetivo central” nesse sentido a adesão da Venezuela ao Mercosul, ainda naquele momento dependente da aprovação pelo Congresso Nacional do Paraguai. Ele defendeu ainda a conclusão das negociações de um acordo sobre serviços com a Colômbia e de um acordo sobre investimentos com o Chile. Manifestou também a intenção de “aprofundar o acordo entre o Mercosul e o Peru.”

O ministro elogiou a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Egito, durante a mais recente reunião de cúpula do bloco, que havia sido realizada em julho na cidade argentina de San Juan. Ele disse esperar para breve a conclusão de um acordo de livre comércio com a Jordânia e informou que estavam em andamento conversações com a Palestina e a Síria. Reiterou ainda que o Mercosul mantinha sua disposição de negociar um acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo.

A aproximação com países em desenvolvimento, ressaltou o ministro na sessão do Parlasul, não ocorria, porém, “em prejuízo de nossas relações com parceiros desenvolvidos.” Ele informou que poucos dias antes havia sido concluída mais uma rodada de negociações com a União Europeia, durante a qual o Mercosul havia demonstrado “disposição para concluir um acordo equilibrado e abrangente, fator de desenvolvimento para todos, com sensibilidade para as assimetrias entre os dois lados.”

Desafio da consolidação

Ao final do período da presidência brasileira, no entanto, o entusiasmo pela integração demonstrado por Mercadante e por Amorim ao longo do semestre não era totalmente compartilhado por parlamentares da

oposição, principalmente no que se referia à integração parlamentar por meio do Parlasul.

Em dezembro de 2010, no momento em que o Mercosul se preparava para realizar a sua 40ª reunião de cúpula, em Foz do Iguaçu, o então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), alertou que o espaço legislativo do bloco regional ainda tinha pela frente o desafio de se consolidar politicamente e conquistar novas prerrogativas.

Na opinião de Azeredo, que integrava naquele momento a representação brasileira no órgão legislativo regional, ainda faltava “muito” para que o novo parlamento chegasse a alcançar o estágio de tomar decisões práticas que viessem a afetar as vidas dos cidadãos. Com três anos de funcionamento, recordou, o Parlasul ainda era apenas um foro de debate sobre a integração regional, sem poder de aprovar resoluções com força de lei nos países que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

– O Parlamento do Mercosul ainda está na sua infância, não está sequer na adolescência – avaliou.

Como presidente da comissão e integrante do Parlasul, ele disse ver “com cautela” o futuro do órgão legislativo regional. Para que este viesse a funcionar como o Parlamento Europeu, considerado como exemplo para o Mercosul, precisaria, a seu ver, conquistar maiores prerrogativas. Em sua opinião, o Parlasul poderia ter poderes para tomar decisões sobre temas como normas comerciais, currículos escolares e direitos do consumidor. Para o senador, a realização de eleições diretas para a escolha dos futuros representantes brasileiros no Parlasul poderia ajudar o novo parlamento a conquistar maior espaço político.

– Mas só a eleição direta não vai resolver. Precisaremos ter um debate sobre as prerrogativas que o parlamento terá – disse Azeredo.

.....

Capítulo XVII

IMPASSE PARALISA PARLASUL

CLOCAR EM PRÁTICA o projeto do Parlamento do Mercosul levou mais tempo do que imaginaram os seus idealizadores. As primeiras eleições diretas de parlamentares do bloco, por exemplo, deveriam ter ocorrido até 2010. Mas as dificuldades políticas que surgiram na discussão do formato definitivo do parlamento terminaram por tornar inviável o prazo original. O adiamento das eleições no Brasil criou um vácuo legal que suspendeu por um ano o funcionamento do Parlasul.

Os mandatos dos integrantes da primeira representação brasileira no Parlasul – que eram todos deputados e senadores no exercício de seus mandatos indicados pelo Congresso Nacional – terminaram em 31 de dezembro de 2010. Até então se julgava que em 2011 já poderiam tomar posse, em Montevideu, os parlamentares eleitos diretamente pela população para o Parlasul. Mas não foi isto o que ocorreu.

Era preciso, então, estabelecer, por meio de uma resolução do Congresso Nacional, um novo mandato para os integrantes da representação a serem indicados pelo Congresso entre deputados e senadores que viriam a tomar posse em Brasília no início de 2011. Esses novos integrantes

da representação permaneceriam no Parlasul até a posse dos parlamentares brasileiros que viessem a ser eleitos mais tarde. Além disso, seria necessária a ampliação de 18 para 37 do número de integrantes da representação, a fim de atender ao que determinava o acordo político firmado entre os países do bloco para a etapa seguinte de implantação do Parlasul.

Com o objetivo de facilitar esse processo, em 24 de novembro de 2010 a Representação brasileira no Parlasul aprovou um anteprojeto de resolução segundo o qual a representação passaria a ser composta, a partir de 2011, por 37 integrantes, dos quais 27 deputados e 10 senadores. Os 37 parlamentares, segundo o texto, seriam designados pelas Mesas das duas Casas que viessem a ser eleitas em fevereiro de 2011.

O mesmo anteprojeto estendia o mandato dos antigos integrantes, que acabaria em 31 de dezembro de 2010, até 31 de janeiro de 2011. Dessa forma, pretendia-se evitar a ausência de uma bancada brasileira até que tomassem posse os deputados e senadores eleitos em 2010. O texto foi enviado às Mesas da Câmara e do Senado para que pudesse ser colocado em votação em uma sessão do Congresso.

Polêmica

Ao encaminhar seu voto favorável à nova resolução, o então presidente do Parlasul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que havia consenso na representação a respeito da prorrogação dos mandatos até 31 de janeiro e que também havia concordância sobre a ampliação de 18 para 37 do número de parlamentares brasileiros no Parlasul a partir de 2011, segundo já havia sido definido por acordo político do próprio parlamento ratificado pelo Conselho do Mercado Comum, órgão máximo do Mercosul.

O senador admitiu, porém, que não havia consenso – devido a diferentes interpretações do Protocolo Constitutivo do Parlasul – sobre a participação de não-parlamentares entre os representantes do Brasil em Montevideu até a realização de eleições diretas para a escolha dos futuros parlamentares brasileiros. Ele defendeu a inclusão, na nova representação, apenas de deputados e senadores no exercício de seus mandatos, entendimento que prevaleceu na votação da representação.

– Os defensores da inclusão de não parlamentares deveriam apresentar uma proposta de emenda à Constituição. Não há amparo legal

para definir de onde viriam os recursos para pagar esses parlamentares ou que poder legal de representação eles teriam – argumentou o senador.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), então relator na Câmara dos Deputados do projeto de regulamentação das eleições diretas de representantes brasileiros no parlamento regional, afirmou que não havia no Protocolo Constitutivo do Parlasul nenhuma menção à possibilidade de escolha de não parlamentares para o período que se estenderia até a realização das eleições em cada um dos países do bloco. Nesse momento, ele utilizou pela primeira vez a expressão “biônicos”, cunhada na época do regime militar, naquele momento para designar senadores escolhidos por eleições indiretas, ao se referir aos parlamentares sem mandato que poderiam vir a ser indicados para a representação brasileira no Parlasul.

– Há um debate se pode haver biônicos ou não. A presença dos biônicos seria um desrespeito ao protocolo e criaria um casuísmo. Além disso, seria um desrespeito ao povo brasileiro e colocaria o Parlasul em descrédito – afirmou.

No mesmo debate, o então presidente da representação, deputado João Paulo Tóffano (PV-SP), ponderou se os representantes brasileiros até aquele momento também não teriam sido “biônicos”, por haverem sido nomeados pelas Mesas da Câmara e do Senado – e não eleitos diretamente pela população. Em sua opinião, os partidos políticos não indicariam pessoas não representativas para participar do Parlasul.

Depois disso, começou a crescer no Congresso o debate sobre a possibilidade de indicação, para a futura representação, de deputados e senadores que se encontravam em fim de mandato naquele momento. Caso a proposta viesse a ser aprovada, esses deputados e senadores passariam a integrar a representação no ano seguinte, quando eles já não estariam mais no exercício de seus mandatos no Congresso brasileiro. O debate terminou por inviabilizar a aprovação de uma nova resolução do Congresso ainda em 2010, o que impossibilitou o reinício dos trabalhos do Parlasul no início de 2011.

“Enérgico repúdio”

Em 13 de dezembro, a Mesa Diretora do Parlasul aprovou nota oficial em que expressou seu “mais enérgico repúdio” à hipótese de que o parlamento viesse a ser integrado por pessoas que não tivessem “a le-

gitimidade que só pode ser conferida pelo voto popular.” Assinada pelo presidente em exercício do parlamento, o parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain, a nota foi proposta durante reunião da Mesa pelo deputado brasileiro Dr. Rosinha e aprovada por unanimidade.

Por meio da nota, a Mesa se disse “alarmada com as especulações que surgiram no Brasil” segundo as quais o final da primeira etapa de transição para a implantação do órgão legislativo regional permitiria que o Parlasul pudesse ser integrado por pessoas sem mandato outorgado por voto popular. A Mesa alertou ainda que a possibilidade de inclusão de parlamentares não eleitos resultaria em “extrema fragilidade e, talvez, paralisação do Parlasul, assim como em danos muito graves ao processo de integração e para a imagem do bloco perante a opinião pública internacional.”

A Mesa do Parlasul sugeriu ao Congresso Nacional do Brasil que mantivesse a política de designar seus parlamentares entre aqueles titulares de mandatos obtidos pelo voto popular.

Plenário ratifica decisão

Durante sessão realizada naquele mesmo dia, o Parlasul decidiu que seus integrantes teriam de ser escolhidos, até a realização de eleições diretas, entre “legisladores nacionais com mandatos vigentes outorgados pelo voto popular.” Segundo afirmou então o parlamentar argentino Mariano West, não era possível que fizessem parte do Parlasul representantes não eleitos para seus respectivos parlamentos nacionais. “Aqui sempre se falou de parlamentares nacionais”, lembrou.

Outra medida para garantir que os parlamentares do Mercosul estivessem no exercício de mandatos eletivos foi a extensão, até 31 de dezembro de 2014, da etapa de transição para a implantação do parlamento. Antes dessa data, todos os países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deveriam promover eleições específicas de seus parlamentares para o preenchimento das vagas do parlamento.

Por meio de suas decisões, o Plenário procurou esclarecer dúvidas sobre a interpretação do Protocolo Constitutivo do Parlasul. Segundo o protocolo, o exercício do cargo de parlamentar do Mercosul – após a sua implantação definitiva – “é incompatível com o desempenho de mandato ou cargo legislativo ou executivo nos Estados partes.” O terceiro artigo das

Disposições Transitórias, porém, estabelece que, para a primeira etapa de transição – que terminaria em 31 de dezembro de 2010 – os Parlamentos nacionais estabeleceriam as modalidades de designação de seus parlamentares entre seus legisladores. Ao estender a etapa de transição até o final de 2014, dissolveu-se a dúvida de interpretação do protocolo.

Em proposta de recomendação ao CMC, o Parlasul prorrogou por quatro anos o período de transição, uma vez que não se haviam realizado as eleições previstas para a

Argentina, Brasil e Uruguai. Dessa forma, estendeu-se também o período durante o qual cada parlamento nacional enviaria a Montevideú, sede do Parlasul, uma representação composta por deputados e senadores. Além disso, a declaração aprovada estipulou que os integrantes de cada representação deveriam ter “mandatos vigentes outorgados pelo voto popular.”

Risco de retrocesso

Presente à sessão, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que concordou com a proposta. Em sua opinião, a indicação de parlamentares não eleitos pelo voto popular para integrar a representação brasileira a partir de 2011 poderia ser considerada um “retrocesso” em relação ao que existia então. Por sua vez, o então senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que presidia naquele momento a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado brasileiro, disse ser “evidente que quem tem mandato tem mais representatividade.”

– Nós já tivemos no Brasil experiências de indicações feitas de maneira indireta, como governadores e senadores, que chegaram a ser chamados de biônicos. Aqui não se trata de um mandato inteiro, mas de uma transição até as eleições que escolherão os parlamentares brasileiros do Mercosul – acrescentou o senador.

Três dias depois, durante Cúpula do Mercosul realizada em Foz do Iguaçu (PR), o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, considerou de “bom senso” a recomendação feita pelo Parlasul no sentido de que apenas deputados e senadores eleitos, e com mandatos vigentes, integrassem a representação brasileira no órgão legislativo regional. A recomendação aprovada pelo parlamento foi apresentada durante a cúpula ao Conselho do Mercado Comum.

No início da cúpula, houve uma expectativa de que o conselho tomaria uma decisão formal a respeito do assunto, confirmando a posição do parlamento. O conselho, entretanto, apenas “tomou nota” da recomendação. Ou seja, os ministros fizeram constar da ata o texto encaminhado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que representou no encontro em Foz do Iguaçu (PR) o então presidente *pro tempore* do parlamento, Aloizio Mercadante.

– O Parlamento do Mercosul fez uma recomendação. E eu acho que é de bom senso que as coisas se encaminhem dessa maneira – disse Amorim.

Lula fala de êxito

Ao abrir a última cúpula do Mercosul como chefe de Estado, em 17 de dezembro de 2010, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva incluiu entre os êxitos da presidência *pro tempore* brasileira, naquele semestre, o acordo para a realização de eleições diretas para os integrantes do Parlasul.

– Avançamos para além da agenda comercial. Aprovamos a fórmula para eleição de representantes do povo no Mercosul por eleição direta. Apostamos nos valores de nossa democracia, que estarão aportados no Parlasul – disse Lula, emocionado com a despedida.

A presidência *pro tempore* do Mercosul passou naquele momento ao Paraguai, para o primeiro semestre de 2011. Durante a cúpula, o presidente paraguaio Fernando Lugo também mencionou a integração legislativa como uma de suas prioridades para os próximos meses, além do aprofundamento da integração econômica do bloco.

– Vamos trabalhar para melhorar o funcionamento do Parlasul, como instituição representativa genuína de nossos povos, um dos pilares da nova dimensão do Mercosul que estamos construindo – anunciou Lugo.

Nova resolução

A polêmica em torno do tema acabou adiando qualquer decisão para 2011. Durante a última sessão de 2010 do Congresso Nacional, quando estava em pauta o projeto de Orçamento para 2011, nenhum projeto de resolução tratando da renovação da representação brasileira chegou à Mesa. Com isso, permaneceu em vigor a Resolução nº 1/2007, que

estabelecia mandatos até 31 de dezembro de 2010 para os deputados e senadores que integravam até então a representação.

Apenas em 25 de maio de 2011 o Congresso Nacional aprovou a Resolução 1/11, que garantiu novo mandato para a representação brasileira no Parlasul. A resolução, que já havia sido aprovada pela Câmara no início do mês e nesse momento era confirmada pelo Senado, ampliou ainda de 18 para 37 o número de integrantes da representação, dos quais 27 seriam deputados e 10 senadores.

A resolução estabeleceu que os novos integrantes da representação exerceriam seus mandatos até a posse dos parlamentares que viriam a ser eleitos para representar o Brasil em Montevideu, sede do órgão legislativo regional. Esses mandatos terminariam, então, com a posse dos parlamentares a serem eleitos para o Parlasul em 2014.

A instalação da nova representação, possibilitada pela aprovação da resolução do Congresso Nacional, seria o primeiro passo para a retomada dos trabalhos do Parlasul, interrompidos no final do ano anterior. Isto porque as sessões do parlamento regional só podem ocorrer com a presença das representações dos quatro países membros efetivos do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A elevação do número de integrantes da representação, estabelecida na nova resolução, permitiu colocar em prática o acordo celebrado com os demais países do bloco, de implantação paulatina do chamado critério de “representação cidadã”, que previu uma proporcionalidade mitigada em relação às populações de cada país na definição dos tamanhos das bancadas. Pelo acordo, a Argentina passaria a ter, já em 2011, 26 parlamentares, enquanto Paraguai e Uruguai manteriam as bancadas de 18 parlamentares cada.

Na prática, porém, a retomada dos trabalhos do Parlasul ainda dependia da instalação da nova representação brasileira, que viria a ocorrer apenas ao final de agosto. Os três meses seguintes ainda foram tomados por negociações políticas dentro do bloco, especialmente no que se referia à possibilidade de mudanças no Regimento Interno do Parlamento do Mercosul, para tornar mais aceitável aos dois menores países do bloco – Paraguai e Uruguai – a mudança na composição das bancadas no parlamento, com maiores bancadas aos países de maiores populações. Por tudo isso, os trabalhos do Parlasul só viriam a ser retomados em dezembro de 2011, após um ano de paralisação.

.....

Capítulo XVIII

NOVA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLASUL INICIA TRABALHOS

A REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA no Parlamento do Mercosul integrada por parlamentares eleitos em outubro de 2010 deu início a seus trabalhos em 31 de agosto de 2011. Composta por 37 parlamentares, sendo dez senadores e 27 deputados, a representação foi instalada, em Brasília, durante reunião presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o mais velho do grupo. Mas a eleição do presidente e dos dois vice-presidentes acabou adiada para uma nova reunião, a ser presidida pelo deputado Roberto Freire (PPS-SP), marcada para duas semanas depois.

Após abrir a reunião e traçar um histórico do Parlasul para os deputados e senadores que não integravam anteriormente a representação, Simon anunciou que o cargo de presidente, pelo sistema de rodízio, caberia nos dois anos seguintes a um senador. Inicialmente contestada por alguns dos deputados presentes, a decisão terminou sendo confirmada por aclamação.

A partir de então, foram sugeridos os nomes de três candidatos: Ana Amélia (PP-RS), José Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR). Simon pretendia promover imediatamente a votação, mas de-

sistiu depois de parlamentares do PT e do PMDB argumentarem que precisavam submeter o tema às suas respectivas bancadas. Simon preferiu então deixar a reunião e foi substituído por Freire, que marcou nova data para a eleição do presidente e dos dois vices.

Eleito presidente, Requião prega solidariedade na crise

Com “paixão sul-americana”, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) assumiu, em 13 de setembro, o cargo de presidente da representação brasileira no Parlasul. Após ser eleito com 15 votos, ele defendeu a busca de maior união entre os integrantes do bloco, num momento de crise econômica internacional, durante a qual, como recordou, existia o risco de avanço de políticas protecionistas dentro de cada país.

– O Parlasul pode ser o grande espaço de discussão e de acordo, para que não entremos em um conflito comercial desnecessário durante a crise – afirmou Requião, para quem o bloco deve ser construído “com uma visão de solidariedade e de cidadania sul-americana.”

Ana Amélia, também candidata, obteve 10 votos, e Inácio Arruda conquistou cinco. Por acordo, Ana Amélia foi designada para o cargo de segunda vice-presidente, enquanto o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) foi escolhido para ocupar a primeira vice-presidência. O acordo foi proposto pelo deputado Roberto Freire (PPS-SP), que presidiu a primeira parte da reunião, quando foi realizada a votação para o cargo de presidente.

Também por consenso foi indicado o nome do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) para o cargo de vice-presidente brasileiro do Parlasul. Ele passaria a integrar a Mesa juntamente com o atual presidente do parlamento, o paraguaio Mendoza Unzain, e os vice-presidentes indicados por Argentina e Uruguai.

Reforma do Regimento

Segundo informou Dr. Rosinha aos integrantes da representação, a realização da primeira sessão do ano do Parlasul ainda dependia de um entendimento com os demais países do bloco a respeito de uma possível reforma do Regimento Interno do Parlamento. Isso porque a bancada do Uruguai só aceitaria dar posse aos parlamentares brasileiros depois de uma mudança nas regras de votação que garantisse maior proteção aos

interesses dos países com bancadas menores, Paraguai e Uruguai. Dr. Rosinha anunciou ainda duas prioridades para o período em que estaria na Mesa Diretora.

– Uma prioridade é interna. Temos que avançar na administração do Parlamento, inclusive fazendo concurso público para os seus servidores. A segunda prioridade será a de dar visibilidade política ao Parlasul. O vácuo dos últimos oito a nove meses prejudicou bastante o parlamento – afirmou o deputado, em referência ao período em que o Parlasul deixou de realizar sessões em Montevideú.

Guimarães sugere ampliação do Focem

Uma semana depois da eleição, a nova representação debateu o estágio da integração regional com o alto representante-geral do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Em sua exposição aos deputados e senadores que passaram a integrar a representação, o embaixador afirmou que o fortalecimento do Mercosul dependia da redução das assimetrias entre os países que o compõem. Para ajudar a alcançar esse objetivo, ele sugeriu que o Parlasul tomasse a iniciativa de sugerir aos governos dos países do bloco a ampliação do Fundo de Convergência Estrutural (Focem), destinado a financiar projetos de infraestrutura na região.

Estabelecido em 2005, o Focem é composto por contribuições não reembolsáveis dos países do bloco, de US\$ 100 milhões por ano. Como maior país, o Brasil responde por 70% dos recursos destinados ao fundo, que pretende reforçar as menores economias do bloco por meio de investimentos em obras como estradas e portos. Para o embaixador, porém, as contribuições poderiam ser ampliadas, para tornar mais rápido o desenvolvimento da região. Ele observou que US\$ 100 milhões são suficientes apenas para construir 100 quilômetros de rodovias.

– A ampliação dos recursos do Focem seria um passo concreto para a redução das assimetrias, que o Parlamento poderia recomendar – recomendou Guimarães.

Em sua exposição aos senadores e deputados que integram a representação, o embaixador informou que visitou ministros dos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – logo após a sua indicação para o cargo. A partir das conversas que manteve, ele disse ter

chegado à conclusão da necessidade da redução das “extraordinárias assimetrias” que existem na região. Em sua opinião, é muito importante a atuação do Mercosul como um bloco no cenário internacional, o que exige coesão política. Para manter essa coesão, ele considera importante investir no fortalecimento das menores economias.

- Há forças centrífugas dentro do Mercosul. Há setores que acham que o bloco não é a solução ideal para seus países. O bloco só permanecerá unido na medida em que todos os parceiros se sintam beneficiários desse processo - alertou.

O embaixador recordou que não havia, naquele momento, energia elétrica em 40% do território do Paraguai, apesar do pleno funcionamento da hidrelétrica binacional de Itaipu. Ele considerou importante fortalecer a infraestrutura dos países do bloco, para garantir a todos a possibilidade de desenvolvimento industrial.

Ao final da reunião, Guimarães informou ter recebido um mandato para negociar com os governos da Bolívia e do Equador o seu possível ingresso no Mercosul. Ele disse ainda que o comércio intrabloco havia crescido mais de 10 vezes nos 10 anos anteriores. Como resultado dessa expansão, observou, o Brasil obteve importantes saldos comerciais, como o de cerca de US\$ 4 bilhões com a Argentina. O embaixador recordou ainda os crescentes investimentos brasileiros nos demais países do bloco, em setores como os de cimento, carnes e arroz. Para ele, o Parlasul poderia investir na harmonização das legislações dos países do bloco para evitar problemas como o excesso de burocracia na liberação de exportações e importações.

Desenvolvimento do Paraguai e do Uruguai beneficia Brasil, diz embaixador

Na semana seguinte, os integrantes da representação brasileira participaram de um novo debate a respeito do desenvolvimento da integração regional. Desta vez, com a presença do embaixador Antônio José Ferreira Simões, subsecretário-geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores. Assim como Guimarães, ele também saiu em defesa do Focem como instrumento de redução das desigualdades regionais. Segundo o embaixador, o desenvolvimento dos dois

sócios menores do Mercosul – Paraguai e Uruguai – seria benéfico não somente para as populações desses países, mas também para o Brasil.

Durante a audiência, o embaixador lembrou a importância, para o Brasil, de ter vizinhos prósperos e estáveis. E o Focem, recordou, tem um papel fundamental na redução das assimetrias entre os países que integram o bloco.

– Os recursos do Focem vão beneficiar esses países, mas também ajudarão os interesses brasileiros. Quanto mais o Paraguai estiver dentro da legalidade e da produção, melhor para o Estado do Paraná. Quanto mais crescer o Uruguai, mais beneficiaremos o Rio Grande do Sul - exemplificou.

Em sua exposição aos deputados e senadores da representação, Simões lembrou que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro representava apenas 30% do PIB da América do Sul nos anos 70. Em 2011, alcançava 54%. As reservas internacionais brasileiras, prosseguiu, já haviam alcançado US\$ 350 bilhões – o equivalente ao PIB da Argentina. Os números ilustravam, na opinião do embaixador, a “grande responsabilidade” do Brasil em relação aos demais países do bloco.

Representação aprova criação de cargo de alto-representante

Na mesma reunião, a representação brasileira no Parlasul aprovou parecer favorável à mensagem presidencial que submetia ao Congresso Nacional a Decisão 63/10, do Conselho do Mercado Comum (CMC), que cria o cargo de alto representante-geral do Mercosul, ocupado – ainda que de maneira informal – pelo embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães.

Para que a decisão entrasse em vigor, havia a necessidade de ratificação por cada um dos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A votação na representação brasileira foi o primeiro passo para a ratificação da medida pelo Brasil. Em seguida, a mensagem presidencial, cujo relator na representação foi o senador Roberto Requião, ainda seria discutida e votada pela Câmara e pelo Senado.

– Fica clara a opção dos estados partes pela institucionalização crescente do Mercosul e pela criação de cargos representativos, tal como na União Europeia – disse Requião em defesa da decisão do conselho.

Segundo a decisão do CMC, o orçamento do escritório do alto-representante, localizado em Montevidéu, será financiado por contribuições anuais, de pesos diferentes, de cada um dos quatro países. O Brasil arcará com 50% do orçamento, enquanto a Argentina responderá por 25% do total, o Uruguai por 15% e o Paraguai, por 10%. Até a data de entrada em vigor da decisão, por meio de sua ratificação, o indicado para o cargo de alto-representante exercerá suas funções de maneira transitória. E caberá ao seu país de origem garantir os recursos financeiros para o desempenho de suas tarefas.

Entre as atribuições da função estão as de representar o Mercosul, por meio de mandato expresso do CMC, nas relações com terceiros países e com organismos internacionais junto aos quais o Mercosul tenha *status* de observador e em reuniões e fóruns internacionais em que o bloco considere conveniente participar por meio de uma representação comum. O alto-representante, segundo o texto aprovado, deverá ainda manter diálogo permanente com outros órgãos do bloco, como o Parlasul.

.....

Capítulo XIX

POSSE DE REPRESENTANTES BRASILEIROS ABRE NOVA ETAPA DO PARLASUL

NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2011, quase um ano após a sessão anterior, o Parlamento do Mercosul ingressou em uma nova etapa. Naquela data, tomaram posse, em Montevidéu, os integrantes da nova representação brasileira, desta vez composta por 37 parlamentares – dos quais 27 deputados e 10 senadores. A cerimônia abriu caminho para a chamada “representação cidadã” no parlamento, que estabelece maiores bancadas para os países do bloco com maiores populações.

Com a posse, o parlamento retomou as suas atividades. A última sessão havia ocorrido em dezembro de 2010. Poucos dias depois, terminava o mandato da representação que havia sido indicada quatro anos antes, composta por 18 parlamentares. Somente após a aprovação de uma Resolução do Congresso Nacional, no final do primeiro semestre de 2011, foi criada a nova representação. A posse dos deputados e senadores indicados pelo Congresso Nacional para compor a representação teve ainda de aguardar um acordo sobre as normas internas do Parlamento para adaptá-lo à nova etapa.

– Pusemos o Parlamento em marcha. Acabamos com a paralisia e a inércia do Parlasul. Agora vamos reconstituir as comissões e começar a trabalhar de verdade, para colocar em movimento a política de integração – disse o presidente da nova representação brasileira, senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Por decisão da Mesa Diretora, que se reuniu minutos antes da sessão, foi adiada para 2012 a votação da proposta de mudança do Regimento Interno do Parlasul, que viria a ampliar as maiorias necessárias à aprovação de decisões do Parlamento como forma de proteger os dois países com menores bancadas, Paraguai e Uruguai. A proposta foi feita pela bancada do Uruguai e contou com o apoio da representação brasileira durante reunião realizada em novembro de 2011, em Brasília. Também foi adiada para o início de 2012 a eleição da nova Mesa Diretora.

No início da sessão, o parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain, então presidente do Parlasul, chamou cada um dos 30 parlamentares brasileiros presentes, dos quais 22 deputados e oito senadores, para prestar juramento, no qual se comprometeram a “consolidar a integração regional” e a “reafirmar o exercício pleno da democracia e dos direitos humanos” na região. O senador Paulo Paim (PT-RS) não pôde comparecer à posse. A 10ª vaga brasileira de senador ainda não havia sido preenchida por falta da indicação do DEM. Quatro deputados também deixaram de comparecer à posse.

Solidariedade ao Uruguai

Na primeira sessão de 2011, o Parlasul aprovou uma moção de solidariedade ao Uruguai, acusado pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy, ao final de uma reunião de cúpula do G-20, em Cannes, de ser um “paraíso fiscal.” A declaração do presidente francês foi considerada “absurda” pelo presidente da representação brasileira, Roberto Requião. O presidente do Parlasul, parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain, também divulgou na ocasião uma declaração do “mais fervente apoio” ao Uruguai, por meio da qual rechaçou “qualquer expressão desfavorável e desqualificativa à pujante, sadia e séria economia uruguaia.”

Na mesma sessão, o Parlasul aprovou uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do bloco, para que, nas negociações de todos os tratados entre o Mercosul e demais blocos ou países, seja “levada em conta a questão das Ilhas Malvinas ocupadas, buscando-se uma solução pacífica e definitiva para o problema.” A proposta foi apresentada por Requião e muito bem recebida pelos integrantes da representação argentina, que já vinha reiterando no Parlasul a necessidade de busca de uma solução para a questão das ilhas, pelas quais Argentina e Inglaterra travaram uma guerra em 1982.

Crise é oportunidade para fortalecer integração, disse Requião

O agravamento da crise econômica internacional, naquele final de 2011, deveria ser visto como oportunidade para o aprofundamento da integração regional, disse Requião durante a sessão. Em seu primeiro pronunciamento no órgão legislativo regional, o presidente da Representação brasileira no Parlasul sustentou que os países do bloco, juntos, poderiam defender-se melhor dos efeitos da crise.

Segundo o senador, os países ricos tentariam aumentar as suas exportações para o resto do mundo, com o risco do que chamou de um “*dumping industrial*” capaz de prejudicar os parques produtivos dos países emergentes. Os países que têm uma base industrial estariam ameaçados, advertiu o senador, e países que não tinham essa base, mas aspiravam a tê-la, estariam igualmente em risco.

– Diante disso, no caso da América do Sul, é imperioso acelerar o processo de integração, pois dentro de um bloco econômico será possível proteger os mercados internos sul-americanos, sem ferir as regras da Organização Mundial do Comércio. Individualmente, qualquer país que recorra a barreiras comerciais corre o risco de discriminação e retaliações no mercado internacional. Num bloco, ele pode fazê-lo sem ferir tratados internacionais – disse Requião.

O presidente da representação brasileira defendeu a construção do que chamou de Consenso do Rio, no lugar do antigo Consenso de Washington, que orientou a adoção de políticas econômicas liberais em toda a América Latina nos anos 90. O novo consenso, segundo o senador, seria baseado em propostas de um grupo de economistas brasileiros reunidos

pelo Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul, entre os quais Maria da Conceição Tavares, Luís Gonzaga Belluzzo e Carlos Lessa. O grupo propôs uma alternativa capaz de estimular o “desenvolvimento dos países da América do Sul, conciliando estabilidade de preços, crescimento e promoção do pleno emprego.”

O pronunciamento de Requião foi elogiado pelo parlamentar argentino Rodríguez Saá, que considerou importante que o Parlasul colocasse em debate os efeitos sobre a região da crise econômica mundial. O parlamentar paraguaio González Núñez, por sua vez, aproveitou a oportunidade da retomada dos trabalhos do órgão legislativo regional para defender a ampliação das prerrogativas do Parlasul, para que ele possa “servir à cidadania e ter credibilidade e confiança.”

Estreantes

Diversos parlamentares brasileiros que compareceram pela primeira vez ao Parlasul fizeram pronunciamentos durante a sessão. Os deputados Mandetta (DEM-MS) e Weliton Prado (PT-MG) pediram o estabelecimento de políticas conjuntas dos países do Mercosul no combate às drogas. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) registrou com satisfação os primeiros resultados concretos da integração regional no atendimento à saúde de populações de cidades na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

O deputado Marçal Filho (PMDB-MS) também abordou o tema das cidades de fronteira, citando como exemplo a região de Mato Grosso do Sul próxima ao Paraguai. Para ele, os habitantes fronteiriços precisam ter um “tratamento diferenciado”, por enfrentarem problemas diferentes dos demais regiões do país. O deputado Emiliano José (PT-BA) defendeu a união dos países do bloco para “enfrentar os desafios sociais, econômicos e culturais” de um momento em que, a seu ver, o Mercosul adota um caminho de “crescimento com distribuição de renda.”

Por sua vez, o deputado Newton Lima (PT-SP) propôs que o Mercosul, diante da nova conjuntura econômica mundial, adotasse “políticas estruturantes de educação, ciência e tecnologia”, com o objetivo de construir parques tecnológicos que fortaleçam a capacidade dos países do bloco de concorrer no mercado internacional.

“Dinheiro do petróleo”

Horas antes da sessão ocorreu o primeiro café da manhã dos novos integrantes da representação brasileira no Parlamento do Mercosul com o delegado do Brasil junto ao bloco, embaixador Regis Arslanian. Durante o encontro, o embaixador defendeu o rápido ingresso da Venezuela no Mercosul. Ele informou ainda que já estavam em andamento “conversações”, embora não conclusivas, sobre a adesão da Bolívia.

O embaixador lembrou que o ingresso da Venezuela poderia vir a fortalecer o Fundo de Convergência Estrutural (Focem) do Mercosul, destinado a estimular as menores economias do bloco, Paraguai e Uruguai. O fundo é composto por contribuições anuais de US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 70 milhões do Brasil, US\$ 27 milhões da Argentina, US\$ 2 milhões do Uruguai e US\$ 1 milhão do Paraguai.

Até maio de 2011, como informou, já haviam sido aprovados 17 projetos do Paraguai, para os quais o Focem contribuiu com mais de US\$ 600 milhões. Entre os projetos estavam os de construção de casas populares e de construção e recuperação de rodovias. O fundo também viria a tornar possível a construção de uma linha de transmissão de energia entre a usina hidrelétrica de Itaipu e Assunção.

– A Venezuela poderá participar do Focem com dinheiro do petróleo – previu Arslanian, observando ainda que os atuais componentes do bloco não poderiam “dar as costas” à Venezuela.

Naquele momento, a adesão da Venezuela já havia sido aprovada pelos Legislativos de Argentina, Brasil e Uruguai. Mas ainda dependia do aval do Senado do Paraguai. Os partidos tradicionais paraguaios, especialmente o Partido Colorado, ofereciam resistência à aprovação do pedido de ingresso daquele país, por rejeição política ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Integração

Durante a reunião com os parlamentares brasileiros, que foi presidida pelo senador Roberto Requião, o embaixador fez um relato otimista dos mais recentes resultados da integração regional. Disse que o Mercosul já podia ser efetivamente considerado um bloco de livre comércio, uma

vez que só permaneciam restrições à circulação de açúcar, a pedido dos argentinos, e de automóveis, regidos por um acordo específico de comércio.

Como ressaltou o embaixador, porém, o Mercosul ultrapassara a etapa de um acordo de livre comércio e já estava avançando em direção a um mercado comum, com iniciativas como o Focem, o Parlasul e o fim progressivo da chamada dupla cobrança da Tarifa Externa Comum até o fim de 2018. Com isso, os produtos de fora do bloco pagarão impostos apenas uma vez quando ingressarem em qualquer país do Mercosul. Ele citou também os projetos em andamento para estabelecer uma carteira de identidade única e um registro único de automóveis até 2018, como formas de garantir a livre circulação de pessoas dentro do bloco.

– Se fôssemos apenas um bloco comercial, poderíamos estar construindo um muro entre nossos países, assim como os Estados Unidos estão fazendo na fronteira com o México – comparou.

Requião pede respeito à decisão paraguaia

O ingresso da Venezuela no Mercosul, defendido por Arslanian durante o primeiro encontro com os integrantes da nova representação brasileira, voltou a ser tema de debate durante reunião de cúpula do bloco realizada três semanas depois, também em Montevideú. Nessa ocasião, os presidentes de Argentina, Brasil e Uruguai decidiram criar uma comissão de “alto nível” destinada a acelerar a adesão da Venezuela. A proposta foi formulada por José Mujica, presidente anfitrião do encontro, e bem recebida pelas presidentes da Argentina e do Brasil, Cristina Kirchner e Dilma Rousseff.

O ingresso de um país no Mercosul, porém, precisa ser ratificado pelos parlamentos de todos os países-membros – e não pelos chefes de Estado desses mesmos países. E, naquele momento, o assunto ainda estava sendo debatido no Parlamento do Paraguai. Confirmando decisão da Câmara dos Deputados, o Senado brasileiro aprovou a adesão da Venezuela em dezembro de 2009, em votação apertada (35 votos a 27). Argentina e Uruguai já tinham aprovado então a entrada do quinto integrante do bloco.

Em nome da Representação brasileira, Roberto Requião criticou duramente a tentativa dos governos de Argentina, Brasil e Uruguai de

apressar o ingresso da Venezuela no bloco. Em sua opinião, os representantes dos três governos teriam demonstrado “desprezo” pelo Parlamento do Paraguai.

– O que ocorreu foi uma trapalhada dos governos dos países do Mercosul. Quem aprova a entrada da Venezuela no Mercosul é o Parlamento paraguaio. E eles esqueceram que existe o Parlasul. Nós sequer fomos instados a participar desse processo. Estavam lá os burocratas do Itamarati, os ministros do governo acompanhando a presidente da República, quando, na verdade, quem vai decidir é o Congresso do Paraguai – afirmou Requião.

Segundo a *Agência Brasil*, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que participou da cúpula como líder de um país associado, classificou a adesão da Venezuela ao bloco de “importante demais para ser deixada na mão de cinco pessoas que não [a] querem.”

.....

Capítulo XX

A RETOMADA INTERROMPIDA

AS SESSÕES REGULARES DO PARLASUL deveriam ter sido retomadas em março de 2012, com a posse dos novos integrantes da Representação Argentina, escolhidos entre deputados e senadores eleitos no final de 2011. A falta de um entendimento interno retardou o reinício dos trabalhos. Como não houve consenso entre a Câmara de Deputados e o Senado da Argentina sobre quantos integrantes de cada Casa integrariam a representação, a ser composta por 26 parlamentares, os argentinos não chegaram a tomar posse em Montevidéu no início do ano, como esperado. Poucos meses depois, um fato novo tornou o cenário mais imprevisível.

No momento em que parecia aberto o caminho para a retomada das atividades normais do Parlasul, as divergências entre Caracas e Assunção voltaram a dificultar a busca de um amplo entendimento político entre todos os países membros do bloco. Até o final de 2011, o principal motivo de distanciamento entre as duas nações era a demora do Senado paraguaio em aprovar o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Em 22 de junho de 2012, com a destituição de Fernando Lugo da Presidência do Paraguai, o ambiente político tornou-se mais tenso.

A Venezuela só viria a ser aceita como membro pleno do Mercosul depois da aprovação de seu protocolo de adesão por todos os Parlamen- tos do bloco. Restava, naquele momento, o voto do Senado do Paraguai, que adiou sua decisão por bastante tempo sob a alegação de que o regime político da Venezuela poderia estar em conflito com a chamada cláusula democrática do Mercosul. Como os demais países do bloco já haviam aprovado o ingresso da Venezuela, havia entre eles certa expectativa sobre quando e como o Senado paraguaio viria a votar o protocolo constitutivo.

O desfecho do episódio acabou sendo outro. Após a rápida vota- ção do *impeachment* do presidente Fernando Lugo, classificada nos demais países do bloco como um golpe de Estado, o Paraguai acabou suspenso do Mercosul – justamente por contrariar a cláusula democrática. Uma vez suspenso do Mercosul, o Paraguai por extensão ficaria fora temporaria- mente dos organismos do bloco – entre os quais o Parlasul. Porém, o Para- guai era o único país, até aquele momento, que havia elegido diretamente seus representantes no órgão legislativo regional. O que fazer, então, dos mandatos desses parlamentares? E como acomodá-los lado a lado com os representantes da Venezuela, país cuja adesão ao bloco não havia sido até então aprovado pelo Senado paraguaio?

A falta de respostas claras a essas perguntas terminaram adian- do o projeto de retomada das atividades do Parlamento do Mercosul. A última sessão regular do órgão legislativo havia ocorrido em dezembro de 2010. No final de 2011, os parlamentares se reuniram mais uma vez para que pudesse ocorrer a posse da nova representação brasileira no Parlasul – já superado o episódio ligado à correta composição dessa representação, apenas com deputados e senadores no exercício de seus mandatos no Congresso Nacional. O *impeachment* de Lugo fechou as portas à retomada das sessões em 2012.

O tema era polêmico não apenas entre os países, mas também dentro de suas próprias representações. Em 26 de junho, reunida em Bra- sília, a representação brasileira no Parlasul não votou declaração contra o *impeachment*. Após mais de uma hora de discussão, que demonstrou a divisão dos deputados e senadores, a representação cancelou, por falta do quórum necessário, a votação de nota de condenação à deposição do presidente Fernando Lugo pelo Congresso Nacional do Paraguai. Apenas

11 dos integrantes da representação estavam presentes no momento da votação, quando seria necessária a presença de pelo menos 14 deles.

No início da reunião, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), o deputado José Stédile (PSB-RS) apresentou o texto de uma declaração a ser aprovada pela representação brasileira. Segundo o texto, a representação manifestaria a “sua firme condenação à ruptura da ordem democrática ocorrida na República do Paraguai por ocasião da sumária destituição do governo democraticamente eleito do presidente Fernando Lugo.” O texto sugerido por Stédile prosseguia ainda estipulando que, se o Paraguai já estava suspenso do Mercosul, por analogia também estaria afastado do Parlasul.

Ao abrir a reunião, Requião lembrou que o Paraguai vinha experimentando um forte conflito nos anos recentes entre o Executivo e o Legislativo. Como exemplo disso, ele mencionou o fato de que o Paraguai permaneceu três anos sem embaixador em Brasília. O senador disse ainda que era necessário respeitar a soberania do país vizinho, mas observou que, neste caso, houve “ferimentos sérios à cláusula democrática” do Mercosul, uma vez que não houve o devido processo legal e nem se respeitou o direito de defesa ao presidente deposto.

O deputado Newton Lima (PT-SP) sugeriu que se retirasse do texto o veto à participação dos paraguaios na próxima sessão do Parlasul. A proposta contou com o apoio de Requião, para quem não se deveria fazer com os parlamentares paraguaios o que os integrantes do Congresso daquele país haviam feito com Lugo. Por sua vez, o deputado Mendes Thame (PSDB-SP) sugeriu que se retirasse do texto a interpretação segundo a qual, por analogia, o Paraguai estaria suspenso do Parlasul.

Stédile concordou com as mudanças, mas o plenário permaneceu dividido. Os senadores Paulo Bauer (PSDB-SC) e Ana Amélia (PP-RS) e os deputados Júlio Campos (DEM-MT), Nelson Padovani (PSC-PR), André Zacharov (PMDB-PR), Íris de Araújo (PMDB-GO) e Luís Henrique Mandetta (DEM-MT) pediram cautela à Representação brasileira, antes de tomar a decisão. Por sua vez, apoiaram o documento os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), além dos deputados Sibá Machado (PT-AC) e Benedita da Silva (PT-RJ). Nesse momento, Requião

verificou que não havia o quórum necessário à realização da votação. Com isso, a declaração não chegou a ser submetida a voto.

Nas semanas seguintes, Requião previu que as negociações para a retomada dos trabalhos do Parlasul se intensificariam após a formalização do ingresso definitivo no bloco da Venezuela, que viria a ocorrer no Rio de Janeiro, ao final de julho. O ingresso da Venezuela acabou tornando-se possível porque o único voto que faltava para a aprovação do seu protocolo de adesão era do Senado do Paraguai – país que se encontrava suspenso do Mercosul.

Ao abrir em Brasília uma reunião da representação, em 10 de julho, Requião informou que a primeira sessão do Parlasul em 2012, marcada para 2 de julho, em Montevideu, acabou não ocorrendo por ausência de delegações da Argentina e do Uruguai – em resposta à presença de parlamentares paraguaios no Plenário. O senador relacionou a falta de quórum à decisão tomada dias antes, pelos governos de Argentina, Brasil e Uruguai, de exclusão temporária do Paraguai do bloco, em consequência da rápida deposição, pelo Congresso paraguaio, do então presidente Fernando Lugo. Os presidentes dos três países – Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e José Mujica – aprovaram na mesma data o ingresso da Venezuela.

O presidente da representação ressaltou a importância do ingresso da Venezuela no Mercosul, em um momento de grave crise econômica internacional. Com o novo sócio, lembrou, o bloco passava a ter população superior a 250 milhões de habitantes e o equivalente a 75% do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul. Ele também observou, porém, que o novo governo paraguaio havia apresentado recurso contra sua exclusão do bloco junto ao Tribunal Permanente do Mercosul. Na mesma ação, o Paraguai questionou a decisão dos demais países do bloco de autorizar o ingresso da Venezuela, que não foi aprovado pelo Congresso paraguaio.

Notificação

Em agosto, a adesão da Venezuela ao Mercosul e a temporária suspensão do Paraguai do bloco foram oficialmente notificados à representação brasileira no Parlasul. Em ofício assinado pelo coordenador brasileiro do Grupo Mercado Comum, embaixador Antonio Simões, a presidência

pro tempore brasileira do bloco comunicou à representação – e a diversos outros órgãos públicos e privados – que estava suspenso, com base no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, o direito do Paraguai de participar dos órgãos do Mercosul (entre os quais o próprio parlamento, embora este não tenha sido expressamente mencionado no documento) e de suas deliberações. O Paraguai só voltaria a integrar plenamente o Mercosul após a realização de novas eleições, segundo entendimento dos demais países do bloco.

O mesmo ofício informou que, a partir de 12 de agosto, a Venezuela adquiriria oficialmente a condição de Estado Parte do Mercosul, com todos os direitos e obrigações dos outros países do bloco. A partir daquele momento, portanto, a Venezuela poderia vir a participar com voz e voto – e não apenas com direito a voz, como no início do funcionamento do órgão legislativo regional – das sessões do Parlasul.

Ainda não havia, porém, nenhuma data prevista para que as sessões voltassem a ser realizadas. Em julho houve uma tentativa de realização de sessão do parlamento. Como os parlamentares paraguaios, os únicos eleitos até o momento pelo voto popular, insistiram em participar da sessão, ocorreu um impasse. A representação argentina evitou dar o quórum necessário à abertura da sessão, uma vez que não concordava com a presença dos paraguaios, suspensos do bloco. Sem a realização de uma sessão, por sua vez, não poderiam tomar posse os parlamentares que viessem a ser indicados pela Venezuela. Ou seja, somente um acordo político entre os cinco países envolvidos, a respeito da situação dos parlamentares paraguaios e da posse dos venezuelanos, poderia permitir a retomada do Parlasul. Em dezembro, os demais países do Mercosul tornaram clara a condição para o reingresso do Paraguai: a realização de novas eleições, em abril de 2013.

.....

Capítulo XXI

A CAMINHO DE 2020

U

MA VEZ SUPERADA a crise aberta com o *impeachment* de Fernando Lugo no Paraguai e o ingresso definitivo da Venezuela no Mercosul, mesmo que até então sem o voto do Senado paraguaio, o Parlasul começou a retomar as suas atividades regulares em dezembro de 2013. Em sessão realizada no dia 3, em Montevidéu, foram eleitos os novos integrantes da Mesa Diretora. O parlamentar uruguaio Rubén Martínez Huelmo passou a ocupar a presidência do parlamento. E foram escolhidos para vice-presidentes o senador brasileiro Roberto Requião (PMDB-PR), a parlamentar argentina Beatriz Rojkez e o parlamentar paraguaio Tomás Bittar.

A eleição da nova Mesa foi uma das principais decisões do Parlasul em sua primeira sessão deliberativa desde dezembro de 2010. Após a eleição da Mesa, estava aberto o caminho para a retomada das sessões mensais realizadas na capital do Uruguai. Outra decisão foi a aprovação de uma recomendação ao Conselho do Mercado Comum, órgão decisório máximo do Mercosul, para estender até 31 de dezembro de 2020 o prazo para a realização de eleições diretas para a escolha de parlamentares do bloco em cada um dos países membros. Até então apenas o Paraguai já escolhia seus representantes pelo voto direto.

O Protocolo Constitutivo do órgão legislativo regional, firmado em dezembro de 2005, estabelecia 2010 como o prazo para a realização das primeiras eleições diretas dos integrantes do Parlasul. A partir de 2014, também de acordo com o protocolo, os eleitores de todo o bloco iriam às urnas no mesmo dia para renovar suas bancadas no Parlamento sul-americano. Seria o “Dia do Mercosul Cidadão.” Como não houve condições políticas de colocar em prática o que estabelecia o protocolo, adotou-se inicialmente o prazo de dezembro de 2014 para a realização de eleições diretas.

O prazo final foi então novamente ampliado, desta vez para dezembro de 2020. Até esta data os países que integram o bloco permanecem representados por deputados e senadores no exercício de suas atividades, indicados pelos respectivos Poderes Legislativos. Inicialmente, cada país contava com 18 representantes no Parlasul. Na segunda etapa de transição, mesmo antes das eleições diretas, os países com maiores populações passaram a ter mais representantes. O Brasil indicou 37 parlamentares, dos quais 27 deputados e 10 senadores. No momento de realização de eleições diretas, caso prevaleça o entendimento inicial entre os países do bloco, o Brasil deverá ter 74 representantes no Parlasul.

Paraguai

Dez meses depois da destituição do presidente Fernando Lugo, que levou à suspensão do Paraguai do Mercosul, os paraguaios foram às urnas e elegeram para a Presidência o empresário Horacio Cartes, do Partido Colorado. Uma vez escolhido o novo presidente, estava aberto o caminho para o retorno do Paraguai do Mercosul. A posse do novo presidente concluiria o período especial experimentado pelo país a partir do *impeachment*. E a cláusula democrática do Mercosul, lembrada pelos demais países do bloco no momento da suspensão do Paraguai, voltaria a ser plenamente respeitada aos olhares de todos.

Em 15 de agosto, presente à cerimônia de posse de Cartes, o presidente da representação brasileira no Parlasul, deputado Newton Lima (PT-SP), disse estar “bastante otimista” em relação à reintegração do Paraguai ao bloco e à reinstalação do órgão legislativo regional. O deputado elogiou a disposição da presidente brasileira Dilma Rousseff de criar

“pontes de aproximação” com o Paraguai. Naquele momento a Venezuela exercia a presidência *pro tempore* do Mercosul.

– Dilma pediu ao novo presidente do Paraguai para que o país volte ao Mercosul, mas ele ainda não disse quando isso acontecerá, até porque o Paraguai tem problemas com a presidência da Venezuela. O impasse ainda não foi resolvido – relatou Lima.

No mês seguinte, Newton Lima demonstrou confiança na superação dos problemas políticos do bloco ao voltar de uma reunião informal da Mesa Diretora do Parlasul. Ele disse ter observado um “clima de muito otimismo” em relação à retomada dos trabalhos do Parlamento e informou que uma sessão precisaria ser realizada ainda em 2013 por dois motivos: a votação de uma proposta de ampliação até 2018 ou 2020 do período de transição, na qual os integrantes são escolhidos entre deputados e senadores no exercício de seus mandatos, a ser encaminhada ao Conselho do Mercado Comum, e a aprovação do orçamento do órgão para 2014. A ampliação do período de transição seria uma consequência, como informou, da dificuldade dos países membros – com exceção do Paraguai, que já promove eleições diretas – de eleger até o final de 2014 seus representantes.

O bom andamento das negociações permitiu a realização no dia 2 de dezembro, em Montevideu, da primeira sessão regular do Parlasul desde 2010. Eleito vice-presidente do órgão legislativo regional, Roberto Requião ressaltou a importância da superação das diferenças políticas que mantiveram o Parlamento paralisado durante três anos.

– Nós tivemos esse impasse (com a suspensão) do Paraguai no Mercosul, e o Parlasul é o parlamento do Mercosul. Mas isso se resolveu agora, já fizemos a primeira reunião depois de três anos. O Paraguai, em atitude bonita do presidente [Horacio] Cartes, aceita a Venezuela no Mercosul. Isso é importantíssimo. A Venezuela é um país que precisa de tudo e que precisa de aliados, precisa se industrializar. O Brasil e a Argentina podem fazer muito por ela. Todos nós precisamos dessa unidade. Ela é boa para a Venezuela e boa para nós. E nós demos início à retomada do Parlasul – disse o senador.

Requião defendeu o adiamento da realização de eleições diretas para a escolha dos futuros integrantes do Parlasul. Segundo entendimento

dos parlamentares dos países do bloco, as eleições deverão ocorrer apenas em 2020, ou seja, 10 anos depois do prazo inicialmente previsto. Na opinião do vice-presidente brasileiro do Parlasul, as sociedades dos países que integram o bloco poderiam ter dificuldade em “digerir” a eleição de 187 parlamentares, com seus respectivos salários, em momento de crise econômica.

– A sociedade só vai participar quando tivermos eleição direta. Nós não estamos ainda nessa fase. Eleição direta, conforme o acordado, se dará em 2020. Hoje, com a crise que todos os países estão vivendo, criar cargos de parlamentares remunerados com gabinetes – e o Brasil teria 76 – é mais ou menos de difícil digestão pela sociedade. Até lá, fica o sistema de deputados e senadores indicados pelos partidos nas representações dos países e um espaço de discussão – informou Requião.

O presidente da representação brasileira também defendeu o adiamento da realização das eleições diretas. Para Newton Lima, a decisão do Parlasul está vinculada às decisões sobre reforma política nos países membros. O Brasil, lembrou o deputado, é um exemplo concreto. Enquanto o país não promover a sua reforma política, será difícil discutir o processo de eleições diretas no Parlasul.

– Acho que 2020 é um prazo mais exequível, mais realista, porque, à exceção do Paraguai, todos os demais países precisam, de alguma maneira, superar dificuldades de suas legislações próprias. A partir de 2020 não teremos mais deputados participando indiretamente do Parlamento, até porque a realidade do bloco vai exigir mais responsabilidades e uma eleição com mais base na sociedade para a escolha de parlamentares exclusivos – disse Lima.

Comissões

As comissões permanentes do Parlasul voltaram a funcionar, depois de mais de três anos paralisadas, em abril de 2014. Elas foram instaladas, em Montevideú, como parte do movimento de retomada dos trabalhos plenos do órgão legislativo regional. Após o ingresso definitivo da Venezuela no bloco e no próprio Parlamento, as lideranças dos cinco países chegaram a um acordo para distribuir equitativamente as comissões entre os estados partes, de forma que cada um obteve duas presidências.

Pelo Brasil, o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) foi indicado para presidir a Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social. E o deputado João Ananias (PCdoB-CE) passou a exercer a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Segundo o mesmo acordo, a representação brasileira indicou os nomes de dois vice-presidentes. O deputado Renato Mölling (PP-RS) foi indicado vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários, comandada por um representante da Argentina. E a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) passou a ser vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, cuja presidência ficou com o Paraguai.

Como observou o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) durante reunião da representação brasileira no Parlasul, a distribuição igualitária das comissões – independentemente do tamanho das bancadas de cada país no plenário – foi sugerida pelos demais países do bloco e aceita pelos parlamentares brasileiros, para facilitar um acordo que permitisse o rápido funcionamento das comissões.

– Esse parlamento funciona na base do consenso político – explicou Rosinha aos parlamentares brasileiros, alguns dos quais, indicados poucos meses antes, ainda não haviam presenciado as atividades normais do Parlasul.

Durante a mesma reunião da bancada brasileira, os parlamentares debateram a necessidade de se estender por dois dias a duração de cada sessão ordinária, como era hábito no início do funcionamento do Parlasul. O presidente da representação, deputado Newton Lima, pediu ao vice-presidente brasileiro do Parlasul, senador Roberto Requião, que levasse o tema a deliberação da Mesa Diretora. Uma das queixas dos parlamentares referia-se à dificuldade de se obter o direito à palavra nas sessões do parlamento. Na hora do chamado Tema Livre, equivalente ao Pequeno Expediente no Brasil, a palavra é franqueada a até 12 parlamentares, cada um com direito a falar por cinco minutos. Até hoje, porém, prevalece a regra de que os primeiros inscritos têm prioridade. Por isso, como observou o deputado Júlio Campos (DEM-MT), parlamentares que viajam a Monteví-

déu provenientes de regiões mais distantes no Brasil, passam muitas horas em aviões e não conseguem participar efetivamente das sessões do Parlasul.

Venezuela

A Venezuela, que participou pela primeira vez com direito a voz e voto no dia 7 de abril de 2014 de uma sessão do Parlasul, recebeu nesse momento um cargo na Mesa Diretora do órgão legislativo regional. Por indicação de sua bancada, o deputado Saúl Ortega foi eleito, por unanimidade, vice-presidente venezuelano do Parlasul. Em seu pronunciamento de agradecimento pela eleição, o vice-presidente lembrou a disposição do ex-presidente Hugo Chávez de mudar a visão geopolítica da Venezuela, garantindo maior peso às ligações daquele país com os vizinhos da América Latina e com outros países em desenvolvimento.

– Como dizia Chávez, o nosso norte é o sul. Para consolidar a democracia e a independência, nosso caminho passa pela unidade latino-americana. Vida longa ao parlamento e a nossos povos! – disse Ortega logo depois de eleito.

O vice-presidente venezuelano já havia participado de sessões anteriores do Parlasul, logo nos primeiros anos de funcionamento do órgão legislativo regional. Assim como os demais parlamentares de seu país, porém, ele tinha apenas direito a voz, não a voto. Uma vez que a Venezuela se tornou membro pleno no Mercosul, os parlamentares desse país também passaram a integrar plenamente o Parlasul, com direito a voz, a voto, à presidência de duas comissões permanentes e à composição da Mesa.

Em outro passo destinado a retomar plenamente as atividades do Parlasul, foram aprovadas por unanimidade, em plenário, as primeiras modificações ao Regimento Interno elaboradas por um grupo de trabalho composto por parlamentares de todos os países do bloco. O relator das mudanças foi o deputado Dr. Rosinha.

Como ele observou antes da votação, as mudanças foram um compromisso dos países do bloco antes da adoção da chamada proporcionalidade atenuada, que garantiu maior número de parlamentares aos países que dispõem de maiores populações. Por meio das mudanças, os países de menores bancadas procuraram estabelecer maiores exigências de quórum para as decisões consideradas mais polêmicas do Parlamento.

Segundo Rosinha, a reforma do Regimento Interno ajudou a promover a retomada dos trabalhos do plenário e das comissões, depois da interrupção de três anos. Ele previu, porém, que a afirmação do Parlasul como órgão político e decisório regional, nos moldes do Parlamento Europeu, só ocorrerá quando todos seus integrantes vierem a ser eleitos pelo voto popular. Se a aprovação da reforma abriu caminho para a retomada dos trabalhos, por outro lado, na opinião do deputado, o órgão legislativo regional ainda tem um longo caminho pela frente para se firmar como instituição.

– Se não houver eleições diretas, o Parlasul vai virar uma ONG. Vai ser, sem querer desmerecer, como um Parlamento Andino, ou como o Parlatino. E o Parlasul pode ir além dessa capacidade limitada – afirmou Rosinha.

FOTOS DOS ENCONTROS
DO PARLASUL



O Parlamento do Mercosul foi instalado em cerimônia realizada no Congresso Nacional, em Brasília, em dezembro de 2006:

Foto de Célio Azevedo



Participaram da sessão de instalação o presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Chacho Alvarez, o senador Sérgio Zambiasi, o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo.

Foto de Célso Azevedo



Em 7 de maio de 2007, foi realizada a primeira sessão do Parlamento do Mercosul, no edifício do Palácio Legislativo, em Montevideu

Foto de Moreira Mariz



*Sessão inaugural do Parlasul, em Montevidéu
Foto de Moreira Mariz*



*Bancada brasileira na sessão inaugural do Parlasul
Foto de Moreira Mariz*



*O presidente do Senado, Renan Calheiros, fala na sessão inaugural do Parlasul
Foto de Moreira Mariz*



O presidente do Senado, Renan Calheiros, ocupa a tribuna na sessão inaugural

Foto de Moreira Mariz



*Os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Renan Calheiros, deixam a sessão inaugural
Foto de Moreira Mariz*



Parlamentares brasileiros em sessão do Parlasul realizada no edifício da Prefeitura de Montevideu, em setembro de 2007

Foto de Leonardo Silva



Sessão do Párlasul realizada na Prefeitura de Montevidéu, em setembro de 2007

Foto de Leonardo Silva



*O senador Aloizio Mercadante (PT-SP)
participa de sessão do Parlasul em setembro de 2007
Foto de Leonardo Silva*



Sessão do Parlamento realizada na Prefeitura de Montevideo, em setembro de 2007

Leonardo Silva



Sessão do Parlasul realizada em anexo do Palácio Legislativo, em Montevideú, em dezembro de 2007

Foto de Jane Araújo



O deputado Dr. Rosinha (PT-PR) preside sessão do Parlamento em julho de 2008

Foto de Leonardo Silva



Sede do Mercosul, em Montevideú, onde passaram a ser realizadas as sessões do Parlasul a partir de 2008

Foto de Leonardo Silva



*Sessão do Parlasul realizada no edifício do Senado do Paraguai, em Assunção, em abril de 2009
Foto de Moreira Mariz*



Sessão do Parlasul realizada no edifício do Senado do Paraguai, em Assunção, em abril de 2009

Foto de Moreira Mariz



*Sessão do Párlasul realizada no edifício do Senado do Paraguai, em Assunção, em abril de 2009
Foto de Moreira Mariz*



Sessão do Parlasul realizada na sede em Montevideu, em maio de 2009
Foto de J. Freitas



Sessão do Parlasul realizada na sede em Montevideu, em maio de 2009

Foto de J. Freitas



Bancada brasileira participa de votação em sessão do Parlasul realizada em Montevideu, em agosto de 2009

Foto de Geraldo Magela



*Sessão do Parlamento realizada na sede em Montevideo, em setembro de 2009
Foto de Waldemir Barreto*



Deputado Dr. Rosinha fala em sessão do Parlasul em setembro de 2009

Foto de Waldemir Barreto



Sessão do Parlasul realizada na sede em Montevideu, em agosto de 2010

Foto de Leonardo Silva



Sessão do Parlasul realizada na sede em Montevideú, em agosto de 2010

Foto de Leonardo Silva



O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participa de sessão do Parlasul em outubro de 2010
Foto de Jane Araújo



Sessão do Parlasul realizada na sede em Montevideo, em outubro de 2010
Foto de Jane Araújo



Estudantes da Argentina e do Brasil participam de Fórum Juvenil do Mercosul, em outubro de 2010
Foto de Jane Araújo



Bancada brasileira em sessão do Parlasul realizada em dezembro de 2013

Foto de Marcos Magalhães



Sessão do Parlamento realizada na sede em Montevideo, em abril de 2014
Foto de Marcos Magalhães



Sessão do Parlasul realizada na sede em Montevideu, em abril de 2014
Foto de Marcos Magalhães

.....
Índice onomástico
.....

A

- AGRIPINO, José (senador) – 26
ALBUQUERQUE, Beto (deputado) –
62, 125
ALDERETE, Nelson – 64
ALFOSÍN, Raúl (presidente) – 68
ÁLVAREZ, Carlos Chacho – 136
AMARAL, Rubens (embaixador) – 103
AMORIM, Celso (ministro) – 38, 70,
112, 135, 136, 142, 143
ANA AMÉLIA (senadora) – 145, 146,
160
ARAÚJO, Íris de (deputada) – 160
ARRUDA, José Inácio (senador) – 41,
44, 57, 87, 104, 129, 131, 145
ARSLANIAN, Regis (embaixador) – 155
ASHTIANI, Sakineh – 130, 131
ATANASOF, Alfredo (deputado argenti-
no) – 28, 43
AZEREDO, Eduardo (senador) – 47, 61,
108, 109, 113, 124, 137, 142

B

- BACHELET, Michelle (presidente do
Chile) – 116
BAKI, Ivonne – 91
BALESTRINI, Alberto (deputado argen-
tino) – 36
BALMELLI, Carlos Mateo – 79, 80, 81
BAN KI-MOON (secretário-geral da
ONU) – 127
BAR, Graciela (senadora argentina) – 34
BARBOSA, Rubens (embaixador) – 103

- BARCHINI, Angel – 65
BAUER, Paulo (senador) – 160
BELLUZZO, Luís Gonzaga – 154
BETANCOURT, Ingrid – 56
BITTAR, Tomás – 163
BORNHAUSEN, Paulo (deputado) – 32
BUARQUE, Cristovam (senador) – 40,
44, 60, 72, 74, 75, 105, 142

C

- CÁCERES, Herminio (deputado para-
guaio) – 47
CALHEIROS, Renan (senador) – 26, 29,
37
CAMPOS, Júlio (deputado) – 160, 167
CANESE, Ricardo – 65
CARDOSO, Fernando Henrique (presi-
dente) – 103
CARDOSO, Germán (deputado uru-
guaio) – 47
CARRERO, Raimundo (secretário-geral
da Mesa) – 26
CARTES, Horacio (presidente do Para-
guai) – 164, 165
CASAGRANDE, Renato (senador) –
104
CASTRO, Jorge Lara (ministro) – 79
CAVALCANTI, Mozarildo (senador) –
104
CHÁVEZ, Hugo (presidente venezuela-
no) – 47, 104, 105, 106, 107, 108,
109, 112, 113, 116, 123, 131, 155,
157, 168
CHINAGLIA, Arlindo (deputado) – 38,
50

COLLOR, Fernando (senador, presidente) – 31, 104, 109

CONDE, Roberto (deputado) – 28, 36, 39, 40, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 67, 69, 90, 91, 95, 99, 118

CONTO, Neuto (senador) – 87

CORREA, Rafael (presidente do Equador) – 55

CRISTOVAM – Ver BUARQUE, Cristovam

D

DARC COSTA – 107

DAZA, Roy – 62

DIAZ, Cláudio (deputado) – 50

DILMA – Ver ROUSSEFF, Dilma

DOMÍNGUEZ, Juan José – 110, 118, 123

DUQUE, Luís Fernando – 50

E

EMILIANO JOSÉ (deputado) – 154

F

FERNANDES, José Augusto Coelho – 103

FLEXA RIBEIRO (senador) – 105, 109

FORTES, Heráclito (senador) – 104

FRANCO, Alejandro Hamed (ministro paraguaio) – 84, 85

FREIRE, Roberto (deputado) – 145, 146

FRUTOS, Nicanor (presidente) – 33

G

GARGANO, Reinaldo (ministro uruguaio) – 38

GODOY, Rodolfo – 86

GODOY, Ruperto – 57, 61, 129

GONZÁLEZ NÚÑEZ – Ver NÚÑEZ, Alfonso González

GUGGIARI, Modesto – 65

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (embaixador) – 147, 148, 149

H

HADDAD, Fernando (ministro) – 75, 76, 77

HAMED – Ver FRANCO, Alejandro Hamed

HUELMO, Rubén Martínez – 163

I

IBARRA, Javier – 129

ITURRALDE, Pablo (deputado uruguaio) – 47, 49

J

JEFENES, Guilherme – 129

JENEFES, Raúl – 56

JEREISSATI, Tasso (senador) – 102, 110, 111, 112

JOÃO ANANIAS (deputado) – 167

JOÃO PEDRO (senador) – 60

JOBIM, Nelson (ministro) – 59, 63, 64

JUCÁ, Romero (senador) – 104, 111

K

KIRCHNER, Cristina (presidente da Argentina) – 132, 156, 161

KIRCHNER, Néstor (presidente da Argentina) – 33, 35, 53

KLEEBANK, Susan – 92

L

LACALLE, Luis Alberto (presidente do Uruguai) – 31, 114, 115, 116

LACONATA, Héctor – 53

LAFER, Celso (ministro) – 106

LEDEZMA, Antonio (prefeito venezuelano) – 111, 112

LESSA, Carlos – 154
LEZCANO, Ruben (ministro paraguaio) – 38
LIMA, Maria Regina Soares de – 106, 107
LIMA, Newton (deputado) – 154, 160, 164, 165, 166, 167
LIMA, Paulo Tarso Flecha de (embaixador) – 103
LINERA, Álvaro García (vice-presidente da Bolívia) – 53
LOBO, Porfírio (presidente de Honduras) – 124
LÓPEZ, Leopoldo – 108
LUGO, Fernando (presidente do Paraguai) – 78, 79, 84, 96, 97, 102, 143, 158, 159, 160, 161, 164
LULA – Ver SILVA, Luís Inácio Lula da

M

MACHADO, Sibá (deputado) – 160
MANDETTA, Luís Henrique (deputado) – 154, 160
MARÇAL FILHO (deputado) – 154
MARIA REGINA – Ver LIMA, Maria Regina Soares de
MARISA – Ver SERRANO, Marisa
MARTINS, Ives Gandra da Silva – 106
MATEO – Ver BALMELLI, Carlos Mateo
MAYANS, José – 91
MENDES THAME (deputado) – 146, 160
MENDES, Gilmar (ministro) – 92
MENDOZA UNZAIN – Ver UNZAIN, Ignacio Mendoza
MENDOZA, Ignacio – Ver UNZAIN, Ignacio Mendoza
MENÉM, Carlos (presidente da Argentina) – 31
MERCADANTE, Aloizio (senador) – 39, 43, 44, 48, 49, 53, 56, 60, 61, 65, 68,

69, 71, 72, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 113, 124, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 143

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo (senador) – 50, 61, 100, 115
MILIBAND, David (ministro britânico) – 128
MÖLLING, Renato (deputado) – 167
MONTROYA, Julio García (embaixador) – 108, 109
MOODY, Samuel – 128
MORALES, Evo (presidente da Bolívia) – 53, 57
MUJICA, José Pepe (presidente do Uruguai) – 114, 115, 116, 118, 126, 132, 156, 161

N

NERY, José (senador) – 105, 124
NIEMEYER, Oscar – 76
NIN NOVOA (vice-presidente do Uruguai) – 38
NÚÑEZ, Alfonso González (senador paraguaio) – 28, 36, 37, 39, 67, 69, 86, 91, 94, 95, 98, 154

O

OBAMA, Barack (presidente dos Estados Unidos) – 130
ORTEGA, Calixto (deputado venezuelano) – 86
ORTEGA, Saúl (deputado venezuelano) – 29, 36, 53, 61, 168

P

PADOVANI, Nelson (deputado) – 160
PAMPURO, José (senador argentino) – 67, 69, 99, 130
PAZ, Mario – 90
PEÑA, Adriana (deputada uruguaia) – 60

PIMENTA, Paulo (deputado) – 154

PRADO, Weliton (deputado) – 154

Q

QUECEDO, Gerargo Galeote – 32

R

RAUPP, Valdir (senador) – 105

REBELO, Aldo (deputado) – 26, 34-35

REQUIÃO, Roberto (senador) – 145, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 166, 167

REYES, Raúl – 55

RODRIGUEZ SAA – 154

RODRIGUEZ, Andrés (presidente do Paraguai) – 31

ROJKES, Beatriz – 57, 163

ROSINHA, Dr. (deputado) – 36, 39, 46, 49, 53, 61, 67, 68, 85, 98, 99, 110, 115, 125, 126, 130, 131, 141, 146, 147, 167, 168, 169

ROUSSEFF, Dilma (presidente) – 133, 156, 161, 164, 165

S

SAKINEH – Ver ASHTIANI, Sakineh

SALUM, Eric – 65, 99, 129, 132

SAMEK, Jorge Miguel – 79, 80

SANTOMÉ, Gonzalo Himiob – 110

SANTOS, Juan Manuel (presidente da Colômbia) – 131

SARKOZY, Nicolas (presidente da França) – 152

SARNEY, José (senador) – 68, 110, 113

SCHIRMER, Cezar (deputado) – 52

SERRANO, Marisa (senadora) – 41, 52, 61, 62, 65, 75, 81, 82, 113, 124, 131

SILVA, Benedita da (deputada) – 160, 167

SILVA, Luís Inácio Lula da (presidente)

– 25, 27, 28, 33, 64, 65, 89, 102, 116, 143

SIMÕES, Antonio José Ferreira (embaixador) – 107, 148, 161

SIMON, Pedro (senador) – 40, 41, 43, 60, 87, 105, 129, 145, 146, 160

SIQUEIRA, José Carvalho (general) – 64

SOBEL, Clifford (embaixador) – 59, 60

STÉDILE, José (deputado) – 160

SUPLICY, Eduardo (senador) – 60, 104, 108

T

TABARÉ – Ver VÁZQUEZ, Tabaré

TAIANA, Jorge (ministro argentino) – 127

TAVARES, Maria da Conceição – 154

TENÓRIO, João (senador) – 104

TÓFFANO, José Paulo (deputado) – 52, 97, 125, 140

TORRES, Flávio (senador) – 111

TOVAR-ARROYO, Gustavo – 107, 108

TUMA, Romeu (senador) – 57

TWAIN, Mark – 134

U

UNZAIN, Ignacio Mendoza (presidente do Paraguai) – 83, 123, 141, 146, 152

URIBE, Álvaro (presidente da Colômbia) – 131

V

VALADARES, Antônio Carlos (senador) – 160

VÁZQUEZ, Tabaré (presidente) – 33, 38, 114, 115

VIEIRA DA CUNHA (deputado) – 167

VIRGÍLIO, Arthur (senador) – 26, 105

W

WEST, Mariano – 122, 141

Z

ZACHAROV, André (deputado) – 160

ZAMBIASI, Sérgio (senador) – 26, 27,
34, 35, 51, 57, 62, 63, 100, 113,
115

ZELAYA, Manuel (presidente de Hon-
duras) – 122, 123, 124, 125

Parlasul: o espaço político da integração,
de Marcos Dantas de Moura Magalhães, foi composto em Garamond,
corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF,
em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2016,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal.

A nossa experiência de integração regional sempre foi dominada pelos governos. As cúpulas de presidentes dos países que integram o Mercosul têm-se revestido tanto para o anúncio de novas medidas como para a renovação, nos meios de comunicação, das críticas aos resultados obtidos pelo bloco. Poucos cidadãos desses países tomaram conhecimento, nesse início do século 21, dos primeiros movimentos de um órgão legislativo regional criado para representá-los.

O Parlamento do Mercosul, no entanto, aos poucos conquista seu lugar em nosso sinuoso processo de integração. Os eleitores paraguaios já elegem diretamente seus representantes. A primeira eleição direta de representantes argentinos ocorreu no final de 2015. O Brasil, que nesta primeira etapa indica como representantes deputados e senadores no exercício de seus mandatos, também deverá adotar as eleições diretas, assim como o Uruguai, a Venezuela e quaisquer outros membros futuros do Mercosul.

Este livro compartilha com os leitores um pouco da história dos primeiros anos de funcionamento do Parlasul, em Montevideú. Dessa forma, pretende estimular o debate junto à sociedade a respeito da participação popular em nosso processo de integração regional.

